

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	11
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	12
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	17
Demonstração do Resultado	20
Demonstração do Resultado Abrangente	22
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	23

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	26
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	27
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	28
Demonstração de Valor Adicionado	30

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	32
Notas Explicativas	49

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	164
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	167
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	168

Índice

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	169
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	172
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	173

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.112.810.192
Preferenciais	0
Total	1.112.810.192
Em Tesouraria	
Ordinárias	26.780.298
Preferenciais	0
Total	26.780.298

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	20/02/2019	Dividendo	13/03/2019	Ordinária		0,70000
Reunião do Conselho de Administração	14/08/2019	Dividendo	30/08/2019	Ordinária		0,20000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	11.369.823	11.641.720	10.584.729
1.01	Ativo Circulante	197.626	1.041.922	179.832
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	42.580	172.315	93.174
1.01.02	Aplicações Financeiras	95.829	565.930	21.657
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	95.829	565.930	21.657
1.01.03	Contas a Receber	7.332	262.010	30.334
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	7.332	262.010	30.334
1.01.03.02.01	Demais Contas a Receber	4.258	1.527	2.404
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	3.074	260.483	27.930
1.01.06	Tributos a Recuperar	49.750	39.705	33.070
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	49.750	39.705	33.070
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.135	1.962	1.597
1.02	Ativo Não Circulante	11.172.197	10.599.798	10.404.897
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	840.455	824.037	840.553
1.02.01.07	Tributos Diferidos	41.613	14.034	29.158
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	41.613	14.034	29.158
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	255	30	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	759.123	761.288	762.562
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	759.123	761.288	762.562
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	39.464	48.685	48.833
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	39.447	48.685	48.685
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	17	0	148
1.02.02	Investimentos	10.077.248	9.529.598	9.318.181
1.02.02.01	Participações Societárias	10.077.248	9.529.598	9.318.181
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	10.058.456	9.509.480	9.263.442
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	18.792	20.118	54.739
1.02.03	Imobilizado	8.331	0	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.532	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	5.799	0	0
1.02.04	Intangível	246.163	246.163	246.163

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	11.369.823	11.641.720	10.584.729
2.01	Passivo Circulante	47.069	342.114	1.162.071
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	958	228	244
2.01.02	Fornecedores	2.173	272	461
2.01.03	Obrigações Fiscais	389	20.801	343
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	28.857	34.504	817.654
2.01.04.02	Debêntures	28.713	34.504	817.654
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	144	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	14.692	286.309	343.369
2.01.05.02	Outros	14.692	286.309	343.369
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	14.689	282.334	335.930
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	3	3.975	7.439
2.02	Passivo Não Circulante	1.864.499	1.851.501	176.444
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.729.223	1.722.450	0
2.02.01.02	Debêntures	1.723.368	1.722.450	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	5.855	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	4.220	5.158	4.003
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.220	5.158	4.003
2.02.04	Provisões	131.056	123.893	172.441
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	399	798	982
2.02.04.02	Outras Provisões	130.657	123.095	171.459
2.02.04.02.04	Bônus de Subscrição - Indenização	130.657	123.095	171.459
2.03	Patrimônio Líquido	9.458.255	9.448.105	9.246.214
2.03.01	Capital Social Realizado	5.171.752	5.171.752	5.171.752
2.03.02	Reservas de Capital	554.370	546.709	550.314
2.03.02.07	Reservas de Capital	542.400	542.400	549.778
2.03.02.08	Instrumento Patrimonial Outorgado	11.970	4.309	536
2.03.03	Reservas de Reavaliação	4.522	4.712	4.930

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.03.04	Reservas de Lucros	3.771.501	3.723.064	3.311.333
2.03.04.01	Reserva Legal	705.341	686.665	629.144
2.03.04.02	Reserva Estatutária	3.290.073	3.412.427	3.000.707
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	261.470	109.355	163.742
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-485.383	-485.383	-482.260
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-146.317	-63.989	154.824
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	102.427	65.857	53.061

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	395.105	1.174.672	1.536.389
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	1
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	312	-313	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	394.793	1.174.985	1.536.388
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	395.105	1.174.672	1.536.389
3.06	Resultado Financeiro	-49.158	26.237	-12.483
3.06.01	Receitas Financeiras	73.201	146.137	95.218
3.06.02	Despesas Financeiras	-122.359	-119.900	-107.701
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	345.947	1.200.909	1.523.906
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	27.579	-50.488	2.599
3.08.01	Corrente	0	-35.363	-4.098
3.08.02	Diferido	27.579	-15.125	6.697
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	373.526	1.150.421	1.526.505
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	373.526	1.150.421	1.526.505
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,3438	1,0611	2,8169
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,3422	1,0541	2,7968

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	373.526	1.150.421	1.526.505
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-45.758	-206.017	26.984
4.02.01	Ajustes de Avaliação de Instr. Financ. de Controladas, Líquido de Imposto de IR e CS	-51.340	-213.916	-4.016
4.02.02	Ajustes de Avaliação de Instr. Financ. de Empreend. Controlados em Conjunto, Líquido de IR e CS	-978	-2.329	3.535
4.02.03	Ajustes Acum. de Conversão de Controladas, Líquidos dos Efeitos do Hedge de Invest. e de IR e CS	36.570	12.796	45.542
4.02.04	Ganhos (Perdas) Atuariais de Benef. Pós-Emprego de Controladas, Líquido de IR e CS	-23.219	-1.193	-18.621
4.02.05	Ganhos (Perdas) Atuariais de Benef. Pós-Emprego de Empreend. Contr. em Conjunto, Líquido de IR e CS	-6.791	-1.375	544
4.03	Resultado Abrangente do Período	327.768	944.404	1.553.489

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.510.667	528.888	996.209
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	16.500	-7.669	86.526
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	373.526	1.150.421	1.526.505
6.01.01.02	Equivalência Patrimonial	-394.793	-1.174.985	-1.536.388
6.01.01.03	Juros, Variações Monetárias e Cambiais	65.346	1.776	103.106
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-27.579	15.125	-6.697
6.01.01.12	Demais provisões e ajustes	0	-6	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.486.509	539.441	924.260
6.01.02.01	Impostos a Recuperar (AC)	-10.045	-6.635	4.550
6.01.02.02	Demais Contas a Receber (AC)	-2.731	877	1.480
6.01.02.03	Despesas Antecipadas (AC)	-173	-365	-1.499
6.01.02.04	Fornecedores (PC)	1.901	-190	131
6.01.02.05	Salários e Encargos Sociais (PC)	730	-16	40
6.01.02.06	Obrigações Tributárias (PC)	-11.174	11.220	-383
6.01.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social (PC)	-9.238	9.238	0
6.01.02.08	Seguro e Demais Contas a Pagar (PC)	-3.970	-3.466	-2.360
6.01.02.09	Dividendos recebidos de controladas e empreendimentos controlados em conjunto (AC)	1.521.209	528.778	922.301
6.01.03	Outros	7.658	-2.884	-14.577
6.01.03.01	Impostos a recuperar (ANC)	9.238	0	-13.675
6.01.03.02	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PNC)	-399	-184	-902
6.01.03.04	Depósitos judiciais (ANC)	-17	148	0
6.01.03.05	Despesas antecipadas (ANC)	-225	-30	0
6.01.03.06	Demais contas a pagar (PNC)	-939	-2.818	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-986.395	-544.273	-20.605
6.02.01	Aplicações Financeiras, Líquidas de Resgates	470.101	-544.273	-20.605
6.02.03	Aporte de Capital em Controladas	-1.453.964	0	0
6.02.08	Aquisição de imobilizado	-2.532	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-654.007	94.526	-1.010.374

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.03.01	Financiamentos e Debêntures - Captação	0	1.721.596	0
6.03.02	Financiamentos e Debêntures - Amortização	0	-800.336	0
6.03.03	Financiamentos e Debêntures - Juros Pagos	-112.675	-86.806	-99.803
6.03.04	Dividendos Pagos	-594.381	-789.378	-930.557
6.03.06	Sociedades Relacionadas	53.049	55.976	13.187
6.03.08	Compra de ações em tesouraria	0	-6.526	0
6.03.09	Venda de ações em tesouraria	0	0	6.799
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-129.735	79.141	-34.770
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	172.315	93.174	127.944
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	42.580	172.315	93.174

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.171.752	175.393	4.099.092	0	1.868	9.448.105
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.171.752	175.393	4.099.092	0	1.868	9.448.105
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	159.776	-124.002	-354.850	0	-319.076
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	7.661	0	0	0	7.661
5.04.08	Dividendos propostos	0	261.470	-124.002	-137.468	0	0
5.04.09	Dividendos intermediários	0	0	0	-217.382	0	-217.382
5.04.11	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	0	-109.355	0	0	0	-109.355
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	375.015	-45.758	329.257
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	373.526	0	373.526
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1.489	-45.758	-44.269
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-52.318	-52.318
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	36.570	36.570
5.05.02.06	Perdas Atuariais em Benefício Pós-Emprego, líquidas	0	0	0	0	-30.010	-30.010
5.05.02.07	Ganho no reembolso de ações pref. B da Oxiteno Nordeste	0	0	0	1.489	0	1.489
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-190	20.324	-20.165	0	-31
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	18.676	-18.676	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-190	0	190	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-31	0	-31
5.06.04	Transferência para reserva estatutária	0	0	1.648	-1.648	0	0
5.07	Saldos Finais	5.171.752	334.979	3.995.414	0	-43.890	9.458.255

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.171.752	434.095	3.629.851	0	10.516	9.246.214
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.171.752	434.095	3.629.851	0	10.516	9.246.214
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-61.115	0	-684.565	0	-745.680
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.773	0	0	0	3.773
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-10.501	0	0	0	-10.501
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-684.565	0	-684.565
5.04.09	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	0	-163.742	0	0	0	-163.742
5.04.10	Dividendos adicionais propostos	0	109.355	0	0	0	109.355
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.150.421	-206.017	944.404
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.150.421	0	1.150.421
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-206.017	-206.017
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-216.245	-216.245
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-2.568	-2.568
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	12.796	12.796
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-218	469.241	-465.856	0	3.167
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	465.856	-465.856	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-218	0	218	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-3	0	-3
5.06.04	Dividendos Prescritos	0	0	0	3.170	0	3.170
5.06.05	Transferência para Reserva Estatutária	0	0	3.385	-3.385	0	0
5.07	Saldos Finais	5.171.752	372.762	4.099.092	0	-195.501	9.448.105

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.838.686	239.013	4.466.392	0	-16.468	8.527.623
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-82.427	0	0	-82.427
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.838.686	239.013	4.383.965	0	-16.468	8.445.196
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.333.066	195.491	-1.333.066	-950.895	0	-755.404
5.04.01	Aumentos de Capital	1.333.066	0	-1.333.066	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-7.440	0	0	0	-7.440
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	6.799	0	0	0	6.799
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-787.153	0	-787.153
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-165.515	0	0	0	-165.515
5.04.09	Dividendos Adicionais Propostos	0	163.742	0	-163.742	0	0
5.04.10	Instrumento Patrimonial Outorgado	0	536	0	0	0	536
5.04.11	Mudança de Participação de Acionistas não Controladores - CBLSA	0	197.369	0	0	0	197.369
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.526.505	26.984	1.553.489
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.526.505	0	1.526.505
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	26.984	26.984
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-481	-481
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	45.542	45.542
5.05.02.06	Perda atuarial em Benefícios Pós-Emprego, Líquido de IR e CS	0	0	0	0	-18.077	-18.077
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-409	578.952	-575.610	0	2.933
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	578.952	-575.610	0	3.342
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-409	0	409	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-96	0	-96
5.06.04	Dividendos Prescritos	0	0	0	3.029	0	3.029
5.06.05	Transferência para Reserva Estatutária	0	0	0	-3.342	0	-3.342
5.07	Saldos Finais	5.171.752	434.095	3.629.851	0	10.516	9.246.214

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	12.255	7.306	8.142
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	12.255	7.306	8.142
7.03	Valor Adicionado Bruto	12.255	7.306	8.142
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	12.255	7.306	8.142
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	467.994	1.321.122	1.631.606
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	394.793	1.174.985	1.536.388
7.06.02	Receitas Financeiras	73.201	146.137	95.218
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	480.249	1.328.428	1.639.748
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	480.249	1.328.428	1.639.748
7.08.01	Pessoal	9.890	6.218	6.921
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-23.016	66.114	136
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	119.849	105.675	106.186
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	373.526	1.150.421	1.526.505
7.08.04.02	Dividendos	354.850	684.565	950.895
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	18.676	465.856	575.610

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	31.195.472	30.499.395	28.284.346
1.01	Ativo Circulante	15.058.055	16.211.707	15.490.111
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.115.379	3.938.951	5.002.004
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.090.212	2.853.106	1.283.498
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.190.979	2.696.087	1.151.647
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	899.233	157.019	131.851
1.01.03	Contas a Receber	4.112.417	4.496.194	4.203.056
1.01.03.01	Clientes	4.072.022	4.436.569	4.147.894
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	3.635.834	4.069.307	3.861.325
1.01.03.01.02	Financiamentos a Clientes	436.188	367.262	286.569
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	40.395	59.625	55.162
1.01.03.02.01	Demais Contas a Receber	36.765	58.561	44.025
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	3.630	1.064	11.137
1.01.04	Estoques	3.715.560	3.354.532	3.513.710
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.447.678	896.881	881.584
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.447.678	896.881	881.584
1.01.07	Despesas Antecipadas	111.355	187.570	150.046
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	465.454	484.473	456.213
1.01.08.03	Outros	465.454	484.473	456.213
1.01.08.03.01	Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	465.454	484.473	456.213
1.02	Ativo Não Circulante	16.137.417	14.287.688	12.794.235
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.639.531	4.510.381	3.768.173
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	429.602	129.260	10.955
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	76.904	73.089	73.471
1.02.01.04	Contas a Receber	421.844	431.248	337.909
1.02.01.04.01	Clientes	53.666	81.569	46.301
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	368.178	349.679	291.608
1.02.01.07	Tributos Diferidos	653.694	514.187	614.061

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	653.694	514.187	614.061
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	69.216	399.095	346.886
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	490	490	490
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	490	490	490
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.987.781	2.963.012	2.384.401
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	872.307	852.782	313.242
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	921.443	881.507	822.660
1.02.01.10.05	Ativo de indenização - combinação de negócios	193.496	194.719	202.352
1.02.01.10.06	Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	1.000.535	1.034.004	1.046.147
1.02.02	Investimentos	181.619	129.087	150.194
1.02.02.01	Participações Societárias	181.619	129.087	150.194
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	25.750	24.338	25.341
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	155.869	104.749	124.853
1.02.03	Imobilizado	9.553.674	7.278.865	6.637.826
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.572.762	7.278.865	0
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	1.980.912	0	0
1.02.04	Intangível	1.762.593	2.369.355	2.238.042

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	31.195.472	30.499.395	28.284.346
2.01	Passivo Circulante	5.195.069	6.336.798	7.009.688
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	405.636	428.192	388.118
2.01.02	Fornecedores	2.700.071	2.731.677	2.155.498
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.353.206	2.152.179	1.973.668
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	1.897.256	2.079.010	0
2.01.02.01.02	Fornecedores Nacionais - convênio	455.950	73.169	0
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	346.865	579.498	181.830
2.01.02.02.01	Fornecedores Estrangeiros	261.222	472.597	0
2.01.02.02.02	Fornecedores Estrangeiros - convênio	85.643	106.901	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	434.679	323.482	308.365
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.323.837	2.273.997	3.503.675
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	867.871	2.007.430	1.819.766
2.01.04.02	Debêntures	249.570	263.718	1.681.199
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	206.396	2.849	2.710
2.01.05	Outras Obrigações	257.593	451.591	554.624
2.01.05.02	Outros	257.593	451.591	554.624
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	16.694	284.024	338.845
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	213.273	137.494	125.150
2.01.05.02.05	Receita Diferida	27.626	26.572	18.413
2.01.05.02.06	Contas a Pagar - Indenização de Seguradoras	0	3.501	72.216
2.01.06	Provisões	73.253	127.859	99.408
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	40.455	77.822	64.550
2.01.06.02	Outras Provisões	32.798	50.037	34.858
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	3.847	4.382	4.799
2.01.06.02.04	Benefícios Pós-Emprego	28.951	45.655	30.059
2.02	Passivo Não Circulante	16.165.228	14.362.568	11.650.620
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	14.657.558	12.932.152	10.086.919

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	6.907.113	6.487.400	6.113.545
2.02.01.02	Debêntures	6.368.168	6.401.535	3.927.569
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	1.382.277	43.217	45.805
2.02.02	Outras Obrigações	194.031	178.330	179.915
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.925	4.071	4.185
2.02.02.02	Outros	190.106	174.259	175.730
2.02.02.02.03	Demais Contas a Pagar	190.106	162.409	162.834
2.02.02.02.04	Receita Diferida	0	11.850	12.896
2.02.03	Tributos Diferidos	7.531	9.297	83.642
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.531	9.297	83.642
2.02.04	Provisões	1.306.108	1.242.789	1.300.144
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	884.140	865.249	861.246
2.02.04.02	Outras Provisões	421.968	377.540	438.898
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	47.395	50.285	59.975
2.02.04.02.04	Benefício Pós-Emprego	243.916	204.160	207.464
2.02.04.02.05	Bônus de Subscrição - Indenização	130.657	123.095	171.459
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	9.835.175	9.800.029	9.624.038
2.03.01	Capital Social Realizado	5.171.752	5.171.752	5.171.752
2.03.02	Reservas de Capital	554.370	546.709	550.314
2.03.02.07	Reservas de Capital	542.400	542.400	549.778
2.03.02.08	Instrumento Patrimonial Outorgado	11.970	4.309	536
2.03.03	Reservas de Reavaliação	4.522	4.712	4.930
2.03.04	Reservas de Lucros	3.771.501	3.723.064	3.311.333
2.03.04.01	Reserva Legal	705.341	686.665	629.144
2.03.04.02	Reserva Estatutária	3.290.073	3.412.427	3.000.707
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	261.470	109.355	163.742
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-485.383	-485.383	-482.260
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-146.317	-63.989	154.824

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	102.427	65.857	53.061
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	376.920	351.924	377.824

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	89.297.975	90.697.983	79.230.014
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-83.187.109	-84.537.368	-72.431.473
3.03	Resultado Bruto	6.110.866	6.160.615	6.798.541
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.822.459	-4.276.040	-3.985.126
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.640.387	-2.670.867	-2.486.389
3.04.01.01	Com vendas e comerciais	-2.610.384	-2.601.617	0
3.04.01.02	Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	-30.003	-69.250	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.726.253	-1.625.839	-1.576.528
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-593.280	0	0
3.04.03.01	Redução ao valor recuperável de ativos "impairment"	-593.280	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	149.606	35.445	57.118
3.04.04.01	Outros Resultados Operacionais, Líquidos	179.625	57.533	59.360
3.04.04.02	Resultado na Venda de Bens	-30.019	-22.088	-2.242
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-12.145	-14.779	20.673
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.288.407	1.884.575	2.813.415
3.06	Resultado Financeiro	-506.854	-113.536	-474.296
3.06.01	Receitas Financeiras	457.289	681.235	585.101
3.06.02	Despesas Financeiras	-964.143	-794.771	-1.059.397
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	781.553	1.771.039	2.339.119
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-378.609	-638.719	-813.254
3.08.01	Corrente	-476.074	-476.302	-922.458
3.08.02	Diferido	97.465	-162.417	109.204
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	402.944	1.132.320	1.525.865
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	402.944	1.132.320	1.525.865
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	373.526	1.150.421	1.526.505
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	29.418	-18.101	-640
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.99.01.01	ON	0,3438	1,0611	2,8169
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,3422	1,0541	2,7968

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	402.944	1.132.320	1.525.865
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-52.514	-210.127	21.749
4.02.01	Ajustes de Avaliação de Instr. Financ. de Controladas, Líquido de Imposto de IR e CS	-51.319	-213.937	-4.016
4.02.02	Ajustes de Avaliação de Instr. Financ. de Empreend. Controlados em Conjunto, Líquido de IR e CS	-978	-2.329	3.535
4.02.03	Ajustes Acum. de Conversão de Controladas, Líquidos dos Efeitos do Hedge de Invest. e de IR e CS	36.570	12.796	45.542
4.02.04	Ganhos (Perdas) Atuariais de Benef. Pós-Emprego de Controladas, Líquido de IR e CS	-29.996	-5.282	-23.856
4.02.05	Ganhos (Perdas) Atuariais de Benef. Pós-Emprego de Empreend. Contr. em Conjunto, Líquido de IR e CS	-6.791	-1.375	544
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	350.430	922.193	1.547.614
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	327.768	944.404	1.553.489
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	22.662	-22.211	-5.875

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.924.852	2.888.959	1.739.038
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.754.431	3.630.625	3.581.089
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	402.944	1.132.320	1.525.865
6.01.01.02	Equivalência Patrimonial	12.145	14.779	-20.673
6.01.01.03	Amortiz. de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusiv	355.250	371.825	463.049
6.01.01.04	Amortização de ativos de direito de uso	300.058	0	0
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	844.647	812.489	704.544
6.01.01.06	Créditos de PIS e COFINS s/ Depreciação	14.918	15.721	13.134
6.01.01.07	Juros, variações monetárias e cambiais	1.248.741	1.026.515	854.671
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-97.465	162.417	-109.204
6.01.01.09	Resultado na venda de bens	30.019	22.088	2.242
6.01.01.10	Redução ao valor recuperável de ativos "impairment"	593.280	0	0
6.01.01.11	Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	30.003	69.250	132.756
6.01.01.12	Provisão para perda em estoques	-816	-1.498	-802
6.01.01.13	Provisão para benefício pós-emprego	10.682	4.854	13.968
6.01.01.14	Instrumento patrimonial outorgado	7.661	3.773	0
6.01.01.15	Demais provisões e ajustes	2.364	-3.908	1.539
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-324.413	598.789	-100.903
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes (AC)	361.563	-355.854	-725.240
6.01.02.02	Estoques (AC)	-357.553	168.704	-606.484
6.01.02.03	Impostos a Recuperar (AC)	-550.805	-11.467	-334.217
6.01.02.04	Seguro e Demais Contas a Receber (AC)	21.737	-14.536	358.682
6.01.02.05	Despesas Antecipadas (AC)	-15.507	-37.525	-23.016
6.01.02.07	Fornecedores (PC)	-31.605	576.164	412.393
6.01.02.08	Salários e encargos sociais (PC)	-22.556	40.074	7.149
6.01.02.09	Obrigações tributárias (PC)	1.917	46.476	33.054
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social (PC)	250.486	166.527	783.663
6.01.02.11	Benefícios pós-emprego (PC)	-16.704	15.596	5.119

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01.02.12	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PC)	-37.367	13.272	11.857
6.01.02.13	Seguro e demais contas a pagar (PC)	66.819	-59.237	-49.387
6.01.02.14	Receita diferida (PC)	1.054	8.159	-3.887
6.01.02.15	Dividendos recebidos de controladas e empreendimentos controlados em conjunto (AC)	4.108	42.436	29.411
6.01.03	Outros	-505.166	-1.340.455	-1.741.148
6.01.03.01	Contas a Receber e Financiamentos a clientes (ANC)	11.422	-99.622	-102.905
6.01.03.02	Impostos a Recuperar (ANC)	-19.526	-539.539	-130.200
6.01.03.03	Depósitos Judiciais (ANC)	-39.936	-58.757	-39.795
6.01.03.04	Demais Contas a Receber (ANC)	-797	6.350	-4.356
6.01.03.05	Despesas Antecipadas (ANC)	-4.379	-58.735	-116.735
6.01.03.07	Benefícios pós-emprego (PNC)	-15.415	-8.457	-759
6.01.03.08	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PNC)	18.891	11.811	-68.193
6.01.03.09	Demais contas a pagar (PNC)	27.698	-4.397	87.950
6.01.03.10	Receita diferida (PNC)	-11.850	-1.046	385
6.01.03.11	Pagtos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-330.068	-390.177	-529.732
6.01.03.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-141.206	-197.886	-836.808
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.835.261	-3.177.633	-1.371.755
6.02.01	Aplicações Financeiras, Líquidas de Resgates	-555.378	-1.669.937	60.859
6.02.02	Caixa e equivalentes de caixa de controlada adquirida	0	3.662	59.863
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-1.020.042	-1.178.312	-1.302.187
6.02.04	Aquisição de intangível	-151.997	-237.593	-221.960
6.02.05	Aquisição de empresas	0	-103.373	0
6.02.06	Aporte de capital em empreendimentos controlados em conjunto	-79.124	-31.908	-16.000
6.02.07	Receita com a venda de bens	39.287	38.578	47.670
6.02.08	Redução de capital em coligadas	0	1.250	0
6.02.09	Custos diretos iniciais de ativos de direito de uso	-68.007	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.922.229	-801.007	340.349
6.03.01	Financiamentos e Debêntures - Captação	2.105.737	4.461.112	4.510.694

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.03.02	Financiamentos e Debêntures - Amortização	-2.644.704	-3.710.718	-2.462.200
6.03.03	Financiamentos e Debêntures - Juros Pagos	-1.469.780	-737.564	-769.740
6.03.04	Contraprestação de Arrendamento Mercantil	-321.716	-5.120	-5.191
6.03.05	Dividendos Pagos	-596.436	-808.603	-940.250
6.03.07	Sociedades Relacionadas	-146	-114	7.036
6.03.13	Resgate de ações de acionistas não-controladores da Oxiteno Nordeste	-2.180	0	0
6.03.14	Aumento de capital realizado por acionistas não-controladores da Iconic	6.996	0	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	9.066	26.628	20.214
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.823.572	-1.063.053	727.846
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.938.951	5.002.004	4.274.158
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.115.379	3.938.951	5.002.004

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.171.752	175.393	4.099.092	0	1.868	9.448.105	351.924	9.800.029
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.171.752	175.393	4.099.092	0	1.868	9.448.105	351.924	9.800.029
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	159.776	-124.002	-354.850	0	-319.076	3.823	-315.253
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	6.996	6.996
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	7.661	0	0	0	7.661	0	7.661
5.04.09	Dividendos propostos	0	261.470	-124.002	-137.468	0	0	0	0
5.04.10	Dividendos intermediários	0	0	0	-217.382	0	-217.382	0	-217.382
5.04.11	Dividendos adicionais atribuíveis a acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-993	-993
5.04.12	Resgate de ações de acionistas não-controladores da Oxiteno Nordeste	0	0	0	0	0	0	-2.180	-2.180
5.04.14	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	0	-109.355	0	0	0	-109.355	0	-109.355
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	375.015	-45.758	329.257	21.173	350.430
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	373.526	0	373.526	29.418	402.944
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1.489	-45.758	-44.269	-8.245	-52.514
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-52.318	-52.318	21	-52.297
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	36.570	36.570	0	36.570
5.05.02.06	Perdas Atuariais em Benefício Pós-Emprego, Líquidas	0	0	0	0	-30.010	-30.010	-6.777	-36.787
5.05.02.07	Ganho no reembolso de ações pref. B da Oxiteno Nordeste	0	0	0	1.489	0	1.489	-1.489	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-190	20.324	-20.165	0	-31	0	-31
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	18.676	-18.676	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-190	0	190	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-31	0	-31	0	-31
5.06.04	Transferência para reserva estatutária	0	0	1.648	-1.648	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.171.752	334.979	3.995.414	0	-43.890	9.458.255	376.920	9.835.175

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.171.752	434.095	3.629.851	0	10.516	9.246.214	377.824	9.624.038
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.171.752	434.095	3.629.851	0	10.516	9.246.214	377.824	9.624.038
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-61.115	0	-684.565	0	-745.680	-3.689	-749.369
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.773	0	0	0	3.773	0	3.773
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-10.501	0	0	0	-10.501	0	-10.501
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-684.565	0	-684.565	0	-684.565
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	0	-163.742	0	0	0	-163.742	0	-163.742
5.04.09	Dividendos adicionais propostos	0	109.355	0	0	0	109.355	0	109.355
5.04.10	Dividendos adicionais atribuíveis a acionistas não controladores de controladas	0	0	0	0	0	0	-3.689	-3.689
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.150.421	-206.017	944.404	-22.211	922.193
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.150.421	0	1.150.421	-18.101	1.132.320
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-206.017	-206.017	-4.110	-210.127
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-216.245	-216.245	-21	-216.266
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-2.568	-2.568	0	-2.568
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	12.796	12.796	0	12.796
5.05.02.06	Perdas Atuariais em Benefício Pós-Emprego, Líquidas	0	0	0	0	0	0	-4.089	-4.089
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-218	469.241	-465.856	0	3.167	0	3.167
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	465.856	-465.856	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-218	0	218	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-3	0	-3	0	-3
5.06.04	Dividendos Prescritos	0	0	0	3.170	0	3.170	0	3.170
5.06.05	Transferência para Reserva Estatutária	0	0	3.385	-3.385	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.171.752	372.762	4.099.092	0	-195.501	9.448.105	351.924	9.800.029

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.838.686	239.013	4.466.392	0	-16.468	8.527.623	30.935	8.558.558
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-82.427	0	0	-82.427	-81	-82.508
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.838.686	239.013	4.383.965	0	-16.468	8.445.196	30.854	8.476.050
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.333.066	195.491	-1.333.066	-950.895	0	-755.404	352.845	-402.559
5.04.01	Aumentos de Capital	1.333.066	0	-1.333.066	0	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-7.440	0	0	0	-7.440	0	-7.440
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	6.799	0	0	0	6.799	0	6.799
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-787.153	0	-787.153	0	-787.153
5.04.08	Aprovação em assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-165.515	0	0	0	-165.515	0	-165.515
5.04.09	Dividendos Adicionais Propostos	0	163.742	0	-163.742	0	0	0	0
5.04.10	Instrumento Patrimonial Outorgado	0	536	0	0	0	536	0	536
5.04.11	Mudança de Participação de Acionistas não Controladores - CBLSA	0	197.369	0	0	0	197.369	178.972	376.341
5.04.12	Adição de Acionistas não Controladores em Função de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	182.603	182.603
5.04.13	Dividendos Adicionais Atribuíveis a Acionistas não Controladores	0	0	0	0	0	0	-8.730	-8.730
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.526.505	26.984	1.553.489	-5.875	1.547.614
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.526.505	0	1.526.505	-640	1.525.865
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	26.984	26.984	-5.235	21.749
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-481	-481	0	-481
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	45.542	45.542	0	45.542
5.05.02.06	Perda Atuarial em Benefícios Pós-Emprego, Líquido de IR e CS	0	0	0	0	-18.077	-18.077	-5.235	-23.312
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-409	578.952	-575.610	0	2.933	0	2.933
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	578.952	-575.610	0	3.342	0	3.342
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-409	0	409	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-96	0	-96	0	-96
5.06.04	Dividendos Prescritos	0	0	0	3.029	0	3.029	0	3.029
5.06.05	Transferência para Reserva Estatutária	0	0	0	-3.342	0	-3.342	0	-3.342

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.07	Saldos Finais	5.171.752	434.095	3.629.851	0	10.516	9.246.214	377.824	9.624.038

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	93.304.519	93.548.685	81.249.223
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	93.540.166	93.954.315	81.793.240
7.01.02	Outras Receitas	-205.644	-336.380	-405.931
7.01.02.01	Resultado na Venda de Bens e Outras Resultados Operacionais, Líquidos	149.606	35.445	57.118
7.01.02.02	Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-355.250	-371.825	-463.049
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-30.003	-69.250	-138.086
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-86.553.304	-86.878.595	-74.088.965
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-77.651.614	-78.330.739	-66.434.670
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.657.370	-2.351.100	-2.293.904
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-623.156	-23.141	-27.090
7.02.04	Outros	-5.621.164	-6.173.615	-5.333.301
7.02.04.01	Matérias-Primas Consumidas	-5.621.164	-6.173.615	-5.333.301
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.751.215	6.670.090	7.160.258
7.04	Retenções	-1.159.623	-828.210	-717.678
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.144.705	-812.489	-704.544
7.04.02	Outras	-14.918	-15.721	-13.134
7.04.02.01	Créditos de PIS e COFINS sobre Depreciação	-14.918	-15.721	-13.134
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.591.592	5.841.880	6.442.580
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	589.498	809.546	742.800
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-12.145	-14.779	20.673
7.06.02	Receitas Financeiras	457.289	681.235	585.101
7.06.03	Outros	144.354	143.090	137.026
7.06.03.01	Aluguéis e Royalties	144.354	143.090	137.026
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.181.090	6.651.426	7.185.380
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.181.090	6.651.426	7.185.380
7.08.01	Pessoal	2.098.706	2.187.994	1.924.541
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.798.355	2.312.328	2.476.497
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	881.085	1.018.784	1.258.477

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	402.944	1.132.320	1.525.865
7.08.04.02	Dividendos	355.843	688.254	959.625
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	47.101	444.066	566.240

Mensagem da Administração 2019

Iniciamos o ano de 2019 com uma visão otimista em relação ao crescimento econômico do Brasil e seus efeitos positivos sobre o ambiente de negócios, expectativa que já nos primeiros meses mostrou-se pouco realista à luz da velocidade que se conseguiu imprimir às reformas. Ainda assim, mesmo com crescimento menor do que o esperado, houve movimentos importantes para um ambiente macroeconômico mais dinâmico, com taxas de juros mais baixas, inflação sob controle e novos anúncios de privatizações e licitações públicas.

Nesse contexto, atuamos para fortalecer nossa estrutura de gestão e governança, solidificando os pilares para a perenidade do Grupo Ultra. Em abril houve uma importante renovação no Conselho de Administração, com eleição de quatro novos membros, que trazem experiências e competências complementares para a Companhia. Em adição ao Comitê de Pessoas, que já existe desde 2011, criamos o Comitê de Estratégia e reestruturamos o Comitê de Auditoria e Riscos, que passou a contar com membros independentes do Conselho.

Implementamos Conselhos Consultivos em cada uma das nossas empresas, compostos pelo CEO e CFO da Ultrapar e por dois conselheiros externos, especialistas no setor de atuação de cada negócio. Os Conselhos Consultivos têm contribuído para elevar a qualidade da supervisão e acompanhamento de cada negócio, por meio de análises mais profundas sobre estratégia, investimentos, pessoas e resultados.

Em continuidade ao nosso processo planejado de sucessões na Diretoria Executiva, efetivamos a sucessão na liderança da Ultracargo e continuamos dedicados a construir um *pipeline* de líderes empresários, tanto na Ultrapar como em nossos negócios.

Aprimoramos nosso processo de planejamento estratégico iniciado em 2018, visando as perspectivas de longo prazo de nossos negócios, bem como fortalecendo a estratégia de portfólio da Ultrapar. As alterações implementadas em nossa governança foram fundamentais para que esse objetivo pudesse ser alcançado, especialmente com a dinâmica criada entre os Conselhos Consultivos, a Diretoria Executiva, o Comitê de Estratégia e o Conselho de Administração.

Na Ipiranga, observamos uma nítida evolução na gestão organizada por unidades de negócio, implementada no início de 2019, que visa a maximização de valor nas iniciativas que anteriormente tinham como objetivo apenas impulsionar a venda de combustíveis. Nesse sentido, iniciamos um projeto piloto para operação de lojas próprias da am/pm, que nos permitirá ampliar nosso conhecimento do negócio e agregar valor aos nossos franqueados. O aplicativo Abastece Aí segue em crescimento exponencial e já realiza transações anualizadas acima de R\$ 4,0 bilhões, enquanto o Km de Vantagens, maior programa de fidelidade do país, segue agregando novos usuários e ultrapassou a marca de 32 milhões de participantes.

No negócio principal da Ipiranga, a distribuição de combustíveis, estamos fortalecendo nossa estrutura logística e implementando iniciativas de redução de custos e despesas, para seguirmos crescendo com mais eficiência, mesmo diante de um ambiente de mercado mais competitivo. Além disso, aprimoramos nossas ferramentas de precificação, por meio de inteligência de dados, e seguimos comprometidos com a satisfação de nossos revendedores, por meio de uma relação comercial mais próxima e transparente. Criamos um *hub* de inovação, o "Turbo", para alavancar nossas plataformas digitais e manter a Ipiranga na vanguarda de inovação no setor.

Na Oxiten, tivemos um forte impacto nos resultados, em função da queda das margens de *commodities* petroquímicas em todo o mundo e de um início de operações mais difícil do que se antevia da nossa planta nos EUA. Para contrapor esses fatores, a gestão da Oxiten adequou sua estrutura de custos e manteve os investimentos em pesquisa e desenvolvimento e no lançamento de novos produtos, proporcionando formulações de melhor performance para os nossos clientes e com menor impacto para o meio ambiente. A maturação da planta nos EUA segue como uma importante alavanca de geração de valor para a Oxiten, que se beneficiará de condições mais atrativas de matéria-prima e infraestrutura no maior mercado de tensoativos do mundo.

A Ultragaz segue como referência em excelência operacional e inovação no setor de GLP e está investindo na interiorização de sua operação, em novos canais de comercialização e na diferenciação de seus serviços. Em agosto de 2019, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) determinou o fim da prática de diferenciação de preços de GLP, entre envasado e granel, eliminando uma distorção histórica, o que aumenta a competitividade do GLP frente a outros energéticos. Apesar da contração de mercado no primeiro semestre, observamos uma recuperação importante no segundo semestre, o que fortalece nossa convicção de um bom ano para Ultragaz em 2020.

Na Ultracargo, completamos as expansões de capacidade nos terminais de Santos e Itaquí, que entraram em operação no segundo semestre. Além disso, vencemos a licitação para construção de um novo terminal de graneis líquidos no porto de Vila do Conde, no

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Pará, ampliando nossa atuação geográfica. Assinamos, ainda, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público, referente ao incêndio ocorrido no terminal de Santos em 2015, que contempla projetos para compensar os impactos causados ao estuário de Santos e seguimos realizando melhorias contínuas em segurança em todos os nossos terminais. Vemos uma demanda crescente pelos serviços prestados pela Ultracargo e, certamente, estamos bem posicionados para nos beneficiar dessas oportunidades.

Na Extrafarma, migramos de uma estratégia de expansão acelerada em diversas regiões para uma consolidação de nossa presença nas regiões de maior rentabilidade. Além disso, direcionamos os investimentos para melhorar nossa estrutura logística e sistemas de informação, aumentando a eficiência da operação, reduzindo o capital de giro empregado e elevando o nível de serviço aos nossos clientes. Iniciamos a venda de produtos de marca própria, além de personalização de promoções e inauguramos um centro de distribuição em São Paulo. Com essas iniciativas, a Extrafarma reportou uma geração de caixa positiva no segundo semestre do ano.

Para otimizar a nossa estrutura de *holding*, criamos um Centro de Serviços Compartilhados para atender a todos os negócios com nível de excelência e custos competitivos. O Centro está localizado em Campinas e iniciou as operações em janeiro de 2020.

Encerramos 2019 com um EBITDA Ajustado de R\$ 3,1 bilhões, praticamente estável em relação a 2018, com uma geração de caixa operacional após investimentos de R\$ 1,7 bilhão e um lucro líquido de R\$ 906 milhões, dos quais R\$ 479 milhões foram distribuídos via dividendos aos nossos acionistas. Esses valores não consideram a baixa contábil de R\$ 593 milhões referente ao ágio gerado na aquisição da Extrafarma, a baixa de ativos de R\$ 14 milhões pela venda da Oxiteno Andina e o TAC de R\$ 66 milhões na Ultracargo.

Em 2019 alongamos o perfil de nossa dívida, com a captação de US\$ 500 milhões em títulos no mercado internacional, com vencimento em 10 anos, utilizando os recursos para gestão do passivo. A redução da nossa alavancagem financeira segue sendo um objetivo importante e, nesse sentido, mantivemos a seletividade na alocação de capital, sem abrir mão do nosso crescimento.

Diante desse contexto, anunciamos em dezembro o nosso plano de investimentos para 2020, superior a R\$ 1,7 bilhão, que contempla infraestrutura logística e projetos de expansão e ganhos de produtividade, além de manutenção e segurança.

Agradecemos aos nossos clientes, consumidores, parceiros, fornecedores, acionistas e sociedade em geral pela confiança e, especialmente, aos nossos colaboradores pelo comprometimento e dedicação no desenvolvimento do Grupo Ultra.

Pedro Wongtschowski

Presidente do Conselho de Administração

Frederico Fleury Curado

Diretor Presidente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Perfil da Companhia

A Ultrapar possui mais de 80 anos de história, com suas origens em 1937, quando Ernesto Igel fundou a Ultragaz, empresa pioneira na utilização do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) como gás de cozinha. A busca constante por crescimento transformou a empresa em um dos maiores grupos empresariais do país. Hoje a Ultrapar ocupa posição de destaque em todos os segmentos em que atua: cadeia de óleo e gás, através da Ultragaz, Ipiranga e Ultracargo; especialidades químicas, através da Oxiteno, e varejo farmacêutico, com a Extrafarma.

Desde 1999, a Ultrapar mantém ações listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange – NYSE), com ADRs Nível III, e na Bolsa de Valores de São Paulo (Brasil, Bolsa, Balcão – B3). Desde 2011, é parte do Novo Mercado da B3.

Ultragaz

Pioneira e líder no mercado nacional de distribuição de GLP, é referência em inovação e na criação constante de soluções para uso do produto. Possui também um moderno laboratório de pesquisa e desenvolvimento para gases especiais, segmento no qual também é líder de mercado.

Ipiranga

Uma das maiores empresas de distribuição de combustíveis e lubrificantes do país, reúne uma rede de mais de 7 mil postos cada vez mais completos e digitais, além da maior franquia de lojas de conveniência do Brasil, a am/pm, com 2,4 mil lojas. Conta também com um dos maiores programas de fidelidade do país, o Km de Vantagens, que encerrou 2019 com mais de 32 milhões de participantes.

Oxiteno

Líder na produção de tensoativos e especialidades químicas na América Latina, com mais de 20% da capacidade de etoxilação das Américas, inaugurou em 2018 uma fábrica nos Estados Unidos para ampliar sua atuação internacional. A nova unidade industrial soma-se às seis no Brasil, três no México e uma no Uruguai. A Oxiteno também possui escritórios comerciais na Argentina, Bélgica, China e Colômbia, além de centros de Pesquisa e Desenvolvimento no Brasil, México e EUA.

Ultracargo

Maior empresa privada de armazenagem para grãos líquidos do Brasil, com terminais em seis portos em locais estratégicos das regiões Nordeste, Sudeste e Sul. Em 2019, a Ultracargo venceu o leilão para implantação de um terminal no Porto de Vila do Conde, no Pará, e o início da operação está previsto para 2023.

Extrafarma

Rede de varejo farmacêutico originada na região Norte, hoje está presente em 11 Estados brasileiros, com 416 lojas onde atuam mais de seis mil colaboradores.

Governança em Riscos, Compliance e Auditoria



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Ultrapar possui uma estrutura organizada de governança para os temas de riscos, *compliance* e auditoria, que abrange todos os seus negócios.

Em maio de 2019 foi implantado o Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos, cujas funções são a de assessorar o Conselho de Administração na supervisão (1) da integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Companhia, (2) da conformidade da Companhia com requisitos legais e regulatórios, (3) das qualificações e independência do auditor independente, e (4) do desempenho das funções de auditoria interna da Companhia (representada pela Diretoria de Riscos, *Compliance* e Auditoria) e dos auditores independentes, e (5) da gestão de riscos, inclusive se reunindo com a Administração sempre que julgar necessário. Até então, as funções de um comitê de auditoria eram exercidas pelo Conselho Fiscal, de acordo com a prática estabelecida junto à SEC – *Securities and Exchange Commission*. A partir de maio, o Conselho Fiscal passou a exercer exclusivamente suas funções designadas pela Lei das S/A.

A composição atual do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos conta com três membros que também são conselheiros independentes do Conselho de Administração da Ultrapar e um membro externo e independente, que exerce as funções de Coordenador do Comitê.

Especificamente para os temas ligados à conformidade, a Ultrapar conta com um Comitê de Conduta, com Presidência independente e cujos membros são eleitos pelo Conselho de Administração, que é responsável pela gestão do Programa de *Compliance* da Companhia.

Gestão Integrada de Riscos

A Ultrapar possui uma gestão integrada que consolida e organiza, em um sistema de matrizes, os principais riscos dos seus negócios, classificando-os por impactos e vulnerabilidade, viabilizando uma discussão sobre riscos de forma organizada em todos os níveis da administração da Companhia. Este sistema e suas métricas, bem como a governança para a sua atualização e acompanhamento, estão formalizados na Política Corporativa de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração. Em 2019 o Comitê de Auditoria e Riscos revisou a Matriz Sistêmica de Riscos, que forma a base dos riscos que são dimensionados na Matriz de Impacto e Vulnerabilidades, tendo sido submetida e aprovada pelo Conselho de Administração.

Em complemento à Política Corporativa de Riscos, a Companhia possui políticas específicas para a gestão de temas relevantes, como Conflito de Interesses, Anticorrupção, Gestão de Riscos Financeiros, Investimentos, Fusões e Aquisições, Seguros e Concorrencial.

Auditorias Interna e Externa

A Companhia possui uma área de auditoria interna vinculada à Diretoria de Riscos, *Compliance* e Auditoria que é responsável pela condução da certificação Sarbanes-Oxley, centrada nos controles de elaboração das demonstrações financeiras, envolvendo a atualização anual de diversos níveis de controles, inclusive os controles gerais de tecnologia de informação e controles de gestão. Além disto, a Auditoria Interna é responsável pela execução do Planejamento Anual de Atividades aprovado pelo Comitê de Auditoria e Riscos.

A Auditoria Externa tem a responsabilidade de validar o ambiente de controles internos voltados para a elaboração das demonstrações financeiras, validando-o e certificando-o conforme estabelecido na Lei Sarbanes-Oxley. Além disso, é responsável pelas auditorias das demonstrações financeiras, assegurando a sua integridade, formalizando sua opinião através dos seus pareceres trimestrais e anuais.

Compliance

A Ultrapar possui um Programa de *Compliance* supervisionado pelo Comitê de Conduta, que contém diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração, dentre as quais o Código de Ética. O Programa estabelece temas anuais para comunicação e treinamentos, como combate à corrupção, boas práticas concorrenciais e conflitos de interesses e assédio, dentre outros, sempre visando fortalecer a cultura de integridade da Companhia.

O Programa de *Compliance* do Grupo Ultra é avaliado bianualmente, através de um diagnóstico de comportamento realizado por consultoria independente, cujo resultado classifica cada um dos Negócios quanto ao seu grau de maturidade em *compliance* e recomenda medidas adicionais de treinamento ou comunicação.

O Programa também determina a disponibilização de um canal de denúncias a todo o público de relacionamento, que garanta o anonimato e não retaliação aos denunciante.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A evolução do Programa, bem como do canal de denúncias, é reportada sistematicamente ao Comitê de Conduta e periodicamente ao Comitê de Auditoria e Riscos, Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

Sustentabilidade e Segurança

As empresas do Grupo Ultra estão presentes no cotidiano de milhões de brasileiros, por meio dos postos Ipiranga, das lojas am/pm, das farmácias Extrafarma, dos botijões da Ultragaz e da Oxitenó, que fornece insumos para uma infinidade de produtos de consumo. Para que os combustíveis cheguem aos postos, a Ultracargo tem função importante na infraestrutura logística do Brasil. Com essa abrangência, todas as empresas conduzem iniciativas socioambientais, tanto para minimizar o impacto específico de suas atividades como para contribuir com a construção de uma sociedade mais sustentável.

Em 2019, a Ultrapar realizou seu primeiro estudo de materialidade sob a ótica dos seus diferentes *stakeholders*, com o objetivo de identificar os temas críticos da Companhia nas dimensões ambiental, social e de governança (ASG). A partir desse estudo, será elaborada uma Política de Sustentabilidade e redefinidas as prioridades de atuação. A partir de 2020 pretendemos adotar uma nova estrutura de reporte, proporcionando maior transparência e objetividade. Nesse contexto, Ipiranga, Ultracargo e Extrafarma também iniciaram seus respectivos estudos de materialidade, ao passo que Ultragaz e Oxitenó já o fizeram em anos anteriores.

Ultragaz

Os projetos socioambientais desenvolvidos pela Ultragaz dividem-se nas frentes de educação, cultura e preservação ambiental e têm como foco dois públicos: crianças e jovens de escolas e instituições públicas e mulheres de classes menos favorecidas.

Em 2019, a Ultragaz investiu em mais de 20 projetos sociais com foco em educação e cultura para crianças e adolescentes de classes menos favorecidas, tais como: Recriarte, ASA, Vocação, Pluga Cuca, Escola de Música e Informática, Ultragaz Cultural (carreta cinema), entre outros. Merece destaque o lançamento do Projeto Memória Local, em parceria com o Museu da Pessoa e Instituto Avisa Lá, onde, por meio da capacitação das equipes das secretarias de educação de sete cidades em diferentes Estados, se dá a transformação das histórias locais em livros. Esse projeto envolveu 1.474 alunos de 56 escolas públicas e 142 educadores.

Com relação às mulheres, a Ultragaz implementou projetos de empoderamento feminino em parceria com a Associação Feminina de Estudos Sociais e Universitários (Afesu), cujo objetivo é apoiar adolescentes em condição de vulnerabilidade social. Já em conjunto com a Rede Mulher Empreendedora (RME), patrocinou cursos de capacitação para fomentar o empreendedorismo e resgatar a autoestima em mulheres vítimas de violência doméstica.

No Programa de Voluntariado Corporativo, vale ressaltar a participação dos colaboradores em projetos da *Junior Achievement*, uma das mais importantes organizações de empreendedorismo, meio ambiente e negócios do mundo para o desenvolvimento de crianças e adolescentes com orientações em temas como educação e sustentabilidade, finanças pessoais e ética. No total, a Ultragaz engajou 357 voluntários no ano para participar dos projetos Ler é Presente, Horta na Escola, Mãos à Obra na Escola, Lendo e Aprendendo e Abre Portas Ultragaz, além do *Junior Achievement*.

Teve continuidade ainda a Campanha Junte Óleo: Ultragaz Coleta e Soja Recicla, em parceria com a Bunge e o Instituto Triângulo. Uma parte do óleo coletado é usado para fabricar o sabão e outra é direcionada à produção de biodiesel. A campanha ocorre no Ceará, na Bahia, em Minas Gerais, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul e em São Paulo, usufruindo da capilaridade e alcance da Ultragaz entre os lares brasileiros.

A Ultragaz compensa as emissões de gás carbônico decorrentes dos projetos itinerantes que patrocina, isto em trabalho conjunto com a ONG Iniciativa Verde, e, como parte do Programa Carbon Free, promove o plantio de árvores para neutralizar o CO₂ produzido.

Como consequência de um trabalho consistente, a Ultragaz foi reconhecida mais uma vez, na pesquisa de clima, por 92% do seu público interno, como uma empresa sustentável preocupada com as questões sociais e ambientais.

Ipiranga

Com o objetivo de minimizar o impacto de suas atividades, a Ipiranga, por meio de seu sistema de gestão SIGA+ (Sistema de Gestão de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Responsabilidade Social), monitora e gerencia os indicadores de performance para estes

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

temas, de forma a garantir o alinhamento com as normas de referência para gestão integrada e melhoria contínua. O sistema vem sendo reestruturado a fim de garantir maior eficácia e agilidade.

Além disso, a Ipiranga vem implementando ações voltadas para eficiência energética e, há mais de 10 anos, possui um programa exclusivo e auditado por parte independente para gestão de suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), o “Programa Carbono Zero Ipiranga”. A compensação de emissões próprias que não puderam ser reduzidas ocorre por meio da aquisição de créditos de carbono com certificação internacional. Além disso, o Programa oferece aos clientes Ipiranga a oportunidade de compensar também suas emissões e conta com um site exclusivo, dando transparência as informações.

O cumprimento das leis, o compromisso com a sustentabilidade e a ética nas relações, além de refletidos no Código de Ética, são reforçados em cada relacionamento com os *stakeholders*. Alinhado a estes princípios, a Ipiranga aderiu em 2013 ao Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (InPACTO), assumindo o compromisso de não possuir relações comerciais com aqueles que se utilizam de trabalho escravo ou análogo em sua cadeia de fornecimento. Com o objetivo de combater a exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas, a Ipiranga desenvolve campanhas de conscientização junto ao público caminhoneiro, por meio do “Programa Na Mão Certa”, da Organização internacional *Childhood* Brasil, do qual é mantenedora.

Também atuando nesse importante elo da cadeia, a Ipiranga possui o Programa “Saúde na Estrada”, programa itinerante de promoção da saúde que, desde o lançamento, já atingiu mais de 500 mil pessoas, de 180 municípios em 23 Estados, oferecendo serviços médicos gratuitos como vacinações, avaliação da composição corporal, entre outros. Ainda comprometida com seu papel social, realiza investimentos em projetos sociais no entorno das localidades onde atua, orientada pela Política de Responsabilidade Social e Política de Incentivo Social Privado.

Para promover o fortalecimento da cultura de segurança e a valorização da vida, a Ipiranga possui um programa que busca garantir as condições físicas adequadas, procedimentos eficientes e o comportamento seguro em suas operações. O Programa de Segurança possui um plano estruturado de investimentos para confiabilidade dos ativos, engajamento e capacitação de públicos de interesse, de forma a torná-los agentes de mudança. Em 2019, lançou o Plano de Comunicação “Segurança 360º”, com o tema “Risco Controlado, Vida Preservada”, engajando funcionários, terceiros e motoristas através de ações culturais ao longo do ano. Além disso, foi desenvolvido o Plano de Continuidade dos Negócios, com o objetivo de consolidar em uma única estrutura o processo de gestão de crise, atendimento a emergências e contingência operacional.

Oxitenó

Em 2019 a Oxitenó validou o Plano Estratégico de Sustentabilidade 2030. Composto por 8 ambições e desdobrado entre 28 metas ambientais, sociais e econômicas, o plano está alinhado com as demandas dos clientes, da sociedade e dos objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU (ODS). O plano estratégico está disponível no site <http://www.oxitenó.com.br/sustentabilidade/>.

Na busca por soluções mais sustentáveis, a Oxitenó utiliza a metodologia de Avaliação do Ciclo de Vida (ACV) para auxiliar no desenvolvimento de seus produtos. A metodologia, que é normatizada pelas ISOs 14040 e 14044, permite quantificar os impactos ambientais de um produto, ao longo de toda sua existência, desde a extração de suas matérias-primas, passando pelo processo de produção, durante seu uso e descarte. Em 2019, três estudos de ciclo de vida foram realizados e, sempre que possível, a Oxitenó substitui o uso de insumos sintéticos e derivados petroquímicos por outros de origem vegetal. Além disso, prioriza a elaboração de produtos concentrados, biodegradáveis e aliados na redução do uso de energia, consumo de água e de embalagens.

Nas questões sociais, a Oxitenó aporta patrocínios e investimentos sociais privados para o desenvolvimento das comunidades do seu entorno. Além de iniciativas como corais musicais, programas de voluntariado em escolas, a Oxitenó apoia o projeto social Integrar Arte e Vida, em Mauá (SP), desenvolvido na Escola Municipal Cora Coralina em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. A ação, que envolve mensalmente cerca de 220 alunos, estimula crianças e jovens a permanecerem na escola e completarem sua jornada educacional por meio da oferta de oficinas culturais e esportivas nas modalidades dança, futsal e judô, como atividades extracurriculares do colégio.

Por fim, pelo segundo ano consecutivo, a Oxitenó apoia o projeto “Baú das Artes”, iniciativa que entrega acervos com mais de 300 livros infantis, jogos educativos, brinquedos, fantasias e instrumentos musicais, além de capacitar os professores para conectarem os materiais com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Em 2019 foram beneficiadas 22 escolas entre os municípios de Camaçari (BA), Mauá e Tremembé (SP), 367 educadores capacitados e um potencial de 8.000 crianças impactadas pelo projeto.

Ultracargo

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Adicionalmente, em 2019, foi lançado o Código de Conduta Ambiental que estabelece as boas práticas que devem ser adotadas pela empresa e parceiros. O documento foi disseminado para os colaboradores por meio de uma ampla campanha de comunicação, que contou com a disponibilização de um *e-learning*. O conteúdo do treinamento leva o colaborador a refletir sobre mudanças comportamentais para a construção de uma sociedade mais consciente. Para estabelecer e manter os processos e ferramentas nas áreas de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade, a Ultracargo criou o Sistema de Gestão em SSMAQ, denominado Vital.

A Ultracargo investe para garantir os menores impactos possíveis de suas operações no meio ambiente, acompanhando indicadores de emissão de gases do efeito estufa, consumo de água e energia, destinação de resíduos e efluentes e vazamentos. Todas as suas unidades são certificadas pela ISO 14001.

Na parte social, a Ultracargo manteve o apoio à iniciativa Comunidade em Ação, do jornal Tribuna de Santos, premiação que divulga e dá visibilidade a projetos que contribuem para melhorar a vida de milhares de pessoas da Baixada Santista. Assim como a Ipiranga, a empresa também passou a patrocinar o “Programa Na Mão Certa”, iniciativa da *Childhood* Brasil que tem por objetivo enfrentar a exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas brasileiras.

Extrafarma

Em 2019, a Extrafarma implementou um programa de substituição de lâmpadas em sua rede, passando a adotar a tecnologia LED, mais econômica e durável. Com esta medida, a empresa reduziu o consumo de energia para iluminação das lojas em quase 30%.

Adicionalmente, a empresa desenvolveu um projeto de geração de energia distribuída com base em energia solar e biogás. Esta iniciativa é um estímulo à produção de energia limpa e renovável, possibilitando uma economia de cerca de 15% nos gastos totais com energia. Em 2019 foi concluído o processo de contratação de parceiros nos Estados do Maranhão, Pará e Pernambuco. Estimamos que ainda no primeiro semestre de 2020 aconteça a implantação no Estado do Ceará, abrangendo ao todo 70% do parque de lojas da rede com geração de energia distribuída.

Pelo 4º ano consecutivo, a Extrafarma patrocinou em 2019 o evento da CowParade, nesta ocasião em Salvador, promovendo a cultura local e a responsabilidade social. Ao final da edição, as “vaquinhas” foram leiloadas e todo valor arrecadado foi destinado às instituições Obras Sociais Irmã Dulce (OSID), entidade filantrópica local que abriga um dos maiores complexos de saúde e Hospital da Criança Martagão Gesteira, o maior hospital exclusivamente pediátrico do Norte e Nordeste.

Pessoas

As pessoas são o maior diferencial da Companhia e fator sucesso de cada negócio. As iniciativas mencionadas abaixo modelo de gestão que envolve um sistema de remuneração meritocracia e à geração de valor de suas empresas. Todos programas voltados para seus colaboradores, buscando desenvolvimento e engajamento.

O Comitê de Pessoas da Ultrapar tem por atribuição avaliar de Administração na designação de Diretores da Ultrapar, longo prazo a serem concedidos aos executivos, opinar avaliação dos Diretores, acompanhar os programas de talentos e de potenciais líderes da Companhia. A liderança da Ultrapar e de suas empresas, por sua vez, realizam o desdobramento dos princípios do Grupo Ultra na gestão de pessoas, garantindo que eles estejam presentes em todos os níveis da Companhia, respeitando as especificidades e autonomia de cada negócio na sua execução.

Atração

Número de colaboradores			
	2019	2018	Δ (%) 2019v2018
Ipiranga	3.289	3.318	-1%
Oxiten	1.844	1.943	-5%
Ultragaz	3.414	3.511	-3%
Ultracargo	792	710	12%
Extrafarma	6.292	7.112	-12%
Holding	393	440	-11%
Ultrapar	16.024	17.034	-6%

determinante no fazem parte de um variável atrelado à os negócios possuem atração, retenção,

e apoiar o Conselho avaliar incentivos de sobre o programa de desenvolvimento de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Com a finalidade de fortalecer a marca empregadora entre os jovens, buscar profissionais qualificados e formá-los com base conceitual consistente, as empresas do Ultra possuem diversos programas de atração (Regular, Férias, *Summer Undergrad* e *Junior Achievement*) com um processo estruturado de desenvolvimento e *job rotation* em diferentes áreas. Os objetivos de cada programa são:

- **Estágio Regular** – formar profissionais com base conceitual consistente, por meio da atração e desenvolvimento de estudantes qualificados;
- **Estágio de Férias** – oferecer oportunidades de estágio nas Universidades Nacionais durante o período de férias, fortalecendo assim a marca empregadora entre os jovens;
- **Summer Undergrad** – oferecer oportunidades de estágio nas Universidades Internacionais durante o período de férias (*Summer Job*), também com o intuito de fortalecer a marca empregadora;
- **Junior Achievement** – programa para os jovens aprendizes, para promover os conceitos de empregabilidade, educação e qualificação, além do estímulo à reflexão sobre o futuro, preparação para o mercado de trabalho e orientação sobre perspectivas de carreira.

Os programas demonstram crescimento na quantidade de candidatos interessados nas vagas a cada ano e o índice de retenção dos talentos mantém-se acima de 70%.

Retenção

Ao longo de 2019, a Ultrapar aprovou uma nova Política Corporativa de Remuneração Executiva. Os princípios de alinhamento, meritocracia e geração sustentável de valor são itens essenciais na política. Em consonância com o aprimoramento do processo de planejamento estratégico da Companhia, o sistema de remuneração dos executivos também foi revisto para torná-lo mais aderente à estratégia, elevando a participação do incentivo de longo prazo na composição da remuneração e incluindo novos indicadores de desempenho.

Desenvolvimento

A cultura de inovação vem sendo implementada nos negócios, por meio de ferramentas estratégicas para formação, capacitação e autodesenvolvimento. O Processo de Carreira e Sucessão viabiliza a análise colegiada de metas, comportamentos e potencial de crescimento, que resulta em decisões específicas de desenvolvimento de carreira (desenvolvimento de habilidades / comportamentos, movimentações entre áreas, promoções, mentoria, *coaching*, etc). Futuros Líderes vem sendo treinados com o objetivo de acelerar a prontidão de colaboradores potenciais para alimentar o *pipeline* de liderança.

Com o intuito de atender a maior quantidade de pessoas em seus treinamentos, as empresas do Ultra dispõem de ferramentas para treinamentos à distância, assim como realiza o desenvolvimento dos seus colaboradores presencialmente. A metodologia ágil, por exemplo, foi trabalhada através de ações de aprendizagem em parceria com o Turbo (*hub* de inovação) e a Garagem Digital, na Ipiranga. O objetivo foi mapear desafios e apoiar o desenvolvimento de novos negócios inovadores, com potencial transformacional para a Ipiranga e seus clientes. Na Ultracargo tecnologias digitais, como soluções de IoT (*Internet of Things*) com foco no monitoramento das operações, visam atender as demandas dos clientes ao longo de suas interações com os terminais e demais etapas da cadeia logística.

Como reconhecimento dos esforços em treinamento, a Extrafarma ganhou o 1º lugar na 14ª edição do prêmio L'Oréal "Conselho na Farmácia" 2019, realizado anualmente com a participação das principais redes de farmácia do Brasil, tendo como objetivo reconhecer aquelas empresas que oferecem o melhor atendimento na categoria de dermocosméticos. Na Ultragaz, o protagonismo é estratégico. O incentivo ao autodesenvolvimento das competências dos colaboradores através da Academia *on Line* permanece. Em 2019 foram disponibilizados 50 novos cursos com mais de 37.000 horas de treinamento. O processo é de extrema importância para a Ultragaz, pois prepara os colaboradores para crescimento na carreira.

Engajamento

As empresas do Grupo Ultra implementaram o *Workplace*, uma plataforma *mobile* do Facebook para comunicação interna com os colaboradores, trazendo mais modernidade às relações, por meio da tecnologia, que permite conexão e confiabilidade de maneira ágil, prática, interativa, atrativa, aberta e democrática a todos.

Com o objetivo de acelerar a implementação da estratégia, a Ultragaz revisou sua estrutura organizacional e unificou as diretorias do domiciliar, além de criar uma nova diretoria de diversificação e expansão e trazer a área de Recursos Humanos, atual Gestão de Pessoas e Organização, para reporte direto ao Presidente da Ultragaz. Além dessas mudanças, foram testadas também novas

formas de trabalho em *squads* formados por equipes multidisciplinares, fomentando a metodologia ágil na Ultragas e capacitando mais de 120 líderes.

Na Ipiranga, com o objetivo de evoluir a cultura organizacional ágil e adaptativa, promover a diversidade e engajar as pessoas ao propósito da empresa, a área de Pessoas e Organização iniciou um processo de transformação cultural envolvendo várias atividades como a implementação de horário flexível para os funcionários, instalação do *wifi*, lançamento do Programa Diversidade, dentre outras.

A liderança da Oxitenox realiza ao final de cada trimestre uma transmissão ao vivo para os colaboradores e apresenta os resultados e estratégia, suas principais realizações no período e próximos passos. O evento é transmitido em português, com tradução simultânea para o inglês e o espanhol. Em média, a transmissão é acompanhada por 1.700 funcionários. Outra iniciativa é o XLead, destinado aos executivos da Oxitenox em todo o mundo. Trata-se de uma reunião para alinhamento sobre as principais temáticas estratégicas. Ao todo, cerca de 100 pessoas, oriundas de diferentes países estiveram presentes no evento, que tem periodicidade anual. Em 2019, os temas centrais das apresentações dos executivos da empresa e dos convidados foram a transformação digital e cultural.

Na Ultracargo, segurança é responsabilidade compartilhada e incorporada por todos os funcionários. Nesse sentido, o programa DNA Ultracargo visa reforçar a cultura de segurança e a disciplina operacional entre os colaboradores para que a Companhia alcance o estágio Interdependente da Curva de Bradley.

Em 2019, foi lançado o Programa de Diversidade na Extrafarma para permitir maior empatia com os clientes e enriquecer o processo decisório. Equipes mais diversas e um conjunto de habilidades, experiências e pontos de vista mais amplos possibilitam entender melhor os clientes, ampliar a visão na troca de ideias e entregar serviços e soluções cada vez melhores. O programa foi lançado com as frentes de Pessoas Com Deficiência (PCD), Gênero, Gerações e Diversidade Cultural.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

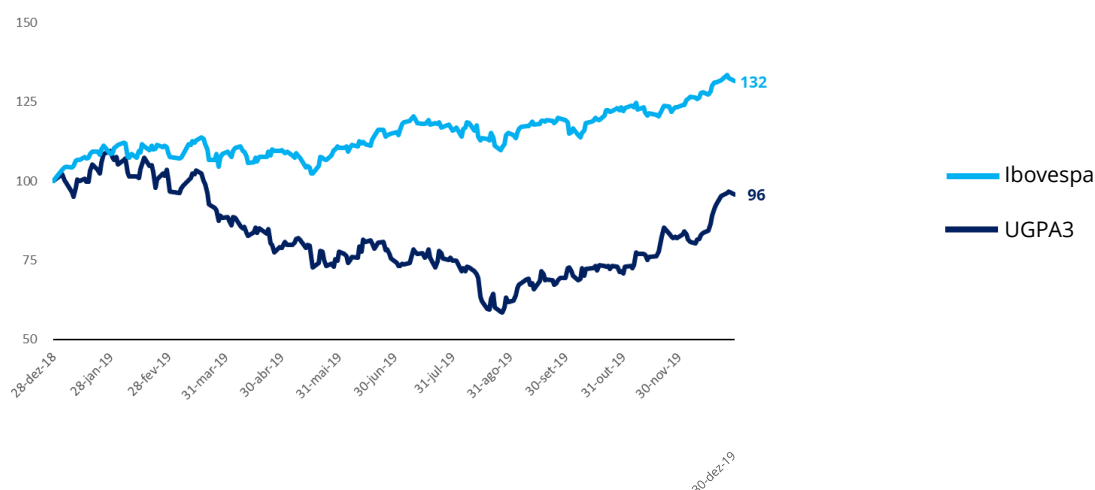
Mercado de capitais

As ações da Ultrapar encerraram 2019 cotadas a R\$ 25,48 na B3, queda de 4% no ano, enquanto o índice Ibovespa valorizou 32% no mesmo período. Na NYSE, as ações da Ultrapar apresentaram desvalorização de 8% no ano fechando a US\$ 6,26, enquanto o índice Dow Jones apresentou valorização de 22% no mesmo período. O volume financeiro médio negociado da Ultrapar, considerando as negociações ocorridas na B3 e na NYSE, foi de R\$ 154 milhões/dia em 2019 (+11%). A Ultrapar encerrou o ano com valor de mercado de R\$ 28 bilhões.

Em abril de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Ultrapar, de forma que uma ação passou a representar duas ações de mesma classe e espécie. O desdobramento foi efetivado em 24 de abril de 2019 e não implicou em alteração do capital social da Ultrapar. Os números deste relatório refletem o efeito do desdobramento.

Em 2019, a Ultrapar integrou 11 índices da B3, sendo eles: IBOV (Bovespa), IBRA (Brasil Amplo), IBRX-50 (Brasil 50), IBRX (Brasil), ICO2 (Carbono Eficiente), IGCT (Governança Corporativa Trade), IGC (Ações com Governança Corporativa), IGNM (Governança Corporativa – Novo Mercado), ITAG (Ações com Tag Along Diferenciado), IBVX-2 (Valor BM&F Bovespa) e MLCX (Mid-Large Cap).

Evolução UGPA3 x Ibovespa – 2019 (Base 100)



Dividendos

Histórico de dividendos

Exercício	Total distribuído (R\$ milhões)	Valor por ação (R\$)	Payout
2019	479	0,44	119%
2018	685	0,63	60%
2017	951	0,88	62%
2016	907	0,84	58%
2015	871	0,80	58%

O Estatuto Social da Ultrapar estabelece distribuição de dividendo mínimo obrigatório a seus acionistas de 50% do lucro líquido. Nos últimos anos, a parcela do lucro líquido destinada ao pagamento de dividendos foi, em média, de 60%.

Em 2019, a Ultrapar declarou dividendos de R\$ 479 milhões, um *payout* de 119% sobre o lucro líquido do ano e um *dividend yield* de 2,1% sobre o preço médio das ações de emissão da Ultrapar. O aumento do *payout* reflete a redução do lucro líquido ocasionada por efeito não recorrente e não caixa relativo ao *impairment* do ágio da Extrafarma, conforme descrito na seção “Análise do Desempenho Financeiro”.

ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO DE 2019

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ambiente econômico-operacional

Indicadores macroeconômicos			
	2019	2018	Δ (%) 2019v2018
PIB*	1,1%	1,3%	(0,2)pp
Inflação (IPCA)	4,3%	3,8%	0,6pp
Taxa Selic acumulada	5,9%	6,4%	(0,5)pp
Dólar médio (R\$/US\$)	3,95	3,65	8%
Petróleo Brent (US\$/barril)	64	71	-10%

* Projeção Focus de 07/02/20 para 2019

2019 marcou o primeiro ano da gestão do novo governo. As pautas de privatizações, desburocratização e reformas estruturais demonstram o comprometimento da nova equipe econômica em ajustar as principais rubricas do resultado fiscal. A aprovação da reforma da previdência no Congresso Nacional foi um grande avanço nessa direção.

A inflação pouco pressionada permitiu quatro cortes consecutivos na taxa Selic, chegando à 4,50% no final de 2019, seu menor patamar histórico. O índice BOVESPA apresentou valorização de 32%, impulsionado pelo aumento da demanda por ativos com maior rentabilidade. Já a cotação média do dólar em 2019 foi de R\$ 3,95/US\$ frente a R\$ 3,65/US\$ em 2018, um aumento de 8%.

O cenário macroeconômico se mostrou desafiador em 2019. O país demorou para ganhar ímpeto e deve fechar com crescimento de 1,1% no PIB, abaixo dos 2,5% previstos pelo mercado no início do ano. A dívida bruta deve alcançar 81% do PIB frente a 77% no fim de 2018, mostrando que, apesar das iniciativas, a dívida ainda cresce mais do que o PIB, o que pressiona o risco Brasil.

A perspectiva do mercado é de um crescimento por volta de 2,3%* no PIB em 2020, com uma inflação benigna na faixa de 3,3%* e uma taxa Selic ainda baixa.

Em relação ao mercado de distribuição de combustíveis, o volume de vendas da ANP subiu 4% em 2019, após manter estabilidade de 2013 a 2018, carregado pelo ambiente macroeconômico. A retomada da economia traz a expectativa de aumento de frota de veículos e diminuição no desemprego, duas variáveis com correlação forte com a demanda por combustíveis para veículos leves (ciclo Otto).

No varejo farmacêutico, a receita bruta registrada pela Abrafarma foi de R\$ 53 bilhões comparado a R\$ 48 bilhões em 2018 (+11%), com adição líquida de 354 farmácias no Brasil.

Na Oxiten, o preço das principais *commodities* continuam influenciados pela crescente oferta mundial, com reflexo na queda de preços. Em 2019, o eteno, o óleo de palmiste e o MEG (Far East) apresentaram queda de 13%, 36% e 33%, respectivamente.

No mercado de GLP, a estabilidade dos últimos anos se manteve em 2019, e o volume de GLP permaneceu praticamente estável, com uma ligeira queda de 0,4%, sendo uma queda de 2,4% no primeiro semestre e aumento de 1,6% no segundo semestre.

Ipiranga

O volume de vendas da Ipiranga apresentou redução de 1% em 2019, reflexo da maior competição no mercado, especialmente no segmento de grandes consumidores, com uma queda de 4% no diesel, atenuada por um aumento de 3% em combustíveis para veículos leves (ciclo Otto). O volume de vendas do etanol apresentou crescimento de 14%, enquanto o volume de gasolina reduziu 3%.

A receita líquida da Ipiranga reduziu 1%, fruto, principalmente, do menor volume de vendas. O custo dos produtos vendidos também apresentou queda de 1%, em função das movimentações de preços médios unitários dos combustíveis.

As despesas gerais, administrativas e de vendas caíram 3%, devido principalmente às iniciativas de gestão para redução de custos e despesas, com destaque para as linhas de frete, provisão para devedores duvidosos e programas de marketing, além de menores despesas da ICONIC, que incorreu em despesas adicionais em 2018 para a integração dos negócios.

A linha de outros resultados operacionais apresentou um crescimento de 50%, resultado principalmente da constituição de créditos extraordinários de PIS/COFINS em 2019.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O EBITDA da Ipiranga em 2019 totalizou R\$ 2.231 milhões, crescimento de 9% em relação a 2018, principalmente devido à redução nas despesas e aos créditos extemporâneos de PIS/COFINS. Considerando os ajustes do IFRS 16 e da segregação das despesas da *Holding*, o EBITDA da Ipiranga em 2019 foi de R\$ 2.487 milhões.

Na Ipiranga, foram investidos R\$ 738 milhões em 2019, direcionados à manutenção e ampliação das redes de postos e franquias e à expansão da infraestrutura logística da Ipiranga. Do total investido, R\$ 341 milhões referem-se a imobilizações e adições ao intangível, R\$ 327 milhões a ativos de contratos com clientes (direitos de exclusividade), R\$ 26 milhões a aquisições de investimentos, R\$ 22 milhões a custos diretos iniciais de ativos de direito de uso e R\$ 21 milhões a liberações de financiamento a clientes e antecipação de aluguel, líquidos de recebimentos.

Oxitenó

O volume de vendas de especialidades químicas diminuiu 4%, com menores vendas em diversos segmentos, influenciado pelo desempenho modesto da economia nos países de atuação da Oxitenó na América Latina, além da redução nas exportações. O volume vendido de *commodities* foi 7% menor na comparação com 2018, período em que a Oxitenó apresentou vendas acima da média nesse segmento.

A receita líquida da Oxitenó apresentou redução de 10%, em função da queda de 13% dos preços médios em dólar, combinado com o menor volume de vendas, apesar da desvalorização de 8% do Real frente ao dólar (R\$ 0,29/US\$).

O custo dos produtos vendidos diminuiu 6% em 2019, devido à redução nos custos em dólares das principais matérias-primas, em particular o eteno e o óleo de palmiste ("PKO") e à queda no volume de vendas, atenuadas pela desvalorização de 8% do Real frente ao dólar (R\$ 0,29/US\$).

As despesas gerais, administrativas e de vendas se mantiveram estáveis em 2019, devido a menores despesas com fretes internacionais e pessoal, em linha com a queda de volume observada no período, atenuadas pela desvalorização de 8% do Real frente ao dólar sobre as despesas das operações internacionais.

A Oxitenó registrou uma baixa de ativos na unidade da Venezuela no valor de R\$ 14 milhões em 2019, em função de decisão de saída da operação local, que impactou a linha de resultado na venda de bens.

O EBITDA da Oxitenó totalizou R\$ 197 milhões em 2019. Desconsiderando o efeito dos créditos tributários devido à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS no valor líquido de R\$ 186 milhões em 2018 e a baixa de ativos da Oxitenó Andina de R\$ 14 milhões em 2019, a redução na comparação anual foi de 52%, decorrente principalmente do menor patamar de margens unitárias em dólar no período e da diminuição no volume de vendas. Considerando os ajustes do IFRS 16 e da segregação das despesas da *Holding*, o EBITDA da Oxitenó em 2019 foi de R\$ 222 milhões.

A Oxitenó investiu R\$ 249 milhões em 2019, direcionados, principalmente, aos investimentos na nova planta de especialidades químicas nos Estados Unidos e à manutenção de suas unidades produtivas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ultragaz

O volume total vendido apresentou redução de 1% em 2019, reflexo da retração do mercado e da interrupção temporária no fornecimento de GLP, atenuados pela adição de novas revendas e crescimento das vendas de gases especiais.

A receita líquida da Ultragaz cresceu 1% em 2019, principalmente em função dos reajustes nos preços do GLP. O custo dos produtos vendidos apresentou redução de 1%, devido ao menor volume de vendas no período.

As despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram aumento de 14% no ano, fruto de maiores provisões para créditos de liquidação duvidosa ("PDD") em 2019 em comparação a uma reversão de PDD em 2018.

O EBITDA da Ultragaz totalizou R\$ 536 milhões em 2019. Excluindo o efeito do pagamento da multa em função da decisão do CADE pela não aprovação da aquisição da Liqueigás em 2018, a redução na comparação anual foi de 2%, principalmente em função do menor volume vendido no período e maiores provisões para créditos de liquidação duvidosa. Considerando os ajustes do IFRS 16 e da segregação das despesas da *Holding*, o EBITDA da Ultragaz em 2019 foi de R\$ 587 milhões.

A Ultragaz investiu R\$ 230 milhões em 2019, direcionados principalmente a clientes do segmento granel, reposição e aquisição de vasilhames e manutenção da infraestrutura logística e de bases de engarrafamento.

Ultracargo

A armazenagem média da Ultracargo em 2019 aumentou 3% em relação a 2018, devido principalmente à maior movimentação de combustíveis em Suape, Itaqui e Santos.

A receita líquida cresceu 10% em 2019, impulsionada pelo aumento da movimentação e pelos reajustes contratuais. O custo dos serviços prestados apresentou crescimento de 11%, em função de maiores gastos com manutenção, materiais, serviços e pessoal associados à expansão de capacidade em Santos.

As despesas gerais, administrativas e de vendas cresceram 18% devido, principalmente, à maiores despesas com pessoal e ao efeito pontual do recebimento de créditos referentes à cobrança indevida da taxa de gestão portuária em 2018 no valor de R\$ 8 milhões.

A linha de outros operacionais apresentou um total de R\$ 62 milhões negativos em 2019, resultado do provisionamento do TAC de R\$ 66 milhões.

A Ultracargo registrou um EBITDA de R\$ 130 milhões em 2019, em função do TAC, que impactou o resultado em R\$ 66 milhões. Excluindo o efeito mencionado, o EBITDA seria de R\$ 196 milhões, um crescimento de 10% em relação a 2018, em função do aumento na movimentação e no preço médio, reflexo dos reajustes contratuais, apesar dos maiores custos e despesas com o início da operação da capacidade expandida em Santos. Considerando os ajustes do IFRS 16 e da segregação das despesas da *Holding*, o EBITDA da Ultracargo em 2019 foi de R\$ 165 milhões.

A Ultracargo investiu R\$ 252 milhões em 2019, direcionados, principalmente, às expansões nos terminais de Itaqui e Santos, à outorga do terminal da Vila do Conde, à aquisição de um terreno em Santos e à adequação e manutenção da infraestrutura existente.

Extrafarma

A Extrafarma abriu 29 novas lojas e fechou 46 em 2019, uma redução de 4% na rede. No final do período, as lojas em maturação (com até três anos de operação) representavam 45% da rede, reflexo do ritmo de expansão nos últimos anos.

A receita bruta da Extrafarma cresceu 2% em 2019, em função do crescimento de faturamento do atacado e do varejo, devido principalmente ao reajuste anual nos preços dos medicamentos e maior número médio de lojas, parcialmente compensado pelo ambiente competitivo pressionado e pelo fechamento de lojas de baixo desempenho.

O custo dos produtos vendidos aumentou 3% em 2019, em decorrência do crescimento das vendas e do reajuste anual nos preços de medicamentos. O lucro bruto atingiu R\$ 598 milhões, queda de 1%, principalmente em função do ambiente competitivo pressionado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As despesas gerais, administrativas e de vendas cresceram 6% em 2019, reflexo do maior patamar de depreciação, fruto dos investimentos realizados nos últimos anos, e do efeito do fechamento de lojas com baixo desempenho. Excluindo esses efeitos, as despesas gerais, administrativas e de vendas cresceram 4% em relação a 2018.

A linha de outros operacionais totalizou R\$ 31 milhões em 2019, resultado, principalmente, da constituição de créditos extraordinários de PIS/COFINS e verbas previdenciárias.

A Extrafarma registrou uma baixa de investimentos em função do fechamento de lojas no valor de R\$ 19 milhões, que impactou a linha de resultado na venda de bens.

Além disso, foi registrado também um *impairment* no ágio da aquisição da Extrafarma no montante de R\$ 593 milhões, sem efeito caixa, como consequência dos resultados inferiores ao do plano inicial.

O EBITDA da Extrafarma totalizou R\$ 660 milhões negativos. Excluindo os efeitos do *impairment* e de depuração de lojas, o EBITDA seria de R\$ 47 milhões negativos em linha ao reportado em 2018, em função principalmente dos efeitos relacionados à estabilização do sistema de varejo em 2018 e créditos extemporâneos em 2019, atenuados pelo ambiente competitivo pressionado. Considerando os ajustes do IFRS 16 e da segregação das despesas da *Holding*, o EBITDA da Extrafarma em 2019 foi de R\$ 566 milhões negativos ou R\$ 47 milhões excluindo o *impairment* e a baixa de investimentos.

A Extrafarma investiu R\$ 89 milhões no ano. O valor foi destinado principalmente ao novo centro de distribuição em São Paulo, inaugurado em agosto, proporcionando menores despesas logísticas e melhor nível de serviço nas operações do Estado, além de abertura e reforma de lojas e projetos de tecnologia da informação.

Ultrapar

Demonstrativo de resultado				
R\$ milhões	2019 IFRS 16	2019	2018	Δ (%) 2019v2018
Receita líquida	89.298	89.298	90.698	-2%
(-) Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(83.187)	(83.201)	(84.537)	-2%
(=) Lucro bruto	6.111	6.097	6.161	-1%
(-) Despesas gerais, adm., com vendas e comerciais	(4.367)	(4.421)	(4.297)	3%
(-) Outros resultados operacionais	180	180	58	212%
(-) Resultado na venda de bens	(30)	(32)	(22)	-43%
(-) Redução ao valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)	(593)	(593)	-	na
(=) Lucro operacional	1.301	1.230	1.899	-35%
(-) Resultado financeiro	(507)	(380)	(114)	235%
(-) Equivalência patrimonial	(12)	(12)	(15)	-18%
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	782	838	1.771	-53%
(-) Imposto de renda e contribuição social	(379)	(398)	(639)	-38%
(=) Lucro líquido	403	440	1.132	-61%
(=) Lucro líquido ex-não recorrentes*	869	906	1.046	-13%

* Não considera efeitos não recorrentes:

- 2018: multa pela não aquisição da Liquigás de R\$ 286 milhões e créditos tributários devido à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS na Oxitenno no valor líquido de R\$ 186 milhões no EBITDA e R\$ 153 milhões no resultado financeiro
- 2019: TAC de R\$ 66 milhões na Ultracargo, *impairment* na Extrafarma de R\$ 593 milhões e baixa de ativos na Oxitenno Andina de R\$ 14 milhões

Receita líquida de vendas e serviços

A Ultrapar registrou receita líquida de vendas e serviços de R\$ 89.298 milhões em 2019, queda de 2% em relação a 2018, como consequência principalmente da queda na receita da Ipiranga e Oxitenno.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados da Ultrapar foi de R\$ 83.201 milhões em 2019, diminuição de 2% em relação a 2018, em função da redução do custo na Ipiranga, Oxitenno e Ultragaz.

Lucro bruto

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Ultrapar apresentou lucro bruto de R\$ 6.097 milhões em 2019, uma redução de 1% em relação a 2018, em função da diminuição do lucro agregado da Oxitenio e Extrafarma.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais

As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultrapar registraram aumento de 3%, devido aos efeitos da inflação sobre as despesas e de fatores específicos de cada negócio.

Outros resultados operacionais

A Ultrapar registrou uma receita líquida de R\$ 180 milhões em 2019, um aumento de 212% em relação a 2018, reflexo da constituição de créditos tributários, atenuados pelo TAC na Ultracargo.

Resultado na venda de bens

O registro de R\$ 32 milhões com despesa na venda de bens decorre principalmente da depuração de lojas na Extrafarma no valor de R\$ 19 milhões e da baixa de ativos da Oxitenio Andina de R\$ 14 milhões em 2019.

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O registro de R\$ 593 milhões nessa linha se refere ao *impairment* no ágio da aquisição da Extrafarma.

Cálculo do EBITDA a partir do lucro líquido – R\$ milhões

Demonstrativo de resultado				
R\$ milhões	2019 IFRS 16	2019	2018	Δ (%) 2019v2018
(=) Lucro líquido	403	440	1.132	-61%
(=) Lucro líquido ex-não recorrentes*	869	906	1.046	-13%
(+) Imposto de renda e contribuição social	379	398	639	-38%
(+) Resultado financeiro	507	380	114	235%
(+) Depreciação e amortização	1.145	851	812	5%
(=) EBITDA	2.433	2.069	2.697	-23%
(+) <i>Cash flow hedge</i> dos bonds	12	12	-	na
(+) Amortização de ativos de contratos com cliente - direito de exclusividade (Ipiranga)	355	355	372	-4%
(=) EBITDA Ajustado	2.800	2.436	3.069	-21%
(=) EBITDA Ajustado ex-não recorrentes*	3.473	3.109	3.169	-2%

* Não considera efeitos não recorrentes:

- 2018: multa pela não aquisição da Liquigás de R\$ 286 milhões e créditos tributários devido à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS na Oxitenio no valor líquido de R\$ 186 milhões no EBITDA e R\$ 153 milhões no resultado financeiro
- 2019: TAC de R\$ 66 milhões na Ultracargo, *impairment* na Extrafarma de R\$ 593 milhões e baixa de ativos na Oxitenio Andina de R\$ 14 milhões

EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado ex-não recorrentes da Ultrapar atingiu R\$ 3.109 milhões em 2019, redução de 2% em relação a 2018. Considerando os ajustes do IFRS 16, o EBITDA Ajustado ex-não recorrentes da Ultrapar em 2019 foi de R\$ 3.473 milhões.

Depreciações e amortizações¹

O total de custos e despesas com depreciação e amortização em 2019 foi de R\$ 1.207 milhões, crescimento de 2% em relação a 2018, em função dos investimentos realizados ao longo do período.

¹ Inclui amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

Lucro operacional

A Ultrapar apresentou lucro operacional de R\$ 1.230 milhões em 2019, resultado 35% menor que 2018, em função do menor lucro operacional da Oxitenio, Ultracargo e Extrafarma.

Resultado financeiro

O resultado financeiro da Ultrapar apresentou uma despesa líquida de R\$ 380 milhões em 2019, R\$ 267 milhões maior que a registrada em 2018, devido, principalmente, a apropriação de juros de créditos tributários referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R\$ 153 milhões, em 2018 e aos efeitos da variação cambial.

Lucro líquido

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

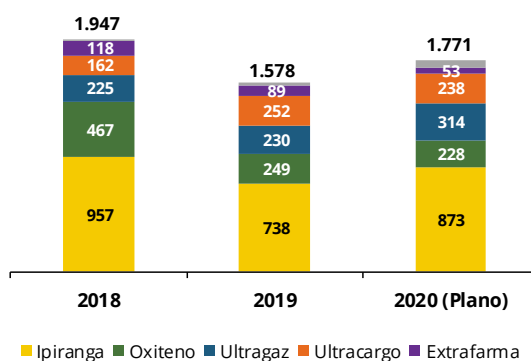
O lucro líquido ex-não recorrentes da Ultrapar de 2019 atingiu R\$ 906 milhões, redução de 13% em relação ao registrado em 2018, principalmente pela redução do EBITDA no período e maior despesa financeira. Considerando os ajustes do IFRS 16, o lucro líquido ex-não recorrentes da Ultrapar em 2019 foi de R\$ 869 milhões.

Endividamento

A Ultrapar encerrou o exercício de 2019 com uma dívida bruta de R\$ 14.393 milhões e R\$ 5.712 milhões em caixa, perfazendo um endividamento líquido de R\$ 8.681 milhões, aumento de R\$ 469 milhões em relação a 2018. O endividamento líquido ao final de 2019 corresponde a 2,9x do EBITDA dos últimos 12 meses, desconsiderando o *impairment* da Extrafarma, comparado a 2,7x ao final de 2018.

Investimentos e perspectivas

Investimentos orgânicos por negócio – R\$ milhões



Em 2019, os investimentos da Ultrapar, líquidos de desinvestimentos e recebimentos, totalizaram R\$ 1,6 bilhão, uma redução de 19% em relação ao montante investido em 2018.

Para 2020, o plano de investimentos da Ultrapar totaliza R\$ 1,8 bilhão e demonstra o comprometimento da Companhia com o crescimento sustentável de seus negócios e a seletividade na alocação de capital.

Na Ipiranga, o limite aprovado é de R\$ 873 milhões, sendo aproximadamente 60% voltado para a expansão (i) da rede de postos, (ii) da infraestrutura de abastecimento, a partir da construção de duas novas bases de operação e das concessões obtidas em Belém (PA), Cabelado (PB) e Vitória (ES) e (iii) de operações próprias e novas franquias da am/pm e Jet Oil. Os outros 40% estão voltados para a manutenção e modernização de suas atividades, principalmente em renovação de contratos com revendedores, infraestrutura logística e tecnologia para apoiar as operações.

O investimento de R\$ 228 milhões aprovado para Oxitenio será direcionado substancialmente à manutenção e segurança de suas unidades produtivas, P&D e avanços nos sistemas de informação.

Na Ultragaz, os investimentos contemplam R\$ 314 milhões destinados à captura de novos clientes nos segmentos envasado e granel, reposição e aquisição de vasilhames para suportar o crescimento de volume, expansão e manutenção das bases de engarrafamento, e à tecnologia da informação.

A Ultracargo deverá investir R\$ 238 milhões principalmente na construção do terminal em Vila do Conde (PA), além da expansão dos terminais de Itaqui (MA) e Suape (PE), e na melhoria contínua em segurança, infraestrutura e manutenção dos terminais.

A Extrafarma planeja investir R\$ 53 milhões direcionados principalmente à plataforma sistêmica, expansão da rede e da infraestrutura logística, com destaque para a abertura de um novo centro de distribuição no Nordeste, e manutenção e reforma de lojas.

Relacionamento com Auditores Independentes

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Companhia possui política de contratação de serviços que podem ser prestados pelos auditores independentes, anexa ao Regimento do Comitê de Auditoria e Riscos, que assegura a não existência de conflito de interesses, perda de independência ou objetividade nos serviços de auditorias das demonstrações financeiras prestados pelos auditores independentes.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003 informamos que durante o exercício de 2019 contratamos dos nossos auditores independentes trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria das demonstrações financeiras, que representaram 17% da remuneração global dos honorários dos serviços de auditoria externa. Os serviços prestados referem-se a revisão da Escrituração Contábil Fiscal (ECF), auditoria para emissão da carta de conforto em conexão com o processo de oferta de títulos de valores mobiliários, emissão de laudo de avaliação para incorporação societária e revisão de créditos fiscais extemporâneos, que totalizaram R\$ 1.693 mil. O prazo de prestação desses serviços foi inferior a um ano. Esses serviços não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

Nossos auditores Independentes declararam à Administração da Companhia que os serviços prestados não afetaram a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1.343 em São Paulo – SP, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código UGPA3, e na Bolsa de Nova Iorque (“NYSE”) por meio de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III sob o código UGP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na produção e comercialização de produtos químicos (“Oxiteno”), na prestação de serviços de armazenagem de grãos líquidos (“Ultracargo”) e no comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos (“Extrafarma”). As informações sobre os segmentos estão apresentadas na nota explicativa nº 33.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Sociedade e suas controladas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto pela adoção do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) 16/CPC 06 (R2) em 1 de janeiro de 2019, conforme descrito na nota explicativa nº 2.h e y.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a. Apuração do resultado

A receita de vendas e serviços prestados é mensurada pelo valor da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos, amortização de ativos de contratos com clientes e outras deduções, se aplicáveis, sendo reconhecida à medida que a entidade satisfaça sua obrigação de desempenho. Na Ipiranga, a receita de vendas de combustíveis e lubrificantes é reconhecida quando os produtos são entregues aos postos de serviços e aos grandes consumidores. Na Ultragaz, a receita de vendas de GLP é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes em domicílio, aos revendedores autônomos e aos clientes industriais e comerciais. Na Extrafarma, a receita de vendas de medicamentos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores finais nas drogarias próprias e quando são entregues aos revendedores independentes. Na Oxiteno, a receita de vendas de produtos químicos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores industriais, levando-se em consideração a modalidade de frete da entrega. Na Ultracargo, a receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da realização dos serviços. As aberturas das receitas de vendas e serviços prestados estão demonstradas nas notas explicativas nº 27 e 33.

As amortizações dos ativos de contratos com clientes referentes aos direitos de exclusividade com clientes da Ipiranga e às bonificações postecipadas são reconhecidas no resultado como redutoras da receita de vendas, conforme as condições estabelecidas nos contratos e são revistas à medida que ocorrem mudanças nos termos contratuais (vide notas explicativas nº 2.f e 11).

A taxa inicial de franquia da *am/pm* recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado a medida que as obrigações de desempenho são cumpridas ao longo do período dos contratos com os franqueados. Para maiores informações vide nota explicativa nº 24.a.

A receita diferida de programa de fidelidade é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado, ou no momento em que os pontos expiram. Para maiores informações vide nota explicativa nº 24.b.

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis, lubrificantes, GLP e medicamentos), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

As variações cambiais e os resultados de instrumentos de proteção são apresentados na demonstração do resultado na rubrica de despesa financeira.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado em despesas gerais e administrativas e totalizaram R\$ 61.589 em 2019 (R\$ 63.085 em 2018).

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Para maiores informações do caixa e equivalentes de caixa, vide nota explicativa nº 4.a.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Ativos financeiros

A Sociedade e suas controladas avaliaram a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros conforme abaixo:

- **Custo amortizado:** ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. As aplicações financeiras dadas em garantia de empréstimos são classificadas como custo amortizado.
- **Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativos financeiros que são adquiridos ou originados com a finalidade de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos ativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação. Substancialmente as aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) e operações compromissadas são classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- **Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros que não foram classificados como custo amortizado ou mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado. Os fundos de investimentos e os instrumentos derivativos de proteção são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- **Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de valor justo:** instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o *hedge* se tornar inefetivo.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de fluxo de caixa: instrumento financeiro utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável ou compromissos firmes que possam afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado ou como custo inicial do ativo não financeiro, na mesma rubrica da demonstração em que o item objeto de *hedge* é reconhecido. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando (i) é cancelada a relação de *hedge*; (ii) o instrumento de *hedge* vence; e (iii) o instrumento de *hedge* não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de *hedge* seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos imediatamente no resultado.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão”, enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reconhecido no resultado quando ocorrer a alienação da controlada no exterior.

Para maiores informações dos instrumentos financeiros, vide nota explicativa nº 34.

d. Contas a receber e financiamentos a clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito (vide notas explicativas nº 5 e 34.d.3). As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa consideram, (i) no reconhecimento inicial do contrato, a expectativa de perdas para os próximos 12 meses ou (ii) para a duração do contrato, quando da deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes levando-se em consideração as características dos clientes de cada segmento de negócios. O montante da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 6). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente e indiretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação das controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações.

f. Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

Os desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como ativos de contratos no momento de sua ocorrência e são amortizados conforme as condições estabelecidas nos contratos (vide notas explicativas nº 2.a e 11).

g. Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora (vide notas explicativas nº 3.b e 12.a). Uma controlada é uma investida na qual o acionista tem direito aos seus retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais. Normalmente, a participação societária em uma sociedade controlada é superior a 50%.

Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras (vide nota explicativa nº 12 itens b e c). Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle. Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle.

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar

A Sociedade e suas controladas reconhecem no balanço patrimonial, um ativo de direito de uso e o respectivo arrendamento a pagar, calculado pelo valor presente das parcelas futuras, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 13). A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A remensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado.

Ativos de direito de uso incluem os valores referentes as outorgas de concessões portuárias (vide nota explicativa nº 35.c).

As controladas da Sociedade aplicam as isenções de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e contratos de baixo valor. Nesses casos, a despesa com o arrendamento é reconhecida no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrida.

i. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas nº 2.n e 21), deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 14).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 14, que levam em consideração a vida útil dos bens e são revisados anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

j. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, seguindo os critérios abaixo:

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura (“ágio”) são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida. Os ágios são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados aos segmentos de negócios, os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de teste de recuperabilidade (vide nota explicativa nº 15.a).
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como *software*, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 15, que levam em consideração sua vida útil e são revisados anualmente.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade e suas controladas possuem ágios e marcas adquiridas em combinação de negócios, que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 15 itens a e e).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

k. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente.

l. Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, bônus de subscrição - indenização e passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como os prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado levando em consideração o seu prazo, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 16.h).

m. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes. Para o cálculo do IRPJ corrente é considerado também a parcela de incentivo fiscal. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Para maiores informações sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9.

Para fins de divulgação, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária.

n. Provisão para retirada de tanques

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) até que o tanque seja retirado (vide nota explicativa nº 21). O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas. Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

o. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os montantes são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 22).

p. Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente e revisado pela administração, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 20.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”.

q. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por montantes conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

r. Transações em moeda estrangeira

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

s. Base para conversão das demonstrações financeiras de controladas sediadas no exterior

s.1 Controladas com autonomia administrativa

Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é diferente do Real, e que possuem autonomia administrativa, são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada período e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão” e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em outros resultados abrangentes acumulados em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$ 102.427 de ganho cambial (R\$ 65.857 de ganho cambial em 31 de dezembro de 2018), vide nota explicativa nº 26.g.2.

As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

<u>Controlada</u>	<u>Moeda funcional</u>	<u>País</u>
Oxiten México S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten USA LLC	Dólar norte-americano	Estados Unidos
Oxiten Uruguay S.A. (i)	Dólar norte-americano	Uruguai

(i) A controlada Oxiten Uruguay S.A. (“Oxiten Uruguay”) determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano (“US\$”), considerando que suas vendas de estoques e compras de insumos, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda.

s.2 Controladas sem autonomia administrativa

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. O ganho reconhecido no resultado em 2019 totalizou R\$ 2.444 (ganho de R\$ 4.090 em 2018).

t. Uso de estimativas, premissas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização e divulgação de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data-base da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

t.1 Julgamentos

As informações sobre os julgamentos realizados estão incluídas na: determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.g, 2.s.l, 3 e 12.a), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.g, 12.a e 12.b) e determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.g e 12.c).

t.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas estão incluídas na: determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.l, 4, 16 e 34), determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 5 e 34.d.3), determinação da provisão para perda em estoques (notas explicativas nº 2.e e 6), realização de IRPJ e CSLL diferidos (notas explicativas nº 2.m e 9.a), vida útil e taxa de desconto de ativos de direitos de uso (notas explicativas nº 2.h e 13), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.i e 14), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio (notas explicativas nº 2.j e 15.a), provisão para retirada de tanques (notas explicativas nº 2.n e 21), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.o e 22), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.p e 20.b) e determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (notas explicativas nº 25 e 34.j). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

u. Redução ao valor recuperável de ativos

A Sociedade e suas controladas revisam, trimestralmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização e anualmente para ativos intangíveis com vida útil indefinida. Se houver alguma indicação, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa “UGC”). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Para avaliar o valor em uso foram consideradas as projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados é menor que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade registrou redução ao valor recuperável para a controlada Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. ("Extrafarma") (vide nota explicativa nº 15.a).

v. Combinação de negócios

Uma combinação de negócio é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na adquirida é mensurado com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos.

w. Demonstrações de valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira suplementar.

x. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Sociedade e suas controladas apresentam os juros pagos sobre financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar nas atividades de financiamentos. A Sociedade e suas controladas apresentam nas atividades de investimentos, as aplicações financeiras em bases líquidas dos resgates e rendimentos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

y. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IASB

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações aos IFRS emitidos pelo IASB entraram em vigor em 1 de janeiro de 2019:

(i) IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil:

Com a adoção do IFRS 16/ CPC 06 (R2), os contratos de arrendamentos das controladas da Sociedade, identificados e vigentes na data de transição e com prazos superiores a 12 meses, foram contabilizados da seguinte forma nas demonstrações financeiras:

- reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamentos a pagar no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros dos arrendamentos; e

- reconhecimento de despesas de amortização de ativos de direito de uso e despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamentos na demonstração de resultado.

A Sociedade selecionou como método de transição a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo da aplicação inicial desse novo pronunciamento registrado como ajuste ao saldo de abertura do patrimônio líquido e sem a reapresentação de períodos comparativos.

No diagnóstico da adoção, a administração da Sociedade, com o auxílio de consultoria especializada, efetuou o inventário dos contratos, avaliando se o contrato contém ou não, arrendamento de acordo com o IFRS 16/CPC 06 (R2). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de imóveis locados de terceiros, áreas portuárias e valores menos representativos advindos de outras operações onde foram identificados a existência de ativos arrendados individualmente ou combinados em contratos de serviços.

Conforme permitido na norma, arrendamentos de curto prazo com locação de 12 meses ou menos, valores variáveis, prazos indeterminados e arrendamentos de ativos de baixo valor, como computadores pessoais e móveis de escritório, são reconhecidos como despesas de arrendamento em bases lineares no resultado.

Adicionalmente, os seguintes expedientes práticos foram utilizados para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos:

- aplicação do IFRS 16/ CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o IAS 7/ CPC 06 (R1) e a IFRIC 4/ ICPC 03;
- utilização de taxa de desconto de acordo com o prazo de contrato e características similares;
- não foi realizado o reconhecimento dos contratos com prazo de encerramento dentro do período de 12 meses a partir da data da adoção inicial da norma ou com prazos indeterminados;
- exclusão dos custos diretos iniciais da mensuração do saldo inicial dos ativos de direito de uso; e
- foram consideradas as opções de prorrogação de prazo ou rescisão, quando aplicável.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir sumariza os efeitos da adoção inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2):

	01/01/2019
Ativo circulante	
Despesa antecipada	(39.066)
Ativo não circulante	
Despesa antecipada	(288.630)
Ativos de direito de uso	1.731.427
Intangível	(39.928)
Total do ativo	<u>1.363.803</u>
Passivo circulante	
Arrendamentos a pagar	13.827
Passivo não circulante	
Arrendamentos a pagar	1.349.976
Total do passivo	<u>1.363.803</u>

As análises associadas a mensuração e contabilização dos contratos de arrendamento mercantil estão concluídas.

Para fins de mensuração, a Sociedade utilizou uma taxa de desconto nominal e estimou os fluxos de pagamentos pela parcela bruta de impostos.

(ii) IFRIC 23 (ICPC 22) - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:

O IFRIC 23/ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incertezas no tratamento de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do IAS 12/CPC 32.

Na avaliação da administração da Sociedade, não foram identificados impactos significativos em decorrência da adoção do IFRIC 23/ICPC 22, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

z. Autorização para a emissão das demonstrações financeiras

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração (“CA”) da Sociedade em 19 de fevereiro de 2020.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

3 Princípios de consolidação e participações societárias

a. Princípios de consolidação

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas, as transações de receitas, custos e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido consolidados.

A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado, a partir da data que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada em que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data que ocorre a perda de controle.

Quando necessário, são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das controladas para adequação das mesmas às práticas contábeis da Sociedade.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***b. Participações societárias**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

	Localidade	Segmento	% participação no capital social			
			31/12/2019		31/12/2018	
			Controle		Controle	
			Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	Ipiranga	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Icorban - Correspondente Bancário Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
	Ilhas Virgens					
Ipiranga Trading Limited	Britânicas	Ipiranga	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Iconic Lubrificantes S.A.	Brasil	Ipiranga	-	56	-	56
Integra Frotas Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Companhia Ultragaz S.A.	Brasil	Ultragaz	-	99	-	99
Ultragaz Comercial Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Nova Paraná Distribuidora de Gás Ltda. ⁽¹⁾	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	Ultragaz	-	57	-	57
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	Ultragaz	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	Outros	-	100	-	100
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	Brasil	Extrafarma	-	100	-	100
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiten	100	-	100	-
Oxiten Nordeste S.A. Indústria e Comércio ⁽²⁾	Brasil	Oxiten	-	-	-	99
Oxiten Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	Oxiten	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Uruguay S.A.	Uruguai	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten México S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten USA LLC	Estados Unidos	Oxiten	-	100	-	100
	Ilhas Virgens					
Global Petroleum Products Trading Corp.	Britânicas	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Andina, C.A. ⁽³⁾	Venezuela	Oxiten	-	-	-	100
Oxiten Europe SPRL	Bélgica	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Colombia S.A.S.	Colômbia	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Shanghai LTD.	China	Oxiten	-	100	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	Ultracargo	100	-	100	-
Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar	Brasil	Ultracargo	-	99	-	99
TEAS – Terminal Exportador de Alcool de Santos Ltda.	Brasil	Ultracargo	-	100	-	100
Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A. ⁽⁴⁾	Brasil	Ultracargo	-	100	-	-
Ultrapar International S.A.	Luxemburgo	Outros	100	-	100	-
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	Outros	-	100	-	100

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (1) Empresa não operacional em fase de extinção.
- (2) Em 30 de abril de 2019, as acionistas da Oxitenor Nordeste S.A. Indústria e Comércio (“Oxitenor Nordeste”) aprovaram o resgate da totalidade das ações preferenciais classe “B” de sua emissão, com o consequente cancelamento. Em 2 de dezembro, visando a simplificação societária, a controlada Oxitenor Nordeste foi incorporada pela controladora Oxitenor S.A. Indústria e Comércio (“Oxitenor S.A.”).
- (3) Em 15 de outubro de 2019, a controlada Oxitenor S.A. aprovou a baixa de ativos da Oxitenor Andina C.A. (“Oxitenor Andina”).
- (4) Companhia constituída em 20 de maio de 2019 devido a licitação do porto de Vila do Conde (vide nota explicativa nº 35.c).

c. Aquisição do TEAS Terminal Exportador de Alcool de Santos Ltda.

A Sociedade, por meio da controlada Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar (“Tequimar”), adquiriu a totalidade das quotas do TEAS Terminal Exportador de Alcool de Santos Ltda. (“TEAS”). Em 29 de março de 2018, a aquisição foi concluída por meio do fechamento da operação. Para maiores detalhes da combinação de negócios do TEAS, vide nota explicativa nº 3.d das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019.

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições financeiras vinculados à taxa de juros dos Depósitos Interbancários (“DI”), operações compromissadas, letras financeiras e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais do governo brasileiro e títulos privados de instituições financeiras; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições financeiras e em fundos de investimento de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 34.j conforme o modelo de gerenciamento de ativos financeiros da Sociedade e suas controladas.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (consolidado) totalizaram R\$ 5.712.097 em 2019 (R\$ 6.994.406 em 2018) e estão distribuídos conforme abaixo:

a. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão apresentados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	381	381	182.237	117.231
Em moeda estrangeira	-	-	102.755	88.251
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa				
Em moeda nacional				
Títulos de renda fixa	42.199	171.934	1.780.939	3.722.308
Em moeda estrangeira				
Títulos de renda fixa	-	-	49.448	11.161
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>42.580</u>	<u>172.315</u>	<u>2.115.379</u>	<u>3.938.951</u>

b. Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção

As aplicações financeiras, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão apresentadas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	95.829	565.930	2.610.686	2.537.315
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	303.417	154.811
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	-	-	682.615	363.329
Total de aplicações financeiras	<u>95.829</u>	<u>565.930</u>	<u>3.596.718</u>	<u>3.055.455</u>
Circulante	95.829	565.930	3.090.212	2.853.106
Não circulante	-	-	506.506	202.349

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 34.i).

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***5 Contas a receber e financiamentos a clientes (Consolidado)****a. Contas a receber de clientes**

A composição das contas a receber de clientes é demonstrada conforme a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Clientes nacionais	3.867.902	4.290.996
Clientes estrangeiros	226.484	244.960
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(404.886)</u>	<u>(385.080)</u>
	<u>3.689.500</u>	<u>4.150.876</u>
Circulante	3.635.834	4.069.307
Não circulante	53.666	81.569

A composição dos saldos de contas a receber de clientes, bruto de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/12/2019	4.094.386	3.199.315	159.350	27.320	12.245	61.489	634.667
31/12/2018	4.535.956	3.739.601	121.622	53.864	49.629	84.920	486.320

A composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/12/2019	404.886	28.861	1.456	1.625	3.749	23.698	345.497
31/12/2018	385.080	39.226	4.094	3.754	5.533	46.783	285.690

A movimentação da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	347.801
Adições	287.566
Baixas	<u>(250.287)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	385.080
Adições	189.192
Baixas	<u>(169.386)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>404.886</u>

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 34.d.3.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***b. Financiamentos a clientes**

A composição dos financiamentos a clientes é demonstrada conforme a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Financiamentos a clientes – Ipiranga	956.942	855.229
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(156.006)	(139.699)
	<u>800.936</u>	<u>715.530</u>
Circulante	436.188	367.262
Não circulante	364.748	348.268

Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes. Os prazos dos financiamentos a clientes variam substancialmente de 12 meses a 60 meses, sendo o prazo médio da carteira de 40 meses. As taxas mínimas e máximas são de 0% a.m. e 1% a.m., respectivamente.

A composição dos saldos de financiamentos a clientes, bruto de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

		Vencidos					
	Total	A vencer	< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/12/2019	956.942	644.488	26.262	10.481	12.616	30.144	232.951
31/12/2018	855.229	633.183	11.262	14.869	9.377	20.783	165.755

A composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

		Vencidos					
	Total	A vencer	< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/12/2019	156.006	21.337	2.519	1.063	1.313	14.639	115.135
31/12/2018	139.699	26.982	1.250	1.642	1.131	12.176	96.518

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	104.977
Adições	<u>34.722</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	139.699
Adições	<u>30.601</u>
Baixas	<u>(14.294)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>156.006</u>

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 34.d.3.

6 Estoques (Consolidado)

A composição dos estoques é demonstrada conforme a seguir:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido
Combustíveis, lubrificantes e graxas	1.843.257	(2.073)	1.841.184	1.367.015	(1.804)	1.365.211
Produtos acabados	541.689	(22.048)	519.641	581.504	(20.923)	560.581
Produtos em elaboração	1.971	-	1.971	1.412	-	1.412
Matérias-primas	365.960	(2.552)	363.408	383.161	(1.894)	381.267
Gás liquefeito de petróleo - GLP	101.715	(5.761)	95.954	109.362	(5.761)	103.601
Materiais de consumo e outros itens para revenda	140.058	(2.587)	137.471	150.188	(3.770)	146.418
Medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos	549.191	(2.877)	546.314	583.060	(5.364)	577.696
Compra para entrega futura ⁽¹⁾	183.170	(2.719)	180.451	193.928	(2.964)	190.964
Imóveis para revenda	29.273	(107)	29.166	27.489	(107)	27.382
	<u>3.756.284</u>	<u>(40.724)</u>	<u>3.715.560</u>	<u>3.397.119</u>	<u>(42.587)</u>	<u>3.354.532</u>

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a etanol e biodiesel e adiantamento de combustíveis.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	37.099
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	600
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	3.903
Oxitenio Andina ⁽ⁱ⁾	985
Saldo em 31 de dezembro de 2018	42.587
Reversão de provisão para ajuste ao valor de realização	(5.174)
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	4.296
Oxitenio Andina ⁽ⁱⁱ⁾	(985)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	40.724

⁽ⁱ⁾ Refere-se ao reconhecimento da provisão ao valor recuperável de ativos da controlada Oxitenio Andina (vide nota explicativa nº 2.s.1.ii das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019).

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se à baixa de ativos da Oxitenio Andina (vide nota explicativa nº 3.b.3).

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Ajuste ao valor de realização	15.243	21.402
Obsolescência e outras perdas	25.481	21.185
Total	40.724	42.587

7 Tributos a recuperar***a. Impostos a recuperar (Consolidado)***

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do Programa de Integração Social - PIS.

	31/12/2019	31/12/2018
ICMS (a.1)	914.066	710.669
Provisão para perdas de ICMS (a.1)	(41.396)	(99.187)
PIS e COFINS (a.2)	930.570	720.731
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas no exterior	29.707	31.678
Outros	56.748	22.988
Total	1.889.695	1.386.879
Circulante	1.122.335	639.699
Não circulante	767.360	747.180

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a.1 O ICMS a recuperar está substancialmente relacionado às seguintes controladas e operações:

- (i) A controlada Oxiteno Nordeste realiza preponderantemente operações de exportação, de saída interestadual ou com diferimento de ICMS para produtos adquiridos dentro do Estado da Bahia;
- (ii) A controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. ("IPP") possui créditos decorrentes de saídas interestaduais de produtos derivados de petróleo, cujo ICMS foi antecipado pelo fornecedor (Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras")), bem como saldo credor constituído pela diferença entre transações de entradas e saídas de produtos sujeitos à tributação do ICMS próprio (notadamente etanol);
- (iii) A controlada Extrafarma possui créditos oriundos das antecipações de ICMS e ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas pelos seus centros de distribuição, majoritariamente no Norte e Nordeste.

A administração estima a realização desses créditos no prazo de até 10 anos. A provisão para perdas de ICMS refere-se aos saldos credores das Controladas cujos prazos de realização ultrapassam os prazos determinados em suas políticas.

a.2 Refere-se, majoritariamente, aos créditos de PIS e COFINS apropriados nos termos das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, cujo consumo ocorrerá por meio da compensação com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ("SRF") em um prazo estimado pela administração de 2 anos. As controladas Extrafarma, Tequimar e Oxiteno S.A. possuem créditos oriundos de decisão definitiva favorável sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS. Para esses casos, a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos (vide nota explicativa nº 20.d.1).

b. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Estão representados por IRPJ e da CSLL a recuperar.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
IRPJ e CSLL	89.197	88.390	430.290	362.784
Total	89.197	88.390	430.290	362.784
Circulante	49.750	39.705	325.343	257.182
Não circulante	39.447	48.685	104.947	105.602

Trata-se de IRPJ e CSLL a ser recuperado pela Sociedade e suas controladas, decorrente das antecipações realizadas a maior em exercícios anteriores, sendo que a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***8 Partes relacionadas****a. Sociedades relacionadas**

Os saldos e as transações entre a Sociedade com suas partes relacionadas são divulgados abaixo:

a.1 Controladora

	Ativo	Passivo	Resultado Financeiro ¹
	Debêntures ¹	Contas a pagar	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	759.123	-	50.884
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	4.220	-
Total em 31 de dezembro de 2019	<u>759.123</u>	<u>4.220</u>	<u>50.884</u>

	Ativo	Passivo		Resultado Financeiro ¹
	Debêntures ¹	Demais contas a pagar ²	Contas a pagar	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	761.288	-	-	54.702
Companhia Ultragaz S.A.	-	3.975	-	-
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	-	5.158	-
Total em 31 de dezembro de 2018	<u>761.288</u>	<u>3.975</u>	<u>5.158</u>	<u>54.702</u>

⁽¹⁾ Em março de 2016, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão privada de debêntures, em série única de 75 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo que sua totalidade foi subscrita pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2021 e remuneração semestral vinculada ao DI.

⁽²⁾ Refere-se a plano de ações (vide nota explicativa nº 8.c).

a.2 Consolidado

Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas e entre controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas são divulgados abaixo:

	Mútuos	
	Ativo	Passivo
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.875
Outros	<u>490</u>	<u>1.050</u>
Total em 31 de dezembro de 2019	<u>490</u>	<u>3.925</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Mútuos	
	Ativo	Passivo
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.925
Outros	490	1.146
Total em 31 de dezembro de 2018	490	4.071

Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados, não contêm cláusulas de remuneração e são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Sociedade, de controladas e de coligadas.

	Operações comerciais				
	A receber ⁽¹⁾	A pagar ⁽¹⁾	Vendas e serviços prestados	Compras	Despesas
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	1.545	1	18.565	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	264.602	-	1.019.108	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	739	113	7.385	121	-
LA'7 Participações e Empreend. Imob. Ltda. (a)	-	124	-	-	1.477
Total em 31 de dezembro de 2019	739	266.384	7.386	1.037.794	1.477

	Operações comerciais				
	A receber ⁽¹⁾	A pagar ⁽¹⁾	Vendas e serviços prestados	Compras	Despesas
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	567	6	9.032	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	24.630	-	1.008.860	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	1.042	136	3.844	186	-
LA'7 Participações e Empreend. Imob. Ltda. (a)	-	117	-	-	1.469
Total em 31 de dezembro de 2018	1.042	25.450	3.850	1.018.078	1.469

⁽¹⁾ Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes nacionais”, “fornecedores nacionais” e “fornecedores convênio”, respectivamente.

(a) Referem-se a contratos de aluguéis de 15 drogarias de propriedade da LA'7 em 31 de dezembro de 2019 e 2018, empresa dos ex-acionistas da Extrafarma e atuais acionistas da Ultrapar.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. As operações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar") acima referem-se à serviços prestados. Na avaliação da administração da Sociedade e de suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 16.i.

b. Pessoal-chave da administração (Consolidado)

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 20.b.

A despesa com remuneração do pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade), está demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Remuneração de curto prazo	41.659	36.504
Remuneração em ações	9.881	1.407
Benefício pós-emprego	2.640	2.278
Benefício de rescisão do cargo	-	905
Total	<u>54.180</u>	<u>41.094</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Plano de ações (Consolidado)

A Ultrapar adota, desde 2003, um plano de ações em que o executivo detém o usufruto de ações mantidas em tesouraria, até a efetiva transferência da propriedade plena das ações, em períodos de cinco a sete anos, condicionada à não-interrupção do vínculo entre o executivo e a Sociedade e/ou suas controladas. O volume de ações e os executivos beneficiados são determinados pelo CA, não havendo obrigatoriedade de outorga anual. O número total de ações a serem utilizadas no plano está sujeito à existência de tais ações em tesouraria. O CA da Ultrapar não possui plano de ações. Os valores das concessões foram determinados na data da outorga, com base no valor de mercado dessas ações na B3 e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a sete anos a partir da concessão.

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
13 de março de 2017	200.000	2022 a 2024	34,00	9.378	(4.513)	4.865
4 de março de 2016	380.000	2021 a 2023	32,72	17.147	(11.164)	5.983
10 de dezembro de 2014	533.324	2019 a 2021	25,32	27.939	(23.967)	3.972
5 de março de 2014	111.200	2020 a 2021	26,08	5.999	(5.610)	389
7 de novembro de 2012	-	2019	21,45	16.139	(16.139)	-
	<u>1.224.524</u>			<u>76.602</u>	<u>(61.393)</u>	<u>15.209</u>

Em 2019, a amortização de R\$ 10.321 (R\$ 3.922 em 2018) foi registrada como despesa geral e administrativa.

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.366.796
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores	(433.332)
Ações transferidas aos administradores	<u>(233.336)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.700.128
Ações transferidas aos administradores	<u>(475.604)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>1.224.524</u>

As informações acima foram ajustadas retrospectivamente conforme desdobramento de ações divulgado na nota explicativa nº 26.a.

Adicionalmente, os acionistas da Ultrapar aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizada em 19 de abril de 2017, novo plano de incentivo baseado em ações (“Plano”), que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria, podendo ou não envolver a outorga de usufruto de parte destas ações para posterior transferência da nua-propriedade, com períodos de três a seis anos, a diretores ou empregados da Sociedade ou de controladas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Poderão ser entregues aos participantes, em decorrência do Plano, ações ordinárias representativas de, no máximo, 1% do capital social da Sociedade, o que correspondia, na data da aprovação de referido Plano, a 11.128.102 ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos programas de ações restritas e de performance outorgados:

Programa	Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
Restritas	1 de outubro de 2017	240.000	2023	38,19	12.642	(4.741)	7.901
Restritas e performance	8 de novembro de 2017	75.876	2020 a 2022	38,19	5.014	(2.850)	2.164
Restritas e performance	4 de abril de 2018	184.076	2021 a 2023	34,35	12.066	(5.539)	6.527
Restritas	19 de setembro de 2018	160.000	2024	19,58	4.321	(900)	3.421
Restritas	24 de setembro de 2018	80.000	2024	18,40	2.030	(423)	1.607
Restritas e performance	3 de abril de 2019	558.708	2022 a 2024	23,25	24.096	(4.729)	19.367
Restritas	2 de setembro de 2019	440.000	2025	16,42	10.074	(560)	9.514
		<u>1.738.660</u>			<u>70.243</u>	<u>(19.742)</u>	<u>50.501</u>

Em 2019, foi registrada uma despesa geral e administrativa de R\$ 12.893 em relação ao Plano (R\$ 6.001 em 2018).

Saldo em 31 de dezembro de 2017	332.540
Ações outorgadas em 9 de abril de 2018	207.184
Ações outorgadas em 19 de setembro de 2018	160.000
Ações outorgadas em 24 de setembro de 2018	80.000
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores	(39.772)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>739.952</u>
Ações outorgadas em 3 de abril de 2019	567.876
Ações outorgadas em 2 de setembro de 2019	440.000
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores	(9.168)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>1.738.660</u>

As informações acima foram ajustadas retrospectivamente conforme desdobramento de ações divulgado na nota explicativa nº 26.a.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***9 Imposto de renda e contribuição social****a. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	72.377	116.191
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	150.085	154.516
Provisão para benefícios pós-emprego	-	-	92.199	85.575
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	224.065	147.376
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	8.161	12.258
Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio	-	-	75.745	75.838
Provisão para retirada de tanques	-	-	14.762	15.801
Provisão para fornecedores	439	-	35.214	38.339
Provisão para participação nos lucros e bônus	-	-	44.818	49.621
Operações de arrendamento mercantil	-	-	19.003	-
Variação do valor justo do bônus de subscrição	-	-	16.338	13.700
Demais provisões	16.542	14.034	45.316	42.694
Prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas da CSLL a compensar (d)	24.632	-	278.140	208.036
Total	41.613	14.034	1.076.223	959.945
Compensações de saldos passivos	-	-	(422.529)	(445.758)
Saldos líquidos apresentados no ativo	41.613	14.034	653.694	514.187
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	1.866	1.981
Operações de arrendamento mercantil	-	-	2.356	2.858
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	257.718	138.332
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	39.186	187.845
Combinação de negócios – mais valia de ativos	-	-	114.125	117.352
Demais provisões	-	-	14.809	6.687
Total	-	-	430.060	455.055
Compensações de saldos ativos	-	-	(422.529)	(445.758)
Saldos líquidos apresentados no passivo	-	-	7.531	9.297

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	14.034	29.159	504.890	530.419
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	27.579	(15.125)	97.465	(162.417)
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	-	-	40.497	133.124
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em combinação de negócio (i)	-	-	-	1.054
Outros	-	-	3.311	2.710
Saldo final	<u>41.613</u>	<u>14.034</u>	<u>646.163</u>	<u>504.890</u>

(i) Para maiores detalhes da combinação de negócios do TEAS, vide nota explicativa nº 3.d das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019.

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	13.209	178.127
De 1 a 2 anos	4.211	54.814
De 2 a 3 anos	4.265	141.105
De 3 a 5 anos	8.652	136.029
De 5 a 7 anos	6.354	353.806
De 7 a 10 anos	4.922	212.342
Total do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	<u>41.613</u>	<u>1.076.223</u>

Para avaliar a realização de ativos fiscais diferidos foram consideradas as projeções de lucros tributáveis dos planos de negócios de cada segmento da Sociedade, aprovados pelo CA, que indicam tendências e perspectivas, assim como efeitos de demanda, concorrência e outros fatores econômicos, que representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante o prazo de realização do ativo fiscal diferido.

As principais premissas chaves utilizadas para o cálculo de realização do ativo fiscal diferido são: crescimento do Produto Interno Bruto ("PIB"), taxa de câmbio, taxa de juros básica (SELIC) e DI, taxa de inflação, índice de preços de *commodities*, entre outros. O saldo de R\$ 1.076.223 foi suportado pelo estudo técnico sobre projeções de lucros tributáveis para a realização de ativos fiscais diferidos, examinado pelo Conselho Fiscal ("CF") e pelo Comitê de Auditoria e Riscos ("CAR") e aprovado pelo CA da Sociedade.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado**

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes da tributação e equivalência patrimonial	(48.846)	25.924	793.698	1.785.818
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	16.608	(8.814)	(269.857)	(607.178)
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Despesas indedutíveis (i)	11.023	(372)	(68.795)	(82.784)
Receitas não tributáveis (ii)	11	13	28.235	32.523
Ajuste do lucro presumido (iii)	-	-	10.511	9.706
Juros sobre capital próprio (iv)	-	(41.338)	-	(538)
Prejuízos fiscais e bases negativas sem ativos fiscais diferidos reconhecidos (v)	-	-	(146.820)	(95.480)
Demais ajustes	(63)	23	24.873	(2.634)
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	27.579	(50.488)	(421.853)	(746.385)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	43.244	107.666
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	27.579	(50.488)	(378.609)	(638.719)
Corrente	-	(35.363)	(476.074)	(476.302)
Diferido	27.579	(15.125)	97.465	(162.417)
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	56,5	194,8	47,7	35,8

- (i) Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos, resultados negativos em controladas no exterior e certas provisões;
- (ii) Consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões;
- (iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram essa forma alternativa de tributação, segundo a qual o IRPJ e CSLL foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob esse método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas;
- (iv) Juros sobre capital próprio é uma opção prevista na legislação societária brasileira para distribuição de lucros aos acionistas, calculado com base na taxa de juros de longo prazo (“TJLP”), que não afeta o resultado do exercício, mas afeta a base de cálculo do IRPJ e CSLL, sendo tributável para o beneficiário e dedutível para a entidade que remunera;
- (v) Vide nota explicativa nº 9.d;

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***c. Incentivos fiscais – SUDENE**

As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), conforme quadro abaixo:

Controlada	Unidades	Incentivo - %	Término
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Mataripe	75	2024
	Base de Caucaia	75	2025
	Base de Juazeiro	75	2026
	Base de Aracaju ⁽¹⁾	75	2027
	Base de Suape ⁽²⁾	75	2027
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Terminal de Suape	75	2020
	Terminal de Aratu	75	2022
	Terminal de Itaqui	75	2025
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Planta de Camaçari	75	2021
Oxiten S/A Indústria e Comércio ⁽³⁾	Planta de Camaçari	75	2026
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Planta de Camaçari	75	2026

⁽¹⁾ A controlada Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”) teve reconhecida pela SUDENE, por meio de laudo constitutivo emitido em 22 de outubro de 2018, a redução do IRPJ em 75% até 2027, em virtude da modernização na planta de Aracaju - Sergipe. Em razão da homologação tácita, pela Receita Federal do Brasil, do Pedido de Reconhecimento do Direito à Redução do IRPJ, a controlada reconheceu o benefício retroativo a janeiro de 2018, no montante de R\$ 1.067.

⁽²⁾ A controlada Bahiana teve reconhecida pela SUDENE, por meio de laudo constitutivo emitido em 14 de janeiro de 2019, a redução do IRPJ em 75% até 2027, em virtude da modernização na planta de Suape - Pernambuco. O Pedido de Reconhecimento do Direito à Redução do IRPJ foi homologado em maio de 2019, pela Receita Federal do Brasil..

⁽³⁾ O pedido de transferência do direito à redução do IRPJ para a Oxiten S/A será apresentado à SUDENE em virtude da incorporação da controlada Oxiten Nordeste .

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de CSLL a compensar**

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade e certas controladas possuíam prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 1.268.964 (R\$ 873.718 em 31 de dezembro de 2018) e bases negativas de CSLL no montante de R\$ 1.270.714 (R\$ 876.315 em 31 de dezembro de 2018), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

Ademais, certas controladas do exterior possuem prejuízos fiscais no montante de R\$ 878.470 (R\$ 620.906 em 31 de dezembro de 2018).

Os saldos constituídos de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL estão demonstrados abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Cia. Ultragaz	12.808	37.332
Oxiteno S.A.	148.306	43.645
Iconic	17.657	28.256
Extrafarma	72.318	98.803
Ultrapar	24.632	-
Ultrapar International	2.419	-
	<u>278.140</u>	<u>208.036</u>

Os saldos não constituídos de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL estão demonstrados abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Extrafarma	237.664	94.115
Integra Frotas	4.636	1.365
Oxiteno Argentina	-	22
Oxiteno USA	127.992	124.864
Oxiteno Andina	-	466
	<u>370.292</u>	<u>220.832</u>

O estudo técnico de realização de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL foi aprovado pelo CA da Sociedade, conforme comentado na nota explicativa nº 9.a.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***10 Despesas antecipadas (Consolidado)**

	31/12/2019	31/12/2018
Aluguéis ⁽¹⁾	37.106	413.799
Propaganda e publicidade	24.857	54.011
Plano de outorga de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	15.965	22.737
Prêmios de seguros	61.884	52.607
Manutenção de software	21.759	21.667
Demais despesas antecipadas	19.000	21.844
	<u>180.571</u>	<u>586.665</u>
Circulante	111.355	187.570
Não circulante	69.216	399.095

⁽¹⁾ Com a adoção do IFRS16 / CPC 06 (R2), alguns contratos foram transferidos para rubrica ativos de direito de uso (vide nota explicativa nº 2.y).

11 Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade (Consolidado)

Refere-se aos desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos com clientes da Ipiranga registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como redutor da receita de vendas no resultado conforme as condições estabelecidas no contrato (prazo médio ponderado de amortização de cinco anos), sendo revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos.

A movimentação é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.502.360
Adições	390.177
Amortizações	(371.825)
Transferências	(2.235)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>1.518.477</u>
Adições	330.068
Amortizações	(355.250)
Transferências	(27.306)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>1.465.989</u>
Circulante	465.454
Não circulante	1.000.535

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***12 Investimentos*****a. Sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto (Controladora)***

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto:

31/12/2019					
	Controladas				Empreendimento controlado em conjunto
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Ativo	1.264.707	6.475.473	18.052.890	4.192.235	562.445
Passivo	2.710	4.672.264	11.032.143	4.219.735	505.851
Patrimônio líquido	1.261.997	1.803.209(*)	7.020.747(*)	(27.500)	56.594
Receita líquida de vendas e serviços	-	1.514.022	73.679.913	-	2.156.432
Lucro (prejuízo) líquido	35.529	23.895(*)	365.680(*)	(41.055)	32.346
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33

31/12/2018					
	Controladas				Empreendimento controlado em conjunto
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Ativo	1.279.932	6.222.795	17.850.422	2.904.188	517.304
Passivo	2.509	3.416.140	12.434.610	2.894.598	456.714
Patrimônio líquido	1.277.423	2.806.655(*)	5.415.812(*)	9.590	60.590
Receita líquida de vendas e serviços	-	1.380.519	74.312.071	-	2.092.548
Lucro (prejuízo) líquido	111.145	553.236 (*)	512.987 (*)	(3.531)	8.695
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33

(*) ajustado pelos lucros não realizados entre controladas.

Os percentuais acima estão arredondados.

As informações financeiras dos segmentos de negócios encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 33.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto estão demonstradas abaixo:

	Investimentos em controladas					Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.165.426	2.682.015	5.402.880	13.121	9.263.442	54.739	9.318.181
Equivalência patrimonial	111.145	553.236	512.987	(3.531)	1.173.837	1.148	1.174.985
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	-	(229.243)	(500.023)	-	(729.266)	(32.065)	(761.331)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(7)	-	(7)	-	(7)
Instrumento patrimonial outorgado	65	269	3.439	-	3.773	-	3.773
Ajustes de avaliação patrimonial	787	(212.698)	(3.184)	-	(215.095)	(3.704)	(218.799)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	13.076	(280)	-	12.796	-	12.796
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.277.423	2.806.655	5.415.812	9.590	9.509.480	20.118	9.529.598
Equivalência patrimonial	35.529	23.895	365.680	(41.051)	384.053	10.740	394.793
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	(50.015)	(1.011.490)	(198.000)	-	(1.259.505)	(4.295)	(1.263.800)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(31)	-	(31)	-	(31)
Instrumento patrimonial outorgado	303	687	6.671	-	7.661	-	7.661
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.605)	(52.854)	(19.385)	-	(73.844)	(7.771)	(81.615)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	36.570	-	-	36.570	-	36.570
Aumento de capital em dinheiro	-	-	1.450.000	3.964	1.453.964	-	1.453.964
Resgate de ações da controlada Oxiten Nordeste	362	(254)	-	-	108	-	108
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.261.997	1.803.209	7.020.747	(27.497)	10.058.456	18.792	10.077.248

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Empreendimentos controlados em conjunto (Consolidado)

A Sociedade participa da Refinaria de Petróleo Riograndense (“RPR”), que tem como atividade principal o refino de petróleo.

A controlada Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda. (“Ultracargo Participações”) participa da União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. (“União Vopak”), que tem como atividade principal a armazenagem de graneis líquidos no porto de Paranaguá.

A controlada IPP participa da ConectCar, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento automático de pedágios e estacionamento nos Estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal.

Em 23 de setembro de 2019, para a concessão portuária BEL02A no porto de Miramar, foi constituída a Latitude Logística Portuária S.A. (“Latitude”). Em 05 de agosto de 2019, para o porto de Vitória, foi constituída a Navegantes Logística Portuária S.A. (“Navegantes”). Em 19 de agosto de 2019, na cidade de Cabedelo, foram constituídas a Nordeste Logística I S.A. (“Nordeste Logística I”), a Nordeste Logística II S.A. (“Nordeste Logística II”) e a Nordeste Logística III S.A. (“Nordeste Logística III”) (vide nota explicativa nº 35.c).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A composição e movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto é demonstrada abaixo:

	União Vopak	RPR	ConectCar	Latitude Logística	Navegantes Logística	Nordeste Logística I	Nordeste Logística II	Nordeste Logística III	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.096	54.739	61.226	-	-	-	-	-	122.061
Aporte de capital	-	-	31.908	-	-	-	-	-	31.908
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(3.704)	-	-	-	-	-	-	(3.704)
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	-	(32.065)	-	-	-	-	-	-	(32.065)
Equivalência patrimonial	1.350	1.148	(18.744)	-	-	-	-	-	(16.246)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.446	20.118	74.390	-	-	-	-	-	101.954
Aporte de capital	-	-	35.000	10.351	23.581	1.930	4.183	4.079	79.124
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(7.771)	-	-	-	-	-	-	(7.771)
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	(1.474)	(4.295)	-	-	-	-	-	-	(5.769)
Equivalência patrimonial	1.370	10.740	(26.572)	-	-	-	-	-	(14.462)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.342	18.792	82.818	10.351	23.581	1.930	4.183	4.079	153.076

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

	31/12/2019		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	6.818	428.880	159.972
Ativo não circulante	9.182	133.565	161.817
Passivo circulante	1.116	418.289	155.542
Passivo não circulante	200	87.562	612
Patrimônio líquido	14.684	56.594	165.635
Receita líquida	15.400	2.156.432	80.387
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(12.083)	(2.130.323)	(136.764)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(577)	6.237	3.234
Lucro (prejuízo) líquido	2.740	32.346	(53.143)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	228.768.000
Participação no capital social - %	50	33	50

	31/12/2018		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	8.432	370.250	129.152
Ativo não circulante	8.552	147.054	150.054
Passivo circulante	1.814	385.079	130.414
Passivo não circulante	280	71.635	14
Patrimônio líquido	14.890	60.590	148.778
Receita líquida	16.938	2.092.548	57.506
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(13.154)	(2.083.592)	(114.336)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(1.084)	(261)	19.343
Lucro (prejuízo) líquido	2.700	8.695	(37.487)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	193.768.000
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

c. Sociedades coligadas (Consolidado)

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A., que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiten S.A. participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. ("Oxicap"), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá. Em virtude da incorporação da controlada Oxiten Nordeste, a Oxiten S/A participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A., que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A controlada Companhia Ultragaz S.A. ("Cia. Ultragaz") participa da Metalúrgica Plus S.A., que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Cia. Ultragaz participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A., que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

O investimento da controlada Oxiteno S.A. na coligada Oxicap está avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações de 30 de novembro de 2019, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades coligadas é demonstrada abaixo:

	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.348	14.458	3.618	340	577	25.341
Redução de capital	(1.250)	-	-	-	-	(1.250)
Dividendos	(984)	-	-	-	(236)	(1.220)
Equivalência patrimonial	575	908	(28)	(112)	124	1.467
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.689	15.366	3.590	228	465	24.338
Dividendos	(818)	-	-	-	(87)	(905)
Equivalência patrimonial	1.790	568	(36)	(90)	85	2.317
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.661	15.934	3.554	138	463	25.750

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

	31/12/2019				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	12.172	45.178	71	40	151
Ativo não circulante	14.041	84.705	10.147	703	2.440
Passivo circulante	2.944	11.041	-	25	34
Passivo não circulante	626	9.634	3.110	302	1.167
Patrimônio líquido	22.643	109.208	7.108	416	1.390
Receita líquida	12.348	43.463	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(4.815)	(36.791)	(84)	(213)	285
Resultado financeiro e imposto de renda	(157)	(2.483)	12	(57)	(29)
Lucro (prejuízo) líquido	7.376	4.189	(72)	(270)	256
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

	31/12/2018				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	7.803	38.714	51	19	64
Ativo não circulante	15.254	85.395	10.238	990	2.791
Passivo circulante	3.963	9.777	-	21	123
Passivo não circulante	332	8.888	3.109	302	1.334
Patrimônio líquido	18.762	105.444	7.180	686	1.398
Receita líquida	10.595	53.288	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(7.957)	(43.814)	(78)	(266)	399
Resultado financeiro e imposto de renda	(211)	(3.453)	22	(69)	(27)
Lucro (prejuízo) líquido	2.427	6.021	(56)	(335)	372
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***13 Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar (Consolidado)**

Algumas controladas da Sociedade possuem contratos de arrendamento de imóveis, substancialmente relacionados a: (i) Ipiranga: postos de combustíveis e centro de distribuição; (ii) Extrafarma: farmácias e centro de distribuição; (iii) Ultragaz: pontos de venda e base de engarrafamento; (iv) Ultracargo: áreas portuárias; e (v) Oxiteno: planta industrial. Algumas controladas possuem também contratos de arrendamento de veículos.

a. Ativos de direito de uso

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Adoção IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adições e remensurações	Baixas de contratos	Transferên- cias	Variação monetária e cambial	Amortizações	Saldo em 31/12/2019
Custo:								
Imóveis	7	1.636.330	308.622	(55.605)	98.043	80.930	-	2.068.320
Áreas portuárias (*)	-	-	68.007	-	-	-	-	68.007
Outros	4	95.097	26.235	(1.981)	27.847	4.272	-	151.470
		<u>1.731.427</u>	<u>402.864</u>	<u>(57.586)</u>	<u>125.890</u>	<u>85.202</u>	<u>-</u>	<u>2.287.797</u>
Amortização acumulada:								
Imóveis		-	-	6.682	-	36	(262.750)	(256.032)
Áreas portuárias		-	-	-	-	-	-	-
Outros		-	-	442	(14.068)	81	(37.308)	(50.853)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.124</u>	<u>(14.068)</u>	<u>117</u>	<u>(300.058)</u>	<u>(306.885)</u>
Custo líquido		<u>1.731.427</u>	<u>402.864</u>	<u>(50.462)</u>	<u>111.822</u>	<u>85.319</u>	<u>(300.058)</u>	<u>1.980.912</u>

(*) Refere-se às outorgas de concessões portuárias, sendo R\$ 68.007 pagos pelas controladas da Sociedade no 4º trimestre de 2019 (vide nota explicativa nº 35.c).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As despesas de amortizações foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2019
Estoque e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	48.134
Despesas com vendas e comerciais	244.974
Despesas gerais e administrativas	6.950
	<u>300.058</u>

b. Arrendamentos a pagar

A movimentação dos arrendamentos a pagar é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	46.066
Adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	1.363.803
Apropriação de juros	128.996
Pagamento de contraprestação de arrendamentos	(321.716)
Adições e remensurações	334.857
Baixas de contratos	(52.129)
Variação monetária e cambial	88.796
	<u>1.588.673</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>1.588.673</u>
Circulante	206.396
Não circulante	1.382.277

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência dos contratos de arrendamento mercantil, estão apresentados abaixo:

Até 1 ano	309.977
De 1 a 2 anos	508.976
De 2 a 3 anos	395.743
De 3 a 4 anos	316.682
De 4 a 5 anos	192.017
Mais de 5 anos	320.357
	<u>2.043.752</u>

Os contratos relacionados aos arrendamentos a pagar são indexados substancialmente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas).

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***c. Contratos de arrendamento de ativos de baixo valor**

As controladas Cia. Ultragaz, Bahiana, Tequimar, Serma e Oxiteno S.A. mantêm contratos de arrendamento, relacionados ao uso de equipamentos de informática. Esses contratos têm prazos de 36 a 48 meses. As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
31/12/2019	3.474	6.028	-	9.502

O total de arrendamento mercantil, reconhecido como despesa em 2019, foi R\$ 11.400 (R\$ 11.386 em 2018).

d. Efeitos de inflação

Os efeitos da inflação estão demonstrados a seguir:

Ativo de direito de uso, líquido	Controladora	Consolidado
Base nominal	5.799	1.980.912
Base inflacionada	7.012	2.220.614
	20,9%	14,8%
Passivo de arrendamento	Controladora	Consolidado
Base nominal	5.999	1.588.673
Base inflacionada	7.012	1.828.870
	16,9%	18,6%
Despesa financeira	Controladora	Consolidado
Base nominal	200	128.996
Base inflacionada	280	159.135
	39,8%	23,4%
Despesa de amortização	Controladora	Consolidado
Base nominal	-	300.058
Base inflacionada	-	301.284
	-	0,4%

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

14 Imobilizado (Consolidado)

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2018	Adições	Deprecia- ções	Transfe- rências (i)	Baixas	Variação cambial	Oxitenio Andina (*)	Saldo em 31/12/2019
Custo:									
Terrenos	-	620.879	43.420	-	4.785	(2.017)	1.059	(261)	667.865
Edificações	32	1.801.073	18.117	-	105.861	(4.339)	7.023	(1.789)	1.925.946
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	1.015.640	19.191	-	129.234	(42.552)	15	-	1.121.528
Máquinas e equipamentos	13	5.219.256	131.831	-	365.953	(4.967)	9.596	(13.948)	5.707.721
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	14	2.864.333	103.288	-	81.038	(57.187)	-	-	2.991.472
Tanques e vasilhames para GLP	10	743.016	65.351	-	(6.993)	(45.914)	-	-	755.460
Veículos	7	308.756	24.686	-	7.564	(20.353)	(394)	(98)	320.161
Móveis e utensílios	9	279.016	15.009	-	4.399	(2.665)	198	(353)	295.604
Obras em andamento	-	922.799	591.525	-	(695.301)	(108)	8.344	(173)	827.086
Adiantamentos a fornecedores	-	14.088	7.378	-	(8.921)	-	(1)	-	12.544
Importações em andamento	-	41	9.513	-	(9.304)	-	-	-	250
Equipamentos de informática	5	395.063	21.771	-	872	(5.249)	352	-	412.809
		<u>14.183.960</u>	<u>1.051.080</u>	<u>-</u>	<u>(20.813)</u>	<u>(185.351)</u>	<u>26.192</u>	<u>(16.622)</u>	<u>15.038.446</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Deprecia- ções	Transfe- rências (i)	Baixas	Variação cambial	Oxiten Andina (*)	Saldo em 31/12/2019
Depreciação acumulada:								
Edificações	(743.117)	-	(58.158)	187	4.681	893	1.679	(793.835)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(558.042)	-	(84.664)	2.040	26.291	(4)	-	(614.379)
Máquinas e equipamentos	(2.969.209)	-	(298.767)	2.983	3.510	16.340	13.516	(3.231.627)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	(1.657.608)	-	(159.961)	-	50.691	-	-	(1.766.878)
Tanques e vasilhames para GLP	(401.056)	-	(57.890)	4.467	28.925	-	-	(425.554)
Veículos	(123.650)	-	(27.106)	28	11.274	311	98	(139.045)
Móveis e utensílios	(155.339)	-	(18.944)	(12)	2.280	204	336	(171.475)
Equipamentos de informática	(288.083)	-	(34.782)	50	5.061	(309)	-	(318.063)
	<u>(6.896.104)</u>	<u>-</u>	<u>(740.272)</u>	<u>9.743</u>	<u>132.713</u>	<u>17.435</u>	<u>15.629</u>	<u>(7.460.856)</u>
Provisão para perdas:								
Adiantamento a fornecedores	(83)	(27)	-	-	-	-	-	(110)
Edificações	(306)	-	-	-	-	-	306	-
Terrenos	(827)	-	-	-	-	-	681	(146)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(1.385)	(1.528)	-	-	111	1.203	-	(1.599)
Máquinas e equipamentos	(6.117)	-	-	-	769	1.138	1.335	(2.875)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	(165)	-	-	-	67	-	-	(98)
Obras em andamento	(38)	-	-	-	-	-	38	-
Móveis e utensílios	(70)	-	-	-	1	-	69	-
	<u>(8.991)</u>	<u>(1.555)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>948</u>	<u>2.341</u>	<u>2.429</u>	<u>(4.828)</u>
Custo líquido	<u>7.278.865</u>	<u>1.049.525</u>	<u>(740.272)</u>	<u>(11.070)</u>	<u>(51.690)</u>	<u>45.968</u>	<u>1.436</u>	<u>7.572.762</u>

(*) Refere-se à baixa de ativos da Oxiten Andina. (vide nota explicativa nº 3.b.3).

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2017	Adições	Deprecia- ções	Transfe- rências (i)	Baixas	Variação cambial	Saldo aquisição TEAS (ii)	Saldo em 31/12/2018
Custo:									
Terrenos	-	576.642	3.994	-	9.261	(895)	(1.238)	33.115	620.879
Edificações	32	1.637.871	7.041	-	151.937	(2.929)	(10.914)	18.067	1.801.073
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8	912.555	11.931	-	103.371	(12.273)	56	-	1.015.640
Máquinas e equipamentos	13	4.721.931	115.171	-	588.696	(4.895)	(261.955)	60.308	5.219.256
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	13	2.729.522	98.478	-	98.573	(62.240)	-	-	2.864.333
Tanques e vasilhames para GLP	8	692.856	78.995	-	2.552	(31.387)	-	-	743.016
Veículos	6	287.295	29.141	-	18.061	(23.996)	(1.745)	-	308.756
Móveis e utensílios	8	265.909	18.417	-	6.078	(863)	(10.570)	45	279.016
Obras em andamento	-	929.000	796.909	-	(883.994)	(578)	81.462	-	922.799
Adiantamentos a fornecedores	-	112.167	6.317	-	(100.233)	-	(4.163)	-	14.088
Importações em andamento	-	786	699	-	(1.446)	-	2	-	41
Equipamentos de informática	5	352.986	34.921	-	7.942	(1.953)	1.161	6	395.063
		<u>13.219.520</u>	<u>1.202.014</u>	<u>-</u>	<u>798</u>	<u>(142.009)</u>	<u>(207.904)</u>	<u>111.541</u>	<u>14.183.960</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Deprecia- ções	Transfe- rências (i)	Baixas	Variação cambial	Saldo aquisição TEAS (ii)	Saldo em 31/12/2018
Depreciação acumulada:								
Edificações	(724.408)	-	(53.462)	10.046	2.608	26.533	(4.434)	(743.117)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(475.651)	-	(83.208)	(4.574)	5.398	(7)	-	(558.042)
Máquinas e equipamentos	(2.980.166)	-	(271.867)	1.143	3.449	288.461	(10.229)	(2.969.209)
Equipamentos e instalações para distribuição de	(1.545.806)	-	(162.815)	(7.232)	58.245	-	-	(1.657.608)
Tanques e vasilhames para GLP	(328.384)	-	(88.308)	(2.347)	17.983	-	-	(401.056)
Veículos	(112.200)	-	(28.792)	498	15.002	1.842	-	(123.650)
Móveis e utensílios	(148.575)	-	(18.482)	(292)	513	11.517	(20)	(155.339)
Equipamentos de informática	(260.859)	-	(30.659)	2.702	1.819	(1.080)	(6)	(288.083)
	<u>(6.576.049)</u>	<u>-</u>	<u>(737.593)</u>	<u>(56)</u>	<u>105.017</u>	<u>327.266</u>	<u>(14.689)</u>	<u>(6.896.104)</u>
Provisão para perdas:								
Adiantamento a fornecedores	(83)	-	-	-	-	-	-	(83)
Edificações	-	(306) (*)	-	-	-	-	-	(306)
Terrenos	(104)	(723) (*)	-	-	-	-	-	(827)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(564)	(733)	-	-	2	(90)	-	(1.385)
Máquinas e equipamentos	(4.724)	(1.532) (*)	-	-	444	(305)	-	(6.117)
Equipamentos e instalações para distribuição de	(169)	-	-	-	4	-	-	(165)
Obras em andamento	-	(38) (*)	-	-	-	-	-	(38)
Móveis e utensílios	(1)	(69) (*)	-	-	-	-	-	(70)
	<u>(5.645)</u>	<u>(3.401)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>450</u>	<u>(395)</u>	<u>-</u>	<u>(8.991)</u>
Custo líquido	<u>6.637.826</u>	<u>1.198.613</u>	<u>(737.593)</u>	<u>742</u>	<u>(36.542)</u>	<u>118.967</u>	<u>96.852</u>	<u>7.278.865</u>

(i) Refere-se a valores transferidos para o intangível, estoques e direito de uso.

(ii) Vide nota explicativa nº 3.c.

(*) Refere-se ao reconhecimento da provisão ao valor recuperável de ativos da controlada Oxitenio Andina (vide nota explicativa nº 2.s.1.ii das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações, reformas, construções e modernizações dos parques industriais, terminais, lojas, postos de serviços e bases de distribuição.

Os adiantamentos a fornecedores referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de bens para expansão das unidades industriais, terminais, lojas e bases e aquisição de imóveis operacionais.

As despesas de depreciações foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	405.966	406.002
Despesas com vendas e comerciais	285.671	279.023
Despesas gerais e administrativas	48.635	52.568
	<u>740.272</u>	<u>737.593</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

15 Intangível (Consolidado)

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2018	Adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2)	Adições	Amortiza- ções	Transfe- rências (i)	Baixas	Variação cambial	Oxitenó Andina (*)	Saldo em 31/12/2019
Custo:										
Ágio (a)	-	1.525.088	-	-	-	-	-	-	-	1.525.088
Software (b)	3	1.062.486	-	145.004	-	2.553	(784)	1.551	(281)	1.210.529
Tecnologia (c)	5	32.617	-	-	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial	10	64.032	(56.114)	3.820	-	(1.401)	(2.403)	-	-	7.934
Fundo de comércio	6	142.989	-	1.505	-	(10.895)	-	-	-	133.599
Marcas (d)	-	120.571	-	-	-	-	-	1.933	-	122.504
Direito de uso de marcas (d)	35	114.792	-	-	-	-	-	-	-	114.792
Outros (e)	10	43.281	-	1.668	-	(355)	-	306	-	44.900
		<u>3.105.856</u>	<u>(56.114)</u>	<u>151.997</u>	<u>-</u>	<u>(10.098)</u>	<u>(3.187)</u>	<u>3.790</u>	<u>(281)</u>	<u>3.191.963</u>
Amortização acumulada:										
Software		(537.438)	-	-	(110.088)	13	(611)	(998)	261	(648.861)
Tecnologia		(32.613)	-	-	(3)	-	-	-	-	(32.616)
Direitos de propriedade comercial		(23.931)	16.186	-	(848)	(669)	2.878	-	-	(6.384)
Fundo de comércio		(106.597)	-	-	(6.511)	4.176	-	-	-	(108.932)
Direito de uso de marcas		(3.182)	-	-	(2.937)	-	-	-	-	(6.119)
Outros		(32.740)	-	-	(105)	136	-	(4)	-	(32.713)
		<u>(736.501)</u>	<u>16.186</u>	<u>-</u>	<u>(120.492)</u>	<u>3.656</u>	<u>2.267</u>	<u>(1.002)</u>	<u>261</u>	<u>(835.625)</u>
Provisão para perdas e redução ao valor recuperável "impairment":										
Ágio (a)		-	-	(593.280)	-	-	-	-	-	(593.280)
Direitos de propriedade comercial		-	-	(465)	-	-	-	-	-	(465)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(593.745)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(593.745)</u>
Custo líquido		<u>2.369.355</u>	<u>(39.928)</u>	<u>(441.748)</u>	<u>(120.492)</u>	<u>(6.442)</u>	<u>(920)</u>	<u>2.788</u>	<u>(20)</u>	<u>1.762.593</u>

(*) Refere-se à baixa de ativos da Oxitenó Andina. (vide nota explicativa nº 3.b.3).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2017	Adições	Amortiza- ções	Transfe- rências (i)	Baixas	Variação cambial	Saldo aquisição TEAS (ii)	Saldo em 31/12/2018
Custo:									
Ágio (a)	-	1.524.291	-	-	-	-	-	797	1.525.088
Software (b)	5	853.079	223.964	-	(1.258)	(15.401)	2.053	49	1.062.486
Tecnologia (c)	5	32.617	-	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial (d)	10	55.069	11.117	-	-	(2.154)	-	-	64.032
Fundo de comércio	8	142.669	690	-	(350)	-	(20)	-	142.989
Marcas (e)	-	113.543	-	-	-	-	7.028	-	120.571
Direito de uso de marcas (e)	39	114.792	-	-	-	-	-	-	114.792
Outros (f)	10	40.514	1.822	-	-	-	945	-	43.281
		<u>2.876.574</u>	<u>237.593</u>	<u>-</u>	<u>(1.608)</u>	<u>(17.555)</u>	<u>10.006</u>	<u>846</u>	<u>3.105.856</u>
Amortização acumulada:									
Software		(456.799)	-	(79.845)	59	28	(832)	(49)	(537.438)
Tecnologia		(32.541)	-	(72)	-	-	-	-	(32.613)
Direitos de propriedade comercial		(21.292)	-	(4.679)	-	2.040	-	-	(23.931)
Fundo de comércio		(96.704)	-	(10.018)	125	-	-	-	(106.597)
Direito de uso de marcas		-	-	(3.182)	-	-	-	-	(3.182)
Outros		(31.196)	-	(1.538)	-	-	(6)	-	(32.740)
		<u>(638.532)</u>	<u>-</u>	<u>(99.334)</u>	<u>184</u>	<u>2.068</u>	<u>(838)</u>	<u>(49)</u>	<u>(736.501)</u>
Custo líquido		<u>2.238.042</u>	<u>237.593</u>	<u>(99.334)</u>	<u>(1.424)</u>	<u>(15.487)</u>	<u>9.168</u>	<u>797</u>	<u>2.369.355</u>

(i) Refere-se a valores transferidos para o imobilizado e direito de uso a partir de 2019.

(ii) Vide nota explicativa nº 3.c.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

As despesas de amortizações foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	11.183	15.044
Despesas com vendas e comerciais	3.872	8.920
Despesas gerais e administrativas	105.437	75.370
	<u>120.492</u>	<u>99.334</u>

a. Ágio

O saldo líquido remanescente do ágio é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade e representam as seguintes aquisições:

	Segmento	31/12/2019	31/12/2018
Ágio na aquisição de:			
Extrafarma	Extrafarma	661.553	661.553
Extrafarma - <i>impairment</i>	Extrafarma	(593.280)	-
Extrafarma - líquido	Extrafarma	68.273	661.553
Ipiranga ⁽¹⁾	Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	Ultracargo	211.089	211.089
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
Iconic (CBLSA)	Ipiranga	69.807	69.807
Oxitenio Uruguay	Oxitenio	44.856	44.856
Temmar	Ultracargo	43.781	43.781
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
Repsol	Ultragaz	13.403	13.403
TEAS	Ultracargo	797	797
Outros	Oxitenio	583	583
		<u>931.808</u>	<u>1.525.088</u>

⁽¹⁾ Inclui R\$ 246.163 na Ultrapar.

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios dos segmentos da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados. As principais premissas-chaves utilizadas pela Sociedade para o cálculo do valor em uso estão descritas abaixo:

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Período de avaliação: a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos (exceto segmento Extrafarma), e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. Para o segmento Extrafarma foi utilizado um período de dez anos devido ao prazo de quatro anos para maturidade de novas lojas.

Taxa de desconto e taxa de crescimento real: as taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2019 variaram de 8,9 % a 12,1% e 0% a 1% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada.

Receita de vendas, custos e despesas e margem bruta: considera o orçamento de 2020 e o plano estratégico de longo prazo elaborado pela administração e aprovado pelo CA.

Os testes de recuperação dos saldos de ágios e ativos líquidos da Sociedade e suas controladas indicaram a necessidade de reconhecimento de perda no montante de R\$ 593.280 para a controlada Extrafarma no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (vide nota explicativa nº 2.u).

A Sociedade efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos importantes nos fluxos de caixas e no valor em uso. Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto ou um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

b. Software

Inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem, informações contábeis, entre outros.

c. Tecnologia

As controladas Oxiteno S.A. e Oleoquímica registram como tecnologia certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, álcoois graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

d. Marcas e direito de uso de marcas

Marcas representam os custos de aquisição da marca ‘am/pm’ no Brasil e da marca Extrafarma, adquirida na combinação de negócios, e direitos de uso das marcas Chevron e Texaco.

e. Outros intangíveis

Referem-se principalmente ao programa de fidelidade Clube Extrafarma.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***16 Empréstimos, financiamentos e debêntures****a. Composição**• **Controladora:**

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31/12/2019 - % a.a.	Vencimento
Moeda nacional:					
Debêntures – 6ª emissão (g.5)	<u>1.752.081</u>	<u>1.756.954</u>	DI	105,3	2023
Circulante	28.713	34.504			
Não circulante	1.723.368	1.722.450			

• **Consolidado:**

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31/12/2019 - % a.a.	Vencimento
Moeda estrangeira:					
Notas no mercado externo (b)	4.213.662	2.889.631	US\$	5,3	2026 a 2029
Financiamento externo (c.1) (*)	1.057.407	985.268	US\$	3,9	2021 a 2023
Financiamento externo (c.1) (*)	608.685	582.106	US\$ + LIBOR	0,9	2022 a 2023
Instituições financeiras (e)	604.741	620.605	US\$ + LIBOR	2,0	2020 a 2023
Financiamento externo (c.2)	243.837	234.363	US\$ + LIBOR	2,0	2020
Instituições financeiras (e)	132.417	127.288	US\$	2,8	2020 a 2022
Instituições financeiras (e)	41.164	27.845	MX\$ (2)	8,9	2020
BNDES (d)	208	2.596	US\$	7,0	2020
Instituições financeiras (e)	-	3.950	MX\$+TIE (2)	-	-
Adiantamento de Cambiais Entregues	-	1.485	US\$	-	-
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	-	11.702	US\$	-	-
Total moeda estrangeira	<u>6.902.121</u>	<u>5.486.839</u>			

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31/12/2019 - % a.a.	Vencimento
Moeda nacional:					
Debêntures – CRA (g.2, g.4 e g.6)	2.036.647	2.029.545	DI	95,8	2022 a 2023
Debêntures – Ipiranga (g.1 e g.3)	1.868.612	2.039.743	DI	105,0	2020 a 2022
Debêntures – 6ª emissão (g.5)	1.752.080	1.756.954	DI	105,3	2023
Banco do Brasil pós-fixado (f)	611.276	2.614.704	DI	110,9	2020 a 2022
Debêntures – CRA (g.2, g.4 e g.6) (*)	941.614	833.213	IPCA	4,6	2024 a 2025
Debêntures – Tequimar (g.7)	89.278	-	R\$	6,5	2024
BNDES (d)	62.578	147.922	TJLP (3)	2,3	2020 a 2023
FINEP	41.345	53.245	TJLP (3)	1,6	2020 a 2023
BNDES (d)	30.392	51.467	SELIC (5)	2,3	2020 a 2023
FINEP	12.820	22.553	R\$	4,0	2020 a 2021
Banco do Nordeste do Brasil	10.039	15.776	R\$ (4)	8,5	2020 a 2021
BNDES (d)	3.913	14.071	R\$	7,6	2020 a 2022
FINAME	22	32	TJLP (3)	5,7	2020 a 2022
Cédula de Crédito Bancário	-	50.075	DI	124,0	2019
Total moeda nacional	<u>7.460.616</u>	<u>9.629.300</u>			
Total moeda estrangeira e nacional	<u>14.362.737</u>	<u>15.116.139</u>			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (**)	<u>29.985</u>	<u>43.944</u>			
Total	<u>14.392.722</u>	<u>15.160.083</u>			
Circulante	1.117.441	2.271.148			
Não circulante	13.275.281	12.888.935			

(*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 34.h).

(**) Perdas acumuladas (vide nota explicativa nº 34.i).

(1) LIBOR = London Interbank Offered Rate.

(2) MX\$ = peso mexicano; TIIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio.

(3) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Em 31 de dezembro de 2019, a TJLP estava fixada em 5,57% a.a.

(4) Contrato vinculado à taxa do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”), que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em 31 de dezembro de 2019, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a., sobre a qual incide bônus de adimplência de 15%.

(5) SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	13.426.845
Captações com efeito caixa	4.461.112
Apropriação de juros	873.202
Pagamento de principal/contraprestação de arrendamento mercantil financeiro	(3.715.838)
Pagamento de juros	(737.564)
Variação monetária e cambial	804.273
Variação de valor justo	50.175
Adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) – transferência para nota explicativa nº 13.b)	(46.066)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.116.139
Captações com efeito caixa	2.105.737
Apropriação de juros	845.844
Pagamento de principal	(2.644.704)
Pagamento de juros	(1.469.780)
Variação monetária e cambial	296.441
Variação de valor justo	113.060
Saldo em 31 de dezembro de 2019	14.362.737

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31/12/2019	31/12/2018
De 1 a 2 anos	1.424.775	960.038
De 2 a 3 anos	3.115.495	1.548.092
De 3 a 4 anos	3.451.988	3.216.293
De 4 a 5 anos	765.263	3.428.130
Mais de 5 anos	4.517.760	3.736.382
	13.275.281	12.888.935

Os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.h.

Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 34.h).

b. Notas no mercado externo

Em 6 de outubro de 2016, a controlada Ultrapar International S.A. (“Ultrapar International”) emitiu US\$ 750 milhões (equivalente a R\$ 3.023,0 milhões em 31 de dezembro de 2019) em notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 98,097% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela controlada IPP. A Sociedade designou relações de *hedge* para esta operação (vide nota explicativa nº 34.h.3).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 6 de junho de 2019, a controlada Ultrapar International emitiu US\$ 500 milhões (equivalente a R\$ 2.015,4 milhões em 31 de dezembro de 2019) em notas no mercado externo com vencimento em junho de 2029 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 100% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela controlada IPP. A Sociedade designou relações de *hedge* para parte desta operação (vide nota explicativa nº 34.h.3).

Em 21 de junho de 2019, a controlada Ultrapar International recomprou US\$ 200 milhões (equivalente a R\$ 806,1 milhões em 31 de dezembro de 2019) das notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026.

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Sociedade e suas controladas, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles:

- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e das controladas Ultrapar International e IPP.
- Restrição de gravames em ativos superior a US\$ 150 milhões (equivalente a R\$ 604,6 milhões em 31 de dezembro de 2019) ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

A Sociedade e suas controladas mantêm os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

c. Financiamentos externos

c.1. A controlada IPP possui financiamentos externos no montante de US\$ 395.000 (equivalente a R\$ 1.592.127 em 31 de dezembro de 2019). A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 104,4% do DI. A IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo (vide nota explicativa nº 34.h.1), desta forma, tanto os financiamentos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Sociedade.

Os financiamentos externos têm seus vencimentos distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ (milhares)	R\$ (milhares)	Custo em % do DI
Encargos ⁽¹⁾	18.351	73.965	-
jul/2021	60.000	241.842	101,8
jun/2022	100.000	403.070	105,0
jul/2023	50.000	201.535	104,8
set/2023	60.000	241.842	105,0
set/2023	65.000	261.996	104,7
nov/2023	60.000	241.842	104,5
Total / custo médio	413.351	1.666.092	104,4

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

⁽¹⁾ Considera juros, custo de transação, marcação a mercado e reconhecimento inicial de *hedge*.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

c.2. A controlada Global Petroleum Products Trading Corporation possui financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões (equivalente a R\$ 241,8 milhões em 31 de dezembro de 2019), com vencimento em 22 de junho de 2020 e encargo financeiro de LIBOR + 2,0% a.a., pago trimestralmente. A Sociedade, através da controlada Cia. Ultragaz, contratou instrumento de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos financeiros do financiamento externo para 105,9% do DI. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiten S.A. (por sua incorporada Oxiten Nordeste).

d. BNDES

As controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,3; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Instituições financeiras

As controladas Oxitenos México S.A. de C.V., Oxitenos USA LLC (“Oxitenos USA”) e Oxitenos Uruguay possuem empréstimos para investimentos e capital de giro.

A controlada Oxitenos USA possui financiamentos com custo médio de LIBOR + 2,0% e vencimentos distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ (milhares)	R\$ (milhares)
Encargos ⁽¹⁾	156	627
fev/2020	10.000	40.274
ago/2020	10.000	40.274
set/2020	20.000	80.549
fev/2021	10.000	40.274
mar/2022	30.000	120.823
out/2022	40.000	161.097
mar/2023	30.000	120.823
Total	<u>150.156</u>	<u>604.741</u>

⁽¹⁾ Considera juros e custo de transação.

Os recursos foram utilizados no financiamento do capital de giro e na construção de uma nova planta de alcoxilação no Texas.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidado, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Banco do Brasil

A controlada IPP possui empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados à comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol). A controlada IPP liquidou antecipadamente R\$ 400 milhões de tais empréstimos em dezembro de 2019.

Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de dezembro de 2019):

Vencimento	31/12/2019
mai/2020	205.274
mai/2021	202.910
mai/2022	203.092
Total	611.276

g. Debêntures

g.1 Em maio de 2016, a controlada IPP efetuou sua quarta emissão pública de debêntures em série única de 500 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$1.000.000,00
Vencimento final:	25 de maio de 2021
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de maio de 2019
Remuneração:	105,0% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g.2 Em abril de 2017, a controlada IPP efetuou sua quinta emissão de debêntures em duas séries, sendo uma de 660.139 e outra de 352.361 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Eco Consult – Consultoria de Operações Financeiras Agropecuárias Ltda. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de Certificado de Recebíveis de Agronegócio (CRA). As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	660.139
Valor nominal unitário:	R\$1.000,00
Vencimento final:	18 de abril de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Quantidade:	352.361
Valor nominal unitário:	R\$1.000,00
Vencimento final:	15 de abril de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,68%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A controlada IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 93,9% do DI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

g.3 Em julho de 2017, a controlada IPP efetuou sua sexta emissão pública de debêntures em série única de 1.500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$1.000,00
Vencimento final:	28 de julho de 2022
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de julho de 2021
Remuneração:	105,0% do DI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

g.4 Em outubro de 2017, a controlada IPP efetuou sua sétima emissão de debêntures no montante total de R\$ 944.077, em duas séries, sendo uma de 730.384 e outra de 213.693 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Vert Créditos Ltda., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de CRA. A liquidação financeira ocorreu em 1 de novembro de 2017. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	730.384
Valor nominal unitário:	R\$1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Quantidade:	213.693
Valor nominal unitário:	R\$1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,34%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,3% do DI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

g.5 Em março de 2018, a Sociedade efetuou sua sexta emissão de debêntures, em série única de 1.725.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$1.000,00
Vencimento final:	5 de março de 2023
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	105,25% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

g.6 Em dezembro de 2018, a controlada IPP efetuou sua oitava emissão de debêntures no montante total de R\$ 900.000, em duas séries, sendo uma de 660.000 e outra de 240.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP. As debêntures foram subscritas com o objetivo de vincular a emissão de CRA. A liquidação financeira ocorreu em 21 de dezembro de 2018. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	660.000
Valor nominal unitário:	R\$1.000,00
Vencimento final:	18 de dezembro de 2023
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	97,5% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Quantidade:	240.000
Valor nominal unitário:	R\$1.000,00
Vencimento final:	15 de dezembro de 2025
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,61%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,1% do DI. A IPP designou o

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

g.7 Em novembro de 2019, a controlada Tequimar efetuou sua primeira emissão de debêntures, em série única de 90.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$1.000,00
Vencimento final:	19 de novembro de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	6,47%
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A Tequimar contratou instrumentos de proteção a variações da taxa de juros, trocando os encargos financeiros das debêntures pré-fixados para 99,94% do DI. A Tequimar designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

As debêntures têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de dezembro de 2019):

Vencimento	31/12/2019
Encargos ¹	183.304
mai/2020	166.650
mai/2021	166.700
jul/2021	750.000
abr/2022	660.139
jul/2022	750.000
out/2022	730.384
mar/2023	1.725.000
dez/2023	660.000
abr/2024	352.361
out/2024	213.693
nov/2024	90.000
dez/2025	240.000
Total	<u>6.688.231</u>

⁽¹⁾ Considera juros, custo de transação e marcação a mercado.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***h. Custos de transação**

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2018	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 31/12/2019
Debêntures (g)	0,2	56.376	692	(15.662)	41.406
Notas no mercado externo (b)	0,1	13.881	18.442	(4.209)	28.114
Banco do Brasil (f)	0,2	3.437	-	(2.667)	770
Financiamentos externos (c)	0,0	331	-	(237)	94
Outros	0,2	2.432	-	(1.050)	1.382
Total		76.457	19.134	(23.825)	71.766

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2017	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 31/12/2018
Debêntures (g)	0,2	44.709	21.308	(9.641)	56.376
Notas no mercado externo (b)	-	15.298	-	(1.417)	13.881
Banco do Brasil (f)	0,2	8.065	-	(4.628)	3.437
Financiamentos externos (c)	0,1	1.213	-	(882)	331
Outros	0,2	2.801	366	(735)	2.432
Total		72.086	21.674	(17.303)	76.457

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Debêntures (g)	13.058	12.403	9.274	5.318	1.139	214	41.406
Notas no mercado externo (b)	3.428	3.421	3.423	3.425	3.437	10.980	28.114
Banco do Brasil (f)	439	256	75	-	-	-	770
Financiamento externo (c)	94	-	-	-	-	-	94
Outros	597	416	367	2	-	-	1.382
Total	17.616	16.496	13.139	8.745	4.576	11.194	71.766

i. Garantias

Para os financiamentos são mantidas garantias reais no montante de R\$ 73.536 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 69.822 em 31 de dezembro de 2018) e avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 11.833.294 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 10.667.175 em 31 de dezembro de 2018).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 293.509 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 271.162 em 31 de dezembro de 2018).

Algumas controladas da Sociedade emitem garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “*vendor*”), conforme abaixo:

	IPP		Oxiten	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias	81.344	-	2.753	2.750
Vencimento de até	60 meses	-	4 meses	3 meses
Valor justo das garantias outorgadas	1.237	-	68	68

Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. Até 31 de dezembro de 2019, as controladas não tiveram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas é reconhecido na rubrica “*demais contas a pagar*” no passivo circulante, sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

17 Fornecedores (Consolidado)

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores nacionais	1.897.256	2.079.010
Fornecedores nacionais - convênio (i)	455.950	73.169
Fornecedores estrangeiros	261.222	472.597
Fornecedores estrangeiros - convênio (i)	85.643	106.901
	<u>2.700.071</u>	<u>2.731.677</u>

(i) Fornecedores convênio: Algumas controladas da Sociedade realizaram convênios com instituições financeiras, que consistem na antecipação de recebimento dos títulos por parte do fornecedor, no qual as instituições financeiras antecipam um determinado montante para o fornecedor e recebem, na data de vencimento, o montante devido pelas controladas da Sociedade. A decisão de aderir a essa operação é única e exclusivamente do fornecedor. O convênio não altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor. Assim, essas operações são apresentadas na demonstração do fluxo de caixa como fluxo das atividades operacionais.

Algumas controladas da Sociedade adquirem combustíveis e GLP da Petrobras e de suas controladas e eteno da Braskem S.A. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***18 Salários e encargos sociais (Consolidado)**

	31/12/2019	31/12/2018
Provisões sobre folha de pagamento	184.716	186.200
Participação nos lucros, bônus e prêmios	133.533	147.170
Encargos sociais	70.228	67.043
Outros	17.159	27.779
	<u>405.636</u>	<u>428.192</u>

19 Obrigações tributárias (Consolidado)

	31/12/2019	31/12/2018
ICMS	149.547	166.038
PIS e COFINS	40.676	38.055
ISS	26.986	22.339
IVA das controladas no exterior	25.619	21.306
Outros	27.094	20.267
	<u>269.922</u>	<u>268.005</u>

20 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)***a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar***

Em fevereiro de 2001, o CA da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar ("Ultraprev"). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,3% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 35 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. Em 2019, as controladas contribuíram com R\$ 21.357 (R\$ 24.323 em 2018) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 31 de dezembro de 2019 atingiu 8.008 participantes ativos e 328 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 26 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***b. Benefícios pós-emprego**

As controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS"), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente e revisados pela administração em 31 de dezembro de 2019.

	31/12/2019	31/12/2018
Plano de Assistência Médica e Odontológica ⁽¹⁾	154.142	112.628
Indenização do FGTS	66.309	83.781
Gratificação por tempo de serviço	34.485	37.397
Seguro de vida ⁽¹⁾	17.931	16.009
	<u>272.867</u>	<u>249.815</u>
Total		
Circulante	28.951	45.655
Não circulante	243.916	204.160

⁽¹⁾ somente aplicável a IPP e Iconic Lubrificantes S.A. ("Iconic").

A movimentação do valor presente da obrigação de benefício pós-emprego está apresentada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	249.815	237.523
Custo dos serviços correntes	(10.704)	6.092
Custo dos juros	21.386	21.466
Despesa do exercício	10.682	27.558
Perdas atuariais decorrentes de alterações de hipóteses	44.489	7.934
Benefícios pagos diretamente pela Sociedade e suas controladas	(33.510)	(23.604)
Variações cambiais de benefícios pós-emprego de controladas no	1.391	404
	<u>272.867</u>	<u>249.815</u>
Saldo final		

O total da despesa em cada exercício está apresentado a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Plano de Assistência Médica e Odontológica	10.442	9.559
Indenização do FGTS	(5.818)	11.159
Gratificação por tempo de serviço	4.765	5.460
Seguro de vida	1.293	1.380
Total	<u>10.682</u>	<u>27.558</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As principais premissas atuariais utilizadas são:

Hipóteses econômicas	31/12/2019 % a.a.	31/12/2018 % a.a.
Taxa de desconto a valor presente da obrigação atuarial	8,79	9,00
Taxa média nominal de crescimento salarial projetada	7,64	7,85
Taxa de inflação (longo prazo)	3,80	4,00
Taxa de crescimento dos serviços médicos	7,95	8,16

Hipóteses demográficas

Tábua de Mortalidade para seguro de vida – CSO-80

Tábua de Mortalidade demais benefícios – AT 2000 *Basic* desagravada em 10%

Tábua de Mortalidade de Inválidos – RRB 1983

Tábua de Entrada em Invalidez – Light fraca

Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da provisão para benefícios pós-emprego são: taxa de desconto, crescimento salarial e custos médicos. As análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2019, apresentadas a seguir, foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período das demonstrações financeiras, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Premissa	Mudança na premissa	Diminuição no passivo	Mudança na premissa	Aumento no passivo
Taxa de desconto	aumento 1,0 p.p.	26.741	diminuição 1,0 p.p.	49.344
Taxa de crescimento salarial	diminuição 1,0 p.p.	34.978	aumento 1,0 p.p.	39.030
Taxa de crescimento dos serviços médicos	diminuição 1,0 p.p.	7.137	aumento 1,0 p.p.	8.492

A análise de sensibilidade apresentada pode não representar a mudança real na obrigação de benefícios pós-emprego, uma vez que não é provável que a mudança ocorra nas premissas isoladamente, considerando que algumas dessas premissas podem estar correlacionadas.

Riscos inerentes aos benefícios pós-emprego

Risco de taxa de juros: para calcular o valor presente do passivo do plano de benefícios pós-emprego é utilizada a taxa de juros de longo prazo. Uma redução nessa taxa de juros aumentará o passivo correspondente.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de crescimento salarial: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência os salários dos participantes do plano, projetados pela taxa média nominal de crescimento salarial. Um aumento real do salário dos participantes do plano aumentará o passivo correspondente.

Risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médico por faixa etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente.

21 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da controlada IPP localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.n).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	64.774
Adições (novos tanques)	264
Gastos com tanques retirados	(12.752)
Despesa com atualização	2.381
Saldo em 31 de dezembro de 2018	54.667
Adições (novos tanques)	290
Gastos com tanques retirados	(5.456)
Despesa com atualização	1.741
Saldo em 31 de dezembro de 2019	51.242
Circulante	3.847
Não circulante	47.395

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***22 Provisões e contingências (Consolidado)****a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela administração.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Pagamentos	Atualizações	Saldo em 31/12/2019
IRPJ e CSLL (a.1.1)	532.341	221	(6.600)	-	15.319	541.281
PIS e COFINS	26.271	-	(16.771)	-	655	10.155
ICMS	100.823	1.204	(5.521)	(614)	580	96.472
Cíveis, ambientais e regulatórias (a.2.1)	90.932	18.009	(17.318)	(8.979)	3.211	85.855
Trabalhistas (a.3.1)	101.173	29.103	(19.970)	(15.487)	3.191	98.010
Outras	91.531	1.355	(2.190)	-	2.126	92.822
Total	943.071	49.892	(68.370)	(25.080)	25.082	924.595
Circulante	77.822					40.455
Não circulante	865.249					884.140

Algumas das provisões acima apresentadas possuem no todo, ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados.

A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Tributários	753.810	727.493
Trabalhistas	71.605	69.978
Cíveis e outros	96.028	84.036
Total – ativo não circulante	921.443	881.507

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a.1 Provisões tributárias e previdenciárias

a.1.1 Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela SRF, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida, as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R\$ 515.825 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 500.260 em 31 de dezembro de 2018). Em 18 de julho de 2014, foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos, foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e as controladas recorreram desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores – Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) e Supremo Tribunal Federal (“STF”) cujo julgamento definitivo encontra-se pendente.

a.2 Provisões cíveis, ambientais e regulatórias

a.2.1 A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, indenizações, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R\$85.855 em 31 de dezembro de 2019 (R\$90.932 em 31 de dezembro de 2018).

a.3 Provisões trabalhistas

a.3.1 A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$98.010 em 31 de dezembro de 2019 (R\$101.173 em 31 de dezembro de 2018) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando, principalmente, parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

b. Passivos contingentes (possíveis)

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível (chances de perda maior que 25% e menor ou igual a 50%) pelos departamentos jurídicos da Sociedade e suas controladas, baseado na opinião de seus assessores legais externos e, com base nesta avaliação, não se encontram provisionados nas demonstrações financeiras. O montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é R\$ 2.840.086 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 2.839.219 em 31 de dezembro de 2018).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.1 Passivos contingentes tributários e previdenciários

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza tributária e previdenciária no valor de R\$ 2.028.159 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.941.749 em 31 de dezembro de 2018), dos quais se destacam:

b.1.1 A controlada IPP e suas controladas discutem a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante referente a esta contingência é R\$ 173.738 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 168.391 em 31 de dezembro de 2018).

b.1.2 A controlada IPP e suas controladas possuem processos relacionados ao ICMS cujo valor total envolvido é de R\$ 836.822 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 836.393 em 31 de dezembro de 2018). Decorrem em sua maioria de créditos considerados indevidos no valor de R\$ 319.849 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 318.550 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$ 126.772 (R\$ 126.639 em 31 de dezembro de 2018) se referem à exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS relacionados às aquisições de álcool hidratado; de suposta falta de recolhimento do imposto no valor de R\$ 92.567 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 125.703 em 31 de dezembro de 2018); de fruição condicionada de incentivo fiscal no valor de R\$ 117.753 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 121.745 em 31 de dezembro de 2018); e de diferenças de estoque no valor de R\$ 172.736 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 185.512 em 31 de dezembro de 2018) relacionadas às sobras ou faltas ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto.

b.1.3 A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R\$ 699.360 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 674.126 em 31 de dezembro de 2018) dos quais se destaca a seguinte:

b.1.3.1 A controlada IPP recebeu uma autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL decorrentes da suposta amortização indevida do ágio pago na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 208.449 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 193.771 em 31 de dezembro de 2018), que inclui o montante dos tributos, juros e penalidade. A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

b.2 Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórias

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível, ambiental e regulatória no valor de R\$ 549.664 totalizando 3.109 processos em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 624.457 totalizando 3.520 processos em 31 de dezembro de 2018), dos quais se destacam:

b.2.1 A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao CADE, sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa em valor atualizado de R\$ 33.603 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 32.983 em 31 de dezembro de 2018). Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.2.2 Em 2016, a controlada Cia. Ultragaz tornou-se parte em dois processos administrativos junto ao CADE, relativos a alegações de práticas anticompetitivas: i) um dos processos trata de supostas práticas na Paraíba e outros Estados do Nordeste, e nele a controlada Bahiana é parte juntamente com a Cia. Ultragaz. Neste processo, a Cia. Ultragaz e a Bahiana firmaram Termo de Compromisso de Cessação (“TCC”) com o CADE, homologado em 22 de novembro de 2017, no montante de R\$ 95.987, pagos em 8 (oito) parcelas iguais atualizadas pela SELIC, de periodicidade semestral, com vencimento da primeira em 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação da homologação. Três funcionários e um ex-funcionário celebraram TCC no montante total de R\$ 1.100. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultragaz e à Bahiana até seu julgamento final; ii) o segundo processo trata de supostas práticas no Distrito Federal e entorno, e nele apenas a Cia. Ultragaz é parte. Neste processo, a Cia. Ultragaz também firmou TCC com o CADE, homologado em 6 de setembro de 2017, no montante de R\$ 2.154, pago em uma única parcela em 8 de março de 2018. Dois ex-funcionários celebraram TCC no montante de R\$ 50 cada um. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultragaz até seu julgamento final.

b.2.3 A controlada IPP é parte em dois processos administrativos perante o CADE baseados em supostas práticas anticompetitivas no município de Joinville em Santa Catarina e na região metropolitana de Belo Horizonte em Minas Gerais, sendo que, para este último, houve a aplicação de multa administrativa por suposta indução ao comportamento uniforme de preços na revenda de combustíveis, no montante de R\$ 40.693. A controlada IPP continuará a exercer a sua defesa recorrendo em todas as instâncias administrativas e judiciais. Suportada na opinião dos advogados externos, que classificam a probabilidade de perda como remota, a administração não reconheceu provisão para essas contingências em 31 de dezembro de 2019.

b.2.4 Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer técnico pelo Centro de Apoio Operacional à Execução – CAEX, órgão vinculado ao Ministério Público Estadual de São Paulo (“MPE”), apresentando proposta de cálculo de indenização para os supostos danos ambientais decorrentes do incêndio ocorrido em 2 de abril de 2015 no Terminal de Santos da controlada Tequimar. O trabalho não possui efeito vinculante, caráter condenatório ou sancionatório e ainda será avaliado pelas autoridades e partes envolvidas. A controlada discorda da metodologia e das premissas adotadas na proposta e está negociando acordo com o MPE e Ministério Público Federal (“MPF”) desde o início da investigação, não havendo, até o presente momento, no âmbito cível, ação ajuizada a respeito do assunto. As negociações estão direcionadas à reparação *in natura* dos eventuais danos. Desta forma, em 15 de maio de 2019 a controlada Tequimar firmou Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Parcial (“TAC”) no montante de R\$ 67.539 com o MPE e MPF para compensação dos danos difusos e coletivos de qualquer natureza decorrentes da mortandade de peixes e dos danos causados à ictiofauna. As negociações sobre compensação de outros alegados danos continuam em andamento e, uma vez concluídas, os desembolsos correspondentes ao custo dos projetos poderão afetar as demonstrações financeiras da Sociedade futuramente. No âmbito criminal, o MPF ofereceu denúncia em face da controlada Tequimar, que foi citada e apresentou resposta à denúncia em 19 de junho de 2018. Em continuidade, na data de 12 de setembro de 2019, em audiência na justiça federal de Santos, o MPF e a Tequimar acordaram, e a autoridade judicial homologou, a suspensão condicional do processo penal pelo período de 2 anos, quando então Tequimar deverá comprovar o cumprimento da execução do TAC Parcial firmado, com a obrigação da destinação complementar de R\$ 13.000 ao Projeto de Manejo de Pesca, para a obtenção do arquivamento definitivo do processo. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019 existem passivos contingentes não reconhecidos referentes às ações judiciais no montante de R\$ 11.403 (R\$ 62.930 em 31 de dezembro de 2018). Em 31 de dezembro de 2019 não existem pleitos extrajudiciais (R\$ 3.426 em 31 de dezembro de 2018). Para maiores informações vide nota explicativa nº 23.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.3 Passivos contingentes trabalhistas

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza trabalhista no valor de R\$ 262.263 totalizando 1.649 processos em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 273.013 totalizando 1.726 processos em 31 de dezembro de 2018), dos quais destaca-se:

b.3.1 O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados de controladas situadas no Polo Petroquímico de Camaçari, Oxitenos Nordeste e Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. ("EMCA"), ajuizou, em 1990, ações coletivas contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento das políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento da ação coletiva de natureza declaratória pelo Sindicato Patronal (SINPEQ) contra o Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações coletivas contra as controladas, que já transitaram em julgado, foram julgadas de forma favorável a Oxitenos Nordeste e EMCA; a ação coletiva do Sindiquímica contra SINPEQ transitou em julgado no STF em outubro de 2019, e restou desfavorável ao SINPEQ. Em 2010, algumas empresas do Polo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica. Em outubro de 2015, o Sindiquímica ajuizou nova ação de cumprimento em face da Oxitenos Nordeste e, em 2017, em face da EMCA, pois estas empresas não firmaram o acordo de 2010 com o Sindiquímica. Para a Oxitenos Nordeste foi proferida decisão favorável e estamos aguardando julgamento do Recurso do Sindiquímica e do Recurso Adesivo da Oxitenos Nordeste no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Para a EMCA, a decisão de 1ª instância favorável foi revertida no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, sendo opostos Embargos de Declaração pela EMCA, aguardando julgamento. Além das ações coletivas, ações individuais contendo o mesmo objeto têm sido ajuizadas. Com a incorporação da Oxitenos Nordeste, a Oxitenos S.A. passará a integrar as mencionadas demandas em substituição à empresa incorporada.

c. Operação de lubrificantes entre IPP e Chevron

No processo da transação da operação de lubrificantes no Brasil entre a Chevron e a controlada IPP (vide nota explicativa nº 3.c das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019), ficou acordado que cada acionista fica responsável por quaisquer demandas decorrentes de atos, fatos ou omissões antes da transação. As provisões de responsabilidade do acionista Chevron no montante de R\$ 5.423 (R\$ 3.609 em 31 de dezembro de 2018) estão refletidas na consolidação dessas demonstrações financeiras. Adicionalmente, em conexão com a combinação de negócios, uma provisão no montante de R\$ 198.900 foi reconhecida em 1 de dezembro de 2017 relacionados aos passivos contingentes, com saldo de R\$ 188.073 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 191.110 em 31 de dezembro de 2018). Os montantes de provisões e passivos contingentes reconhecidos na combinação de negócios e de responsabilidade do acionista Chevron serão ressarcidos à controlada Iconic em caso de perdas, sendo constituído dessa forma um ativo de indenização no mesmo montante sem necessidade de constituir provisão para valores incobráveis.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. Ativos contingentes

d.1 Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o STF decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. Todas as controladas, cuja tese jurídica de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS é aplicável, possuem ações visando a obtenção desse direito. Para as controladas Oxiten S.A., Extrafarma e Tequimar já há decisões definitivas transitadas em julgado, tendo sido os respectivos subsídios de comprovação dos valores a restituir devidamente confirmados pela administração e registrados em resultado, até o presente exercício de 2019, o montante de R\$ 338.110 (R\$ 291.278 até 2018). Em razão de liminares obtidas, algumas controladas já excluíram o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS de suas apurações no montante de R\$ 141.618 até 31 de dezembro de 2019. Os valores a recuperar das demais controladas serão reconhecidos na medida em que houver, concomitantemente, o trânsito em julgado da ação individual e a confirmação dos subsídios comprobatórios pela administração.

A administração da Sociedade ressalta ser possível o STF modular os efeitos do julgamento, seja restringindo sua eficácia para alcançar fatos geradores a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado, ou reinterpretando a importância de ICMS a ser excluída. Após o efetivo trânsito em julgado da decisão no STF, a administração da Sociedade avaliará o impacto sobre as ações de suas Controladas, o que poderá vir a resultar em redução dos créditos tributários pleiteados.

23 Contas a pagar - indenização a clientes e terceiros

Em abril de 2015 ocorreu um incêndio nas instalações operadas pela Ultracargo em Santos. A tancagem que estava paralisada em função do incêndio, obteve, em fases, as licenças necessárias para a volta da operação e, portanto, o processo de reabilitação da área finalizou em agosto de 2019.

O saldo de indenizações a clientes e terceiros em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 3.501 foi liquidado no 2º trimestre de 2019.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***24 Receita diferida (Consolidado)**

As controladas da Sociedade têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	31/12/2019	31/12/2018
Taxa inicial de franquia am/pm e Jet Oil (a)	956	18.668
Programa de fidelidade Km de Vantagens (b)	25.096	18.465
Programa de fidelidade Clube Extrafarma(b)	1.574	1.289
	<u>27.626</u>	<u>38.422</u>
Circulante	27.626	26.572
Não circulante	-	11.850

a. Taxa inicial de franquia

A *am/pm* é a rede de lojas de conveniências dos postos Ipiranga, que em 31 de dezembro de 2019 eram representadas por 2.377 lojas (2.493 lojas em 31 de dezembro de 2018). A *Jet Oil* é a rede especializada em troca de óleo e serviços automotivos dos postos Ipiranga, que em 31 de dezembro de 2019 eram representadas por 1.492 lojas (1.772 lojas em 31 de dezembro de 2018).

b. Programas de fidelidade

A controlada IPP possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens (www.kmdevantagens.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga ou em seus parceiros. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por descontos em produtos e serviços oferecidos pela Ipiranga e pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e por descontos no posto virtual da Ipiranga na internet (www.postoipiranganaweb.com.br) são reconhecidos como redutor da receita de vendas.

A controlada Extrafarma possui um programa de fidelidade chamado Clube Extrafarma (www.clubeextrafarma.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos obtidos na compra de produtos em sua rede de drogarias. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de seis meses, por descontos em produtos na rede de drogarias, recarga de crédito em telefonia celular e prêmios oferecidos pelos parceiros Multiplus Fidelidade e Ipiranga, por meio do Km de Vantagens. Os pontos recebidos por clientes da Extrafarma são reconhecidos como redutor da receita de vendas.

A receita diferida é estimada com base no valor justo dos pontos emitidos, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate desses pontos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

25 Bônus de subscrição – indenização

Em virtude da associação entre a Sociedade e a Extrafarma em 31 de janeiro de 2014, foram emitidos 7 bônus de subscrição – indenização, correspondentes a até 6.411.244 ações da Sociedade. Os bônus de subscrição - indenização poderiam ser exercidos a partir de 2020 pelos ex-acionistas de Extrafarma e são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização foram valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzidos pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. Em 31 de dezembro de 2019, os bônus de subscrição - indenização eram representados por 5.192.919 ações e totalizavam R\$ 130.657 (4.824.238 ações que totalizavam R\$ 123.095 em 31 de dezembro de 2018). Devido à decisão desfavorável definitiva de alguns desses processos, em 31 de dezembro de 2019 o número máximo de ações que poderiam ser emitidas em 2020 referentes aos bônus de subscrição - indenização é de até 5.920.425 (5.976.316 ações em 31 de dezembro de 2018).

As informações acima foram ajustadas retrospectivamente conforme desdobramento de ações divulgado na nota explicativa nº 26.a.

Em 19 de fevereiro de 2020, o CA confirmou a emissão de 2.108.542 ações ordinárias em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição. Para maiores informações sobre a emissão parcial vide nota explicativa nº 36.

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 1.112.810.192 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O preço das ações de emissão da Sociedade na B3 em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 25,48 (R\$ 26,60 em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.600.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do CA. Em 19 de fevereiro de 2020, o CA confirmou a emissão de 2.108.542 ações ordinárias em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição. Para maiores informações sobre a alteração do capital social vide nota explicativa nº 36.

Em 31 de dezembro de 2019, estavam em circulação no exterior 46.518.315 ações ordinárias na forma de ADRs (55.725.974 ações em 31 de dezembro de 2018).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 10 de abril de 2019, a AGOE da Sociedade aprovou o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Ultrapar, na proporção de uma ação atualmente existente para duas ações da mesma classe e espécie, bem como a modificação da quantidade de ações em que se divide o capital social. O desdobramento de ações não implicou em qualquer alteração no capital social da Ultrapar. As novas ações e ADRs decorrentes do desdobramento são da mesma classe e espécie e concederam aos seus titulares os mesmos direitos das ações e ADRs previamente existentes. Todas as informações de ações foram ajustadas retrospectivamente nestas demonstrações financeiras.

b. Instrumento patrimonial outorgado

A Sociedade possui plano de incentivo baseado em ações, que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria (vide nota explicativa nº 8.c).

c. Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 eram mantidas em tesouraria pela Sociedade, 26.780.298 ações ordinárias adquiridas ao custo médio de R\$ 18,12.

d. Reserva de capital

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para concessão de usufruto a executivos das controladas da Sociedade, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c.

Por conta da associação com a Extrafarma ocorrida em 2014, houve um aumento da reserva de capital no montante de R\$ 498.812, devido à diferença do valor atribuído ao capital social e o valor de mercado da ação da Ultrapar na data da emissão, deduzido de R\$ 2.260 de custos na emissão dessas ações.

e. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação, constituída anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade (CPC/IFRS) instituídas pela Lei 11.638/07, reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Reservas de lucros

f.1 Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade destina 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou para absorção de prejuízos, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

f.2 Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 45% do lucro líquido anual à reserva estatutária para investimentos, até esta atingir o limite de 100% do capital social.

A reserva estatutária para investimentos é livre para distribuição aos acionistas e totalizava R\$ 3.290.073 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 3.412.427 em 31 de dezembro de 2018).

g. Ajustes de avaliação patrimonial e ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

g.1 Ajustes de avaliação patrimonial

- (i) Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.
- (ii) Os ganhos e perdas com os instrumentos de proteção de taxa de câmbio referentes a compromissos firmes e transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados como custo inicial do ativo não financeiro.
- (iii) As diferenças entre o valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através de outros resultados abrangentes e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e das variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra a liquidação da aplicação financeira.
- (iv) A Sociedade também reconhece nesta rubrica o efeito das mudanças na participação de não controladores em controladas que não resultam na perda de controle. Esse valor correspondente à diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da contraprestação recebida ou paga e representa uma transação com acionistas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	Valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa	Valor justo de aplicações financeiras	Ganhos/ (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego	Mudança de participação de não controladores	Total
Em 31 de dezembro de 2017	(27.364)	-	(15.181)	197.369	154.824
Variação de valor justo dos IRPJ e CSLL sobre valor justo	(326.030) 110.058	(273) -	- -	- -	(326.303) 110.058
Perdas atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	(2.810)	-	(2.810)
IRPJ e CSLL sobre perdas atuariais	-	-	242	-	242
Em 31 de dezembro de 2018	(243.336)	(273)	(17.749)	197.369	(63.989)
Variação de valor justo dos instrumentos financeiros	(76.479)	478	-	-	(76.001)
IRPJ e CSLL sobre valor justo	23.683	-	-	-	23.683
Perdas atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	(41.794)	-	(41.794)
IRPJ e CSLL sobre perdas atuariais	-	-	11.784	-	11.784
Em 31 de dezembro de 2019	<u>(296.132)</u>	<u>205</u>	<u>(47.759)</u>	<u>197.369</u>	<u>(146.317)</u>

g.2 Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e administração própria (vide nota explicativa nº 2.s.1) e a variação de taxas de câmbio sobre notas no mercado externo (vide nota explicativa nº 34.h.3) é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

A composição e movimentação dos ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	31/12/2019
Em 31 de dezembro de 2017	53.061
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior	52.531
Variação cambial dos instrumentos financeiros	(60.204)
IRPJ e CSLL sobre variação cambial	20.469
Em 31 de dezembro de 2018	65.857
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior	46.330
Variação cambial dos instrumentos financeiros	(14.788)
IRPJ e CSLL sobre variação cambial	5.028
Em 31 de dezembro de 2019	102.427

h. Dividendos e destinação do resultado do exercício

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 380.324 (R\$ 0,70 – setenta centavos de Real por ação), foram aprovados pelo CA em 20 de fevereiro de 2019, e pagos a partir de 13 de março de 2019. Em 14 de agosto de 2019, o CA deliberou antecipação dos dividendos de 2019, no montante de R\$ 217.382 (R\$ 0,20 por ação), pagos a partir de 30 de agosto de 2019. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 261.470 (R\$ 0,24 – vinte quatro centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2020, e serão pagos a partir de 06 de março de 2020.

A movimentação dos dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	282.334	284.024
Provisões	326.736	329.106
Pagamentos	(594.381)	(596.436)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	14.689	16.694

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

A proposta da administração para destinação do lucro líquido do exercício de 2019 e para distribuição de dividendos é assim demonstrada:

	31/12/2019
<u>Destinação do lucro líquido</u>	
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Ultrapar	373.526
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (50% do lucro líquido)	186.763
Reserva legal (5% do lucro líquido)	18.676
Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	168.087
Total da destinação do lucro líquido	373.526
<u>Distribuição de dividendos</u>	
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (50% do lucro líquido)	186.763
Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	168.087
Dividendos sobre reserva estatutária	124.002
Total da distribuição	478.852
(-) Dividendos intermediários pagos (R\$ 0,20 por ação)	(217.382)
Dividendos a pagar (R\$ 0,24 por ação) - Patrimônio Líquido	261.470

27 Receita líquida de vendas e serviços (Consolidado)

	31/12/2019	31/12/2018
Receita de vendas bruta	94.296.759	94.693.178
Receita de serviços prestados bruta	869.084	750.791
Impostos sobre vendas	(4.031.295)	(3.027.597)
Devoluções e abatimentos	(1.494.814)	(1.342.799)
Amortização dos ativos de contrato (vide nota explicativa nº 11)	(355.250)	(371.825)
Receita diferida (vide nota explicativa nº 24)	13.491	(3.765)
Receita líquida de vendas e serviços	<u>89.297.975</u>	<u>90.697.983</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***28 Despesas por natureza (Consolidado)**

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	31/12/2019	31/12/2018
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	81.819.820	83.116.950
Gastos com pessoal	2.415.581	2.513.586
Frete e armazenagens	1.170.870	1.178.990
Depreciação e amortização	844.647	812.489
Amortização de ativos de direito de uso	300.058	-
Propaganda e marketing	206.103	173.988
Serviços prestados por terceiros	322.589	328.361
Outras despesas	474.081	709.710
Total	<u>87.553.749</u>	<u>88.834.074</u>
Classificado como:		
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	83.187.109	84.537.368
Despesas com vendas e comerciais	2.640.387	2.670.867
Despesas gerais e administrativas	<u>1.726.253</u>	<u>1.625.839</u>
Total	<u>87.553.749</u>	<u>88.834.074</u>

29 Resultado na venda de bens e redução ao valor recuperável de ativos ("impairment") (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. Em 2019, o resultado foi uma perda de R\$ 30.019 (perda de R\$ 22.088 em 2018), representado principalmente pela venda de ativo imobilizado e fechamento de lojas da Extrafarma. Adicionalmente, em 2019, os teste de recuperabilidade de ativos identificaram a necessidade de reconhecimento de perda no montante de R\$ 593.280 para o ágio da Extrafarma.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***30 Outros resultados operacionais, líquidos (Consolidado)**

	31/12/2019	31/12/2018
Parceria comercial ⁽¹⁾	40.816	53.671
Merchandising ⁽²⁾	44.396	52.092
Programa de fidelidade ⁽³⁾	12.943	25.682
Sinistro Ultracargo – incêndio em Santos ⁽⁴⁾	(3.733)	(4.951)
Multa por aquisição de empresa não efetivada ⁽⁵⁾	-	(286.160)
Créditos fiscais extraordinários ⁽⁶⁾	144.949	208.038
Termo de Ajustamento de Conduta – Tequimar ⁽⁷⁾	(65.539)	-
Outros	<u>5.793</u>	<u>9.161</u>
Outros resultados operacionais, líquidos	<u>179.625</u>	<u>57.533</u>

⁽¹⁾ Refere-se a contratos com prestadores de serviços e fornecedores que estabelecem acordos comerciais para as lojas de conveniência e postos de combustíveis.

⁽²⁾ Refere-se a contratos com fornecedores de produtos das lojas de conveniência, onde são estabelecidos, dentre outros acordos, campanhas promocionais.

⁽³⁾ Refere-se a venda de km de vantagens para parceiros do programa de fidelidade, sendo a receita reconhecida no momento em que os parceiros concedem os pontos aos seus clientes.

⁽⁴⁾ Para maiores informações sobre o sinistro da Ultracargo vide notas explicativas nº 22.b.2.4 e 23.

⁽⁵⁾ Refere-se a multa contratual paga em 2018 pela controlada Cia. Ultragaz, em benefício da Petrobras, pela não consumação da transação de compra da Liquigás Distribuidora S.A. (“Liquigás”) rejeitada pelo Tribunal do CADE.

⁽⁶⁾ Refere-se substancialmente aos créditos da Extrafarma e Ipiranga (vide nota explicativa nº 7.a.2) e Iconic. Em 2018, refere-se principalmente aos créditos da Oxitenio.

⁽⁷⁾ Para maiores informações vide nota explicativa nº 22.b.2.4.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***31 Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	73.201	101.653	302.793	328.625
Juros de clientes	-	-	138.462	135.514
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 25)	-	44.484	-	44.484
Juros selic sobre créditos de PIS e COFINS (vide nota explicativa nº 22.d.1)	-	-	-	168.564
Outras receitas	-	-	16.034	4.048
	<u>73.201</u>	<u>146.137</u>	<u>457.289</u>	<u>681.235</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	-	-	(388.897)	(440.641)
Juros sobre debêntures	(111.732)	(105.424)	(482.361)	(441.394)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	(200)	-	(132.994)	(2.670)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(2.692)	(14.476)	(62.687)	(92.558)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	25	-	134.544	172.701
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 25)	(7.760)	-	(7.760)	-
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	-	-	(23.988)	9.791
	<u>(122.359)</u>	<u>(119.900)</u>	<u>(964.143)</u>	<u>(794.771)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(49.158)</u>	<u>26.237</u>	<u>(506.854)</u>	<u>(113.536)</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

32 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui plano de remuneração em ações e bônus de subscrição, conforme mencionados nas notas explicativas nº 8.c e 25, respectivamente.

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro básico por ação		
Lucro líquido da Sociedade	373.526	1.150.421
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	1.086.485	1.086.237
Lucro básico por ação - R\$	0,3438	1,0591
Lucro diluído por ação		
Lucro líquido da Sociedade	373.526	1.150.421
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo os efeitos de diluição	1.091.653	1.091.335
Lucro diluído por ação - R\$	0,3422	1,0541
Média ponderada das ações (em milhares)		
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação	1.086.485	1.086.237
Efeito da diluição		
Bônus de subscrição	2.554	2.496
Plano de ações	2.614	2.602
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação	1.091.653	1.091.335

As informações do lucro por ação foram ajustadas retrospectivamente conforme desdobramento de ações divulgado na nota explicativa nº 26.a. e pela emissão de 2.108.542 ações ordinárias em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição divulgados na nota explicativa nº 36.

33 Informações por segmento

A Sociedade possui cinco segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico, armazenagem e drogarias. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiten) produz óxido de eteno e seus principais derivados e álcoois graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para grânéis líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. O segmento de drogarias (Extrafarma) comercializa medicamentos e produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos, no varejo e no atacado, principalmente por meio de rede própria de drogarias estabelecidas nas Regiões Norte, Nordeste e Sudeste do País. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***a. Informações financeiras relativas aos segmentos**

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida de vendas e serviços:		
Ultragaz	7.094.823	7.043.246
Ipiranga	75.452.481	76.477.640
Oxitenó	4.254.237	4.748.428
Ultracargo	540.758	493.649
Extrafarma	2.060.568	2.027.988
	<u>89.402.867</u>	<u>90.790.951</u>
Outros ⁽¹⁾	44.770	46.937
Vendas entre segmentos	<u>(149.662)</u>	<u>(139.905)</u>
Total	<u>89.297.975</u>	<u>90.697.983</u>
Vendas entre segmentos:		
Ultragaz	3.794	2.879
Ipiranga	535	2.919
Oxitenó	22.265	6.325
Ultracargo	78.390	82.573
Extrafarma	-	-
	<u>104.984</u>	<u>94.696</u>
Outros ⁽¹⁾	44.678	45.209
Total	<u>149.662</u>	<u>139.905</u>
Receita líquida de vendas e serviços, excluindo vendas entre segmentos:		
Ultragaz	7.091.029	7.040.367
Ipiranga	75.451.946	76.474.721
Oxitenó	4.231.971	4.742.103
Ultracargo	462.368	411.076
Extrafarma	2.060.569	2.027.988
	<u>89.297.883</u>	<u>90.696.255</u>
Outros ⁽¹⁾	92	1.728
Total	<u>89.297.975</u>	<u>90.697.983</u>
Lucro (prejuízo) operacional:		
Ultragaz	368.975	35.567
Ipiranga	1.674.439	1.396.574
Oxitenó	(12.833)	457.128
Ultracargo	83.171	124.720
Extrafarma	(720.252)	(118.329)
Corporativo ⁽²⁾	<u>(96.432)</u>	<u>-</u>
	<u>1.297.068</u>	<u>1.895.660</u>
Outros ⁽¹⁾	3.484	3.694
Total	<u>1.300.552</u>	<u>1.899.354</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	31/12/2019	31/12/2018
Equivalência patrimonial de empreendimentos controlados em conjunto e coligadas:		
Ultragaz	(5)	12
Ipiranga	(24.782)	(18.169)
Oxiten	532	880
Ultracargo	1.370	1.350
	(22.885)	(15.927)
Outros ⁽¹⁾	10.740	1.148
Total	(12.145)	(14.779)
 Lucro antes do resultado financeiro, do imposto de renda e da contribuição social	1.288.407	1.884.575
Resultado financeiro, líquido	(506.854)	(113.536)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	781.553	1.771.039
 Adições ao imobilizado e intangível (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	249.784	245.069
Ipiranga	370.864	417.519
Oxiten	255.016	473.026
Ultracargo	217.377	167.034
Extrafarma	89.850	118.577
	1.182.891	1.421.225
Outros ⁽¹⁾	20.186	18.382
 Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 14 e 15)	1.203.077	1.439.607
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 21)	(290)	(264)
Juros capitalizados	(30.748)	(23.438)
 Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	1.172.039	1.415.905
 Pagamento de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (vide nota explicativa nº 11):		
Ipiranga	330.068	390.177

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	31/12/2019	31/12/2018
Depreciação do imobilizado e amortização do intangível no resultado:		
Ultragaz	186.221	222.527
Ipiranga	290.747	283.426
Oxitenó	212.328	167.357
Ultracargo	59.618	52.414
Extrafarma	80.550	71.552
	<u>829.464</u>	<u>797.276</u>
Outros ⁽¹⁾	15.183	15.213
Total	<u>844.647</u>	<u>812.489</u>
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (vide nota explicativa nº 11):		
Ipiranga	355.055	371.825
Ultragaz	195	-
Total	<u>355.250</u>	<u>371.825</u>
Amortização de ativos de direito de uso:		
Ultragaz	31.264	-
Ipiranga	164.543	-
Oxitenó	9.676	-
Ultracargo	20.673	-
Extrafarma	73.774	-
	<u>299.930</u>	<u>-</u>
Outros ⁽¹⁾	128	-
Total	<u>300.058</u>	<u>-</u>
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	2.998.623	2.719.425
Ipiranga	16.278.320	15.381.887
Oxitenó	7.453.476	7.452.331
Ultracargo	1.871.799	1.478.697
Extrafarma	2.060.182	2.107.901
	<u>30.662.400</u>	<u>29.140.241</u>
Outros ⁽¹⁾	533.072	1.359.154
Total	<u>31.195.472</u>	<u>30.499.395</u>

⁽¹⁾ A linha “Outros” é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Serma - Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos (“Serma”) e Imaven Imóveis Ltda.

⁽²⁾ Despesas referentes à estrutura de *holding* da Ultrapar, incluindo, a Presidência, os CA e CF, os comitês de assessoria ao CA e as diretorias de Capital Humano e de Riscos, Compliance e Auditoria.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***b. Informações relativas à área geográfica**

Os ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxiteno no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Estados Unidos	909.787	857.049
México	124.809	124.037
Uruguai	74.732	72.345
Venezuela (*)	-	2.427
	<u>1.109.328</u>	<u>1.055.858</u>

(*) Vide nota explicativa nº 3.b.3.

As controladas geram receitas em suas operações no Brasil, nos Estados Unidos, no México, no Uruguai e na Venezuela(*), bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita líquida de vendas e serviços:		
Brasil	87.927.198	89.183.342
México	220.021	207.615
Uruguai	41.648	48.096
Venezuela (*)	2.293	68.877
Outros países da América Latina	418.368	425.973
Estados Unidos e Canadá	437.669	465.840
Extremo Oriente	74.093	96.394
Europa	118.917	138.347
Outros	<u>57.768</u>	<u>63.499</u>
Total	<u>89.297.975</u>	<u>90.697.983</u>

As vendas para o mercado externo são realizadas substancialmente pelo segmento Oxiteno.

(*) Vide nota explicativa nº 3.b.3.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

34 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

a. Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu CA (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de mercado (moedas, juros e *commodities*), liquidez e crédito. A governança da gestão dos riscos segue a segregação de responsabilidades abaixo:

A execução da Política é feita pela diretoria financeira corporativa, através da tesouraria, com o apoio da controladoria, contabilidade, tributário e jurídico corporativo.

O monitoramento do cumprimento e enquadramento da Política, bem como a deliberação sobre eventuais desvios, é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras (“Comitê”), composto pelo CFO, Diretor de Tesouraria, Diretor de Controladoria e outros diretores a serem designados pelo CFO. O Comitê se reúne trimestralmente e monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.

A aprovação da Política bem como a avaliação periódica da exposição da Sociedade aos riscos financeiros compete ao CA da Sociedade.

O Comitê de Auditoria e Riscos (“CAR”) assessora o CA na avaliação da eficácia dos controles e parâmetros de gestão e exposição da Sociedade aos riscos financeiros, bem como assessora o CA na avaliação de eventuais propostas de revisão da Política. A Diretoria de Riscos, *Compliance* e Auditoria monitora o cumprimento dos parâmetros da Política, reporta ao CAR a exposição aos riscos e o cumprimento desta Política bem como reporta ao CA qualquer descumprimento da Política.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade, através das suas controladas, se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais às variações dos ativos e passivos em moeda estrangeira.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados.

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais:

b.1 Ativos e passivos em moeda estrangeira

Em milhões de Reais	31/12/2019	31/12/2018
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	455,6	254,2
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda e de adiantamentos de clientes no exterior	213,5	235,1
Outros ativos líquidos no exterior (exceto caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, financiamentos e contas a pagar)	1.445,0	1.384,9
	<u>2.114,1</u>	<u>1.874,2</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira bruto de custo de transação e deságio	(6.895,1)	(5.515,6)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	(344,5)	(567,7)
	<u>(7.239,6)</u>	<u>(6.083,3)</u>
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	<u>3.636,4</u>	<u>2.483,0</u>
Posição líquida passiva – total	<u>(1.489,1)</u>	<u>(1.726,1)</u>
Posição líquida ativa (passiva) – efeito no resultado	452,0	282,7
Posição líquida passiva – efeito no patrimônio líquido	(1.941,1)	(2.008,8)

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***b.2 Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira**

Para os cenários I, II e III são aplicadas as variações de 10%, 25% e 50%, respectivamente, sobre a posição líquida da Sociedade exposta ao risco cambial, simulando os efeitos de apreciação e depreciação do Real no resultado e no patrimônio líquido.

A tabela abaixo demonstra, em três cenários, os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida passiva de R\$ 1.489,1 milhões em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2019:

Em milhões de Reais	Risco	Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação do	45,2	113,0	226,0
(2) Efeito no patrimônio líquido	Real	(194,1)	(485,3)	(970,6)
(1) + (2)	Efeito	(148,9)	(372,3)	(744,6)
(3) Efeito no resultado	Apreciação do	(45,2)	(113,0)	(226,0)
(4) Efeito no patrimônio líquido	Real	194,1	485,3	970,6
(3) + (4)	Efeito	148,9	372,3	744,6

A tabela abaixo demonstra, em três cenários, os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida ativa de R\$ 1.726,1 milhões em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2018:

Em milhões de Reais	Risco	Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação do	28,3	70,7	141,4
(2) Efeito no patrimônio líquido	Real	(200,9)	(502,2)	(1.004,4)
(1) + (2)	Efeito	(172,6)	(431,5)	(863,0)
(3) Efeito no resultado	Apreciação do	(28,3)	(70,7)	(141,4)
(4) Efeito no patrimônio líquido	Real	200,9	502,2	1.004,4
(3) + (4)	Efeito	172,6	431,5	863,0

O efeito no patrimônio líquido refere-se aos ajustes acumulados de conversão das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das controladas sediadas no exterior (vide notas explicativas nº 2.s.1 e 26.g.2), *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, *hedge* de fluxo de caixa de compromissos firmes e *hedge* de transações altamente prováveis (vide nota explicativa nº 2.c e h. Contabilidade de proteção abaixo).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

A Sociedade procura manter a maior parte de seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes.

c.1 Ativos e passivos financeiros expostos a juros flutuantes

Os ativos e passivos financeiros expostos a taxas de juros pós-fixadas estão demonstrados a seguir:

Em milhões de Reais	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
DI			
Equivalentes de caixa	4.a	1.780,9	3.722,3
Aplicações financeiras	4.b	2.610,7	2.537,3
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - DI	34.g	19,3	33,9
Financiamentos e debêntures	16.a	(6.268,6)	(8.440,9)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - DI	34.g	(3.318,3)	(2.205,5)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxa de juros pré-fixada + IPCA - DI	34.g	(821,9)	(823,5)
Posição líquida passiva em DI		<u>(5.997,9)</u>	<u>(5.176,4)</u>
TJLP			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	16.a	<u>(103,9)</u>	<u>(201,2)</u>
Posição líquida passiva em TJLP		<u>(103,9)</u>	<u>(201,2)</u>
LIBOR			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	34.g	850,3	811,6
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	16.a	<u>(1.457,3)</u>	<u>(1.437,1)</u>
Posição líquida passiva em LIBOR		<u>(607,0)</u>	<u>(625,5)</u>
TIIE			
Empréstimos e financiamentos – TIIE	16.a	<u>-</u>	<u>(4,0)</u>
Posição líquida passiva em TIIE		<u>-</u>	<u>(4,0)</u>
SELIC			
Empréstimos e financiamentos – SELIC	16.a	<u>(30,4)</u>	<u>(51,5)</u>
Posição líquida passiva em SELIC		<u>(30,4)</u>	<u>(51,5)</u>
Posição líquida passiva total exposta a juros pós-fixados		<u>(6.739,2)</u>	<u>(6.058,6)</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c.2 Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

Para análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes a Sociedade utilizou como cenário base o valor acumulado dos índices de referência (DI, TJLP, LIBOR, TIE e SELIC). Os cenários I, II e III foram estimados com uma variação de 10%, 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de juros flutuantes do cenário base.

As tabelas abaixo demonstram a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

Em milhões de Reais	Risco	31/12/2019		
		Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
<u>Exposição a juros flutuantes</u>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação DI	29,3	73,3	146,5
Efeito no resultado das pontas ativas em DI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação DI	0,1	0,1	0,3
Efeito nos juros da dívida em CDI	Elevação CDI	(44,5)	(111,2)	(222,3)
Efeito no resultado das pontas passivas em DI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação DI	(39,2)	(85,6)	(162,9)
Despesa incremental		(54,3)	(123,4)	(238,4)
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(1,2)	(3,0)	(6,1)
Despesa incremental		(1,2)	(3,0)	(6,1)
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	1,7	4,3	8,6
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(3,6)	(8,9)	(17,8)
Despesa incremental		(1,9)	(4,6)	(9,2)
Efeito nos juros da dívida em TIE	Elevação TIE	-	-	-
Despesa incremental		-	-	-
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(0,3)	(0,6)	(1,3)
Despesa incremental		(0,3)	(0,6)	(1,3)

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

<u>Em milhões de Reais</u>	<u>Risco</u>	31/12/2018		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Provável	25%	50%
<u>Exposição a juros flutuantes</u>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação DI	32,7	81,7	163,3
Efeito no resultado das pontas ativas em DI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação DI	0,1	0,2	0,5
Efeito nos juros da dívida em CDI	Elevação CDI	(55,0)	(137,4)	(274,9)
Efeito no resultado das pontas passivas em DI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação DI	(33,7)	(73,4)	(139,6)
Despesa incremental		(55,9)	(128,9)	(250,7)
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(1,7)	(4,2)	(8,3)
Despesa incremental		(1,7)	(4,2)	(8,3)
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	2,8	6,9	13,9
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(3,6)	(9,1)	(18,1)
Despesa incremental		(0,8)	(2,2)	(4,2)
Efeito nos juros da dívida em TIEE	Elevação TIEE	(0,1)	(0,3)	(0,5)
Despesa incremental		(0,1)	(0,3)	(0,5)
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(0,4)	(1,0)	(2,0)
Despesa incremental		(0,4)	(1,0)	(2,0)

d. Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção (vide nota explicativa nº 4) e contas a receber (vide nota explicativa nº 5).

d.1 Risco de crédito de instituições financeiras

Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d.2 Risco de crédito de governos

A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou aaa por agências de risco especializadas (S&P, Moody's e Fitch) e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

O risco de crédito de instituições financeiras e governos de saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras está sumarizado abaixo:

Rating de crédito da contraparte	Valor justo	
	31/12/2019	31/12/2018
AAA	4.906.077	5.933.671
AA	331.512	707.358
A	418.020	262.553
BBB	56.488	90.824
Total	5.712.097	6.994.406

d.3 Risco de crédito de clientes

A política de crédito estabelece a análise do perfil de cada novo cliente, individualmente, quanto à sua condição financeira. A revisão efetuada pelas controladas da Sociedade inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria e, quando necessárias, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, em um prazo mais curto quanto maior o risco, dependendo de aprovação da área responsável em casos de vendas que excedam esses limites.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito e a depender do negócio, o agrupamento leva em consideração, por exemplo, se são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são atacadistas, revendedores ou clientes finais, considerando também sua área geográfica.

As estimativas de perda de crédito são calculadas pela abordagem da perda esperada, com base nas taxas de probabilidade de perda por inadimplência. As taxas de perda são calculadas com base na probabilidade média de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa. A apuração da probabilidade de perda leva em consideração uma pontuação de risco de crédito para cada exposição, com base em dados considerados capazes de prever o risco de perda (classificações externas, demonstrações financeiras auditadas, projeções de fluxo de caixa, informações sobre os clientes disponíveis na imprensa, por exemplo), além da avaliação de crédito com base na experiência.

Tais riscos de crédito são administrados por cada unidade de negócio por meio de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As controladas da Sociedade solicitam garantias com relação ao contas a receber de clientes e outros recebíveis em situações específicas aos clientes, mas essas garantias não influenciam no cálculo do risco de perda. As controladas da Sociedade mantiveram os seguintes saldos de provisões para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa de suas contas a receber:

	31/12/2019	31/12/2018
Ipiranga	447.235	442.486
Ultragaz	94.985	61.975
Oxiten	13.252	12.371
Extrafarma	3.419	5.858
Ultracargo	2.001	2.089
Total	<u>560.892</u>	<u>524.779</u>

A tabela a seguir fornece informações sobre as exposições ao risco de crédito:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada
A vencer	1,3%	3.843.803	50.198	1,5%	4.372.784	66.208
< 30 dias	2,1%	185.612	3.975	4,0%	132.884	5.344
31 a 60 dias	7,1%	37.801	2.688	7,9%	68.733	5.396
61 a 90 dias	20,4%	24.861	5.062	11,3%	59.006	6.664
91 a 180 dias	41,8%	91.633	38.337	55,8%	105.703	58.959
> 180 dias	53,1%	867.618	460.632	58,6%	652.075	382.208
		<u>5.051.328</u>	<u>560.892</u>		<u>5.391.185</u>	<u>524.779</u>

A tabela a seguir fornece as informações sobre os saldos de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa por área geográfica:

	31/12/2019	31/12/2018
Brasil	550.928	513.136
México	1.123	621
Uruguai	267	257
Outros países da América Latina	561	1.750
Estados Unidos e Canadá	889	1.394
Europa	7.075	6.842
Outros	49	779
	<u>560.892</u>	<u>524.779</u>

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide notas explicativas nº 5.a e 5.b.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “joint ventures”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender às suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 1.532 milhões (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 16.a). Adicionalmente, o plano de investimentos para 2020 totaliza R\$ 1.771 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 5.205,6 milhões em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 4).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2019 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos do balanço patrimonial.

Passivos financeiros	Total	em milhões de Reais			
		Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos (1) (2)	17.224,8	1.532,0	5.954,9	4.686,3	5.051,5
Instrumentos de proteção (3)	588,4	131,1	143,7	129,3	184,3
Fornecedores	2.700,1	2.700,1	-	-	-
Arrendamentos a pagar	2.043,8	310,0	904,7	508,7	320,4

(1) Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utiliza-se algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) DI de 4,40% para 2020, 4,95% para 2021, 5,57% para 2022 e 6,01% para 2023; (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 4,05 em 2020, R\$ 4,17 em 2021, R\$ 4,33 em 2022, R\$ 4,52 em 2023, R\$ 4,73 em 2024, R\$ 4,93 em 2025, R\$ 5,13 em 2026, R\$ 5,34 em 2027, R\$ 5,56 em 2028 e R\$ 5,78 em 2029; (iii) TJLP de 5,57%; (iv) IGP-M 4,18% em 2020, 3,99% em 2021, 3,75% em 2022, 3,58% a partir de 2023; (v) IPCA de 3,46% em 2020, 3,45% em 2021, 3,50% em 2022 e 3,25% a partir de 2023 (fonte: B3, Boletim Focus e instituições financeiras).

(2) Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

(3) Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e Pré x IPCA, cotados na B3 em 28 de dezembro de 2019, e na curva futura de LIBOR (ICE – IntercontinentalExchange) e contratos das *commodities heating oil* e RBOB cotados na New York Mercantile Exchange (“NYMEX”) em 31 de dezembro de 2019. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

f. Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 16). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

g. Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, swaps, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

Designados - Hedge Accounting

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocional) ¹		Valor justo	
		Ativo	Passivo		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
							R\$ milhões	R\$ milhões
Swap cambial	Dívida	USD + 4,51 %	104,0% DI	nov-23	USD 245,0	USD 245,0	69,3	(10,3)
Swap cambial	Dívida	LIBOR-3M + 1,11% = 4,1%	105,0% DI	jul-23	USD 150,0	USD 150,0	75,0	45,6
Swap de Juros	Dívida	4,57% + IPCA	95,8% DI	out-24	R\$ 806,1	R\$ 806,1	144,1	35,6
Swap de Juros	Dívida	6,47%	100% DI	nov-24	R\$ 90,0	-	0,6	-
Opções (ZCC)	Margem Operacional	Put USD 3,68	Call USD 4,60	dez-20	USD 60,0	USD 149,4	(0,1)	0,3
							288,9	71,2

Não Designados - Hedge Accounting

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocional) ¹		Valor justo	
		Ativo	Passivo		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
							R\$ milhões	R\$ milhões
Swap cambial	Dívida	USD + 3,60%	65,0% DI	jun-29	USD 853,0	USD 758,3	353,5	246,5
Swap cambial	Dívida	LIBOR-3M + 2,0% = 4,3%	105,9% DI	jun-20	USD 60,0	USD 60,0	48,5	38,0
Swap cambial	Compromissos firmes	USD + 0,00%	39,9% DI	out-19	USD 17,9	USD 98,5	(2,2)	(8,6)
Swap cambial	Margem Operacional	34,8% DI	USD + 0,00%	fev-20	USD 4,7	USD 8,9	0,6	0,1
NDF	Compromissos firmes	BRL	USD	jan-20	USD 71,6	-	(1,1)	-
Termo de Mercadorias	Compromissos firmes	BRL	Heating oil / RBOB	jan-20	USD 56,0	-	(1,3)	-
							398,0	276,0

¹ Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Contabilidade de proteção (hedge accounting)

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos e não derivativos como parte de sua estratégia de contabilidade de proteção e verificam, ao longo de toda a duração do *hedge*, a sua eficácia, bem como suas alterações de valor justo.

h.1 Hedge de valor justo

A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo são:

Em milhões, exceto % do DI	31/12/2019	31/12/2018
Valor nocional – US\$	395,0	395,0
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	79,5	149,2
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	(36,8)	(28,5)
Resultado financeiro da dívida – R\$	(130,3)	(215,9)
Custo médio efetivo - % do DI	104,4	104,4

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 16.c.1.

Os instrumentos de proteção de taxa de juros designados como *hedge* de valor justo são:

Em milhões, exceto % do DI	31/12/2019	31/12/2018
Valor nocional – R\$	806,1	806,1
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	73,0	25,8
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	(77,0)	(13,3)
Resultado financeiro da dívida – R\$	(68,1)	(50,2)
Custo médio efetivo - % do DI	95,8	95,8

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 16.g.2, 16.g.4 e 16.g.6.

Em milhões, exceto % do DI	31/12/2019	31/12/2018
Valor nocional – R\$	90,0	-
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	0,6	-
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	(0,2)	-
Resultado financeiro da dívida – R\$	(0,4)	-
Custo médio efetivo - % do DI	99,9	-

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 16.g.7.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h.2 Hedge de fluxo de caixa

A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de fluxo de caixa de compromisso firme e transações altamente prováveis, instrumentos financeiros derivativos para proteção dos “compromissos firmes” e instrumentos financeiros não derivativos para proteção das “transações futuras altamente prováveis”, para proteção contra variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade não possuía instrumentos de proteção de taxa de câmbio e *commodities* de compromissos firmes designados como *hedge* de fluxo de caixa em aberto. Para os instrumentos de proteção de taxa de câmbio e *commodities* liquidados até 31 de dezembro de 2019, foi reconhecido no resultado uma despesa de R\$ 29,1 milhões (uma receita de R\$ 10,7 milhões em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2019, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às notas no mercado externo, totalizavam US\$ 550,0 milhões (US\$ 570,0 milhões em 31 de dezembro de 2018), sendo reconhecida uma perda não realizada em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 293,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 (perda de R\$ 243,7 milhões em 31 de dezembro de 2018), líquida de IRPJ e CSLL diferidos.

Em 31 de dezembro de 2019 os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (*zero cost collar*), totalizavam US\$ 60,0 milhões (US\$ 149,4 milhões em 31 de dezembro de 2018), sendo reconhecida uma despesa não realizada em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 0,1 milhão em 31 de dezembro de 2019 (ganho de R\$ 0,2 milhão em 31 de dezembro de 2018), líquida de IRPJ e CSLL diferidos.

h.3 Hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior

A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, as notas no mercado externo, utilizados para proteção dos investimentos realizados nas entidades no exterior, para compensar variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo das notas no mercado externo designadas como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, referentes à parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real, totalizavam US\$ 95,0 milhões (US\$ 96,0 milhões em 31 de dezembro de 2018), sendo reconhecida uma perda em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 55,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 (perda de R\$ 45,9 milhões em 31 de dezembro de 2018), líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Os efeitos da variação cambial dos investimentos e das notas no mercado externo se compensaram no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i. Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram o patrimônio líquido e a demonstração de resultado da Sociedade e suas controladas:

	31/12/2019	
	R\$ milhões	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	230,0	0,0
b - Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	(1,7)	(0,1)
c - Swaps de juros em Reais (iii)	(4,0)	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(262,1)	(349,0)
Total	(37,8)	(349,0)

	31/12/2018	
	R\$ milhões	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	181,5	-
b - Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	(3,8)	0,2
c - Swaps de juros em Reais (iii)	12,5	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(134,0)	(289,6)
Total	56,2	(289,4)

(i) não considera o efeito da variação cambial nos swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida/compromissos firmes);

(ii) considera o efeito da designação dos *hedges* cambiais;

(iii) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais; e

(iv) considera o resultado das notas no mercado externo (para maiores informações vide nota explicativa nº 16.b).

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***j. Valor justo dos instrumentos financeiros**

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, estão demonstrados a seguir:

			31/12/2019		31/12/2018	
	Categoria	Nota explicativa	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.a	284.992	284.992	205.482	205.482
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.a	1.780.939	1.780.939	3.722.308	3.722.308
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.a	49.448	49.448	11.161	11.161
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	1.937.967	1.937.967	2.462.018	2.462.018
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	595.816	595.816	2.208	2.208
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. pelo custo amortizado	4.b	76.904	76.904	73.089	73.089
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	303.417	303.417	154.811	154.811
Instrumentos de proteção cambial, juros e <i>commodities</i>	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	682.615	682.615	363.329	363.329
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	5.a	3.689.500	3.663.247	4.150.876	4.111.971
Financiamentos a clientes	Custo amortizado	5.b	800.936	839.090	715.530	752.471
Total			<u>10.202.533</u>	<u>10.214.435</u>	<u>11.860.812</u>	<u>11.858.848</u>
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	1.666.092	1.666.092	1.567.374	1.567.374
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	16.a	6.008.414	7.268.742	6.889.310	6.840.079
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	16.a	5.657.339	5.603.669	5.826.242	5.770.979
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	1.030.892	1.030.891	833.213	833.213
Arrendamentos a pagar	Mens. pelo custo amortizado	13	1.588.673	1.588.673	46.066	46.066
Instrumentos de proteção cambial, juros e <i>commodities</i>	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16	29.985	29.985	43.944	43.944
Fornecedores	Custo amortizado	17	2.700.071	2.678.808	2.731.677	2.710.352
Bônus de subscrição - indenização	Mens. ao valor justo por meio do resultado	25	130.657	130.657	123.095	123.095
Total			<u>18.812.123</u>	<u>19.997.517</u>	<u>18.060.921</u>	<u>17.935.102</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data-base das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas para marcação a mercado.
- Os saldos contábeis de contas a receber e fornecedores são próximos aos seus valores justos.
- Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das demonstrações financeiras, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu exercício é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014 (vide nota explicativa nº 25).
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da Ultrapar International foi utilizado o preço observado desses títulos em mercado ativo (vide nota explicativa nº 16.b).

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção, financiamentos e arrendamentos a pagar, foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado na data-base das demonstrações financeiras. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado e aplicações financeiras classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4.b), (ii) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 16.a); (iii) garantias de clientes que possuem vendedor (vide nota explicativa nº 16.i), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (iv) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 25). Caixa, bancos, contas a receber de clientes e financiamentos a clientes estão classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

j.1 Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços)

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

A tabela abaixo demonstra as categorias dos ativos financeiros e passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

	Categoria	Nota explicativa	31/12/2019	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.a	284.992	284.992	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.a	1.780.939	-	1.780.939
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.a	49.448	49.448	-
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	1.937.967	1.937.967	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	595.816	-	595.816
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. pelo custo amortizado	4.b	76.904	-	76.904
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	303.417	18.985	284.432
Instrumentos de proteção cambial, juros e <i>commodities</i>	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	682.615	-	682.615
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	5.a	3.663.247	-	3.663.247
Financiamentos a clientes	Custo amortizado	5.b	839.090	-	839.090
Total			10.214.435	2.291.392	7.923.043
Passivos financeiros:					
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16	1.666.092	-	1.666.092
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	16	7.268.742	4.587.932	2.680.810
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	16	5.603.669	-	5.603.669
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16	1.030.891	-	1.030.891
Arrendamento a pagar	Mens. pelo custo amortizado	13	1.588.673	-	1.588.673
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16	29.985	-	29.985
Fornecedores	Custo amortizado	17	2.678.808	-	2.678.808
Bônus de subscrição – indenização (1)	Mens. ao valor justo por meio do resultado	25	130.657	-	130.657
Total			19.997.517	4.587.932	15.409.585

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Categoria		Nota explicativa	31/12/2018	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.a	205.482	205.482	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.a	3.722.308	-	3.722.308
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.a	11.161	11.161	-
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	2.462.018	2.462.018	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	2.208	-	2.208
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. pelo custo amortizado	4.b	73.089	-	73.089
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	154.811	1.666	153.145
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	363.329	-	363.329
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	5.a	4.111.971	-	4.111.971
Financiamentos a clientes	Custo amortizado	5.b	752.471	-	752.471
Total			11.858.848	2.680.327	9.178.521
Passivos financeiros:					
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	1.567.374	-	1.567.374
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	16.a	6.840.079	2.841.436	3.998.643
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	16.a	5.770.979	-	5.770.979
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	833.213	-	833.213
Arrendamento a pagar	Mens. pelo custo amortizado	13	46.066	-	46.066
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	43.944	-	43.944
Fornecedores	Custo amortizado	17	2.710.352	-	2.710.352
Bônus de subscrição – indenização (1)	Mens. ao valor justo por meio do resultado	25	123.095	-	123.095
Total			17.935.102	2.841.436	15.093.666

⁽¹⁾ Refere-se aos bônus de subscrição emitidos na aquisição da Extrafarma.

As contas a receber de clientes e os fornecedores são classificados como nível 2.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***k. Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros derivativos**

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, conforme exigida pela Instrução CVM nº 475/08, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na B3 em 31 de dezembro de 2019. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 5,76 (R\$ 5,86 em 31 de dezembro de 2018) no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

31/12/2019	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real		700.499	1.668.202	2.635.905
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano	Apreciação do dólar	(700.465)	(1.668.031)	(2.635.596)
(1)+(2)	Efeito líquido	<u>34</u>	<u>172</u>	<u>309</u>
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano		376	62.559	124.742
(4) Margem bruta da Oxiten	Depreciação do dólar	(376)	(62.559)	(124.742)
(3)+(4)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Opções				
(5) Opções Real/dólar norte-americano		-	42.101	102.917
(6) Margem bruta da Oxiten	Depreciação do dólar	-	(42.101)	(102.917)
(5)+(6)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

31/12/2018	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação do dólar	372.022	1.039.669	1.707.316
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano		(372.019)	(1.039.661)	(1.707.303)
(1)+(2)	Efeito líquido	<u>3</u>	<u>8</u>	<u>13</u>
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	(65)	8.545	17.154
(4) Margem bruta da Oxitenio		65	(8.545)	(17.154)
(3)+(4)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Opções				
(5) Opções Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	-	97.938	244.572
(6) Margem bruta da Oxitenio		-	(97.938)	(244.572)
(5)+(6)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da B3 em 31 de dezembro de 2019 para os vencimentos de cada *Swap* e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais, a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

31/12/2019	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures - CRA				
(1) Swap taxa fixa - DI	Redução da taxa	(195.123)	(137.260)	(74.027)
(2) Dívida a taxa fixa	pré-fixada	195.123	137.260	74.027
(1) + (2)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
31/12/2018	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures - CRA				
(1) Swap taxa fixa - DI	Redução da taxa	(311.993)	(254.409)	(188.047)
(2) Dívida a taxa fixa	pré-fixada	311.993	254.409	188.047
(1) + (2)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção a oscilações ao preço de *commodities* em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade utilizou os contratos futuros de diesel (*heating oil*) e gasolina (RBOB) negociados na NYMEX. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa do preço das *commodities* cenário provável.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de dezembro de 2019, foram substituídos os preços e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais na data-base das demonstrações financeiras em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações nos preços das *commodities* nos diferentes cenários:

31/12/2019	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
NDF <i>Commodities</i>				
(1) NDF de <i>Commodities</i>	Redução Preço	100.542	1.490.893	2.881.245
(2) Margem Bruta da Ipiranga	<i>Commodities</i>	(100.542)	(1.490.893)	(2.881.245)
(1) + (2)	Efeito líquido	-	-	-

35 Compromissos (Consolidado)

a. Contratos

a.1. A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima em toneladas por ano	Vencimento
Aratu	397.000	2031
Aratu	900.000	2022
Suape	250.000	2027
Suape	400.000	2029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de dezembro de 2019, essas tarifas eram de R\$ 8,37 e R\$ 2,54 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a.2. A controlada Oxiten S.A. possui contratos de fornecimento com a Braskem S.A., que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiten tendo como base o mercado internacional deste produto. Esses contratos estabelecem um compromisso mínimo de compra conforme tabela abaixo:

Planta	Compra mínima em toneladas por ano	Vencimento
Camaçari	205.000	2021
Mauá	44.100	2023

Em caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

b. Cobertura de seguros

A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo lucros cessantes, perdas e danos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as plantas industriais, bases de distribuição e filiais de todas as controladas. Os valores máximos indenizáveis, com base na análise de risco de determinados locais, são assim demonstrados:

Valor máximo indenizável (*)

Oxiten	US\$ 1.142 (equivalentes a R\$ 4.603 milhões em 31/12/2019) (*)
Ipiranga	R\$ 1.025
Ultracargo	R\$ 949
Ultragaz	R\$ 266
Extrafarma	R\$ 160

(*) em milhões. Conforme condições das apólices.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões (equivalentes a R\$ 1.612 milhões em 31 de dezembro de 2019), cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O) para indenizar os membros do CA, CF, diretores e executivos da Ultrapar e de suas controladas ("Segurados") no valor total de US\$ 80 milhões (equivalentes a R\$ 322 milhões em 31 de dezembro de 2019), que cobrem qualquer dos Segurados pelas responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato, omissão ou qualquer reclamação, contra os mesmos apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

c. Concessões portuárias

Em 22 de março de 2019, a Sociedade, através da controlada IPP, conquistou as concessões portuárias de três lotes com capacidade mínima de armazenagem de 64 mil m³ no porto de Cabedelo, no Estado da Paraíba, e um lote com capacidade mínima de armazenamento de 66 mil m³ no porto de Vitória, no Estado do Espírito Santo, que serão destinados à movimentação, armazenamento e distribuição de combustíveis. Estas concessões foram realizadas por dois consórcios, dos quais a IPP detém um terço da participação total. Para o porto de Cabedelo, foram constituídas as empresas Nordeste Logística I, Nordeste Logística II e Nordeste Logística III, juntamente com a Raízen Combustível S.A. e Petrobrás Distribuidora S.A. Para o porto de Vitória, foi constituída a Navegantes, juntamente com a Raízen Combustível S.A. e Petrobrás Distribuidora S.A. O total de investimentos relacionados à participação da IPP é de até R\$ 160 milhões para um prazo de concessão de 25 anos.

Em 5 de abril de 2019, a Sociedade, por meio de suas controladas IPP e Tequimar, conquistou três concessões. A IPP venceu duas licitações no porto de Miramar, em Belém, Estado do Pará, sendo: (i) lote BEL02A, via consórcio em que detém 50% de participação e que terá capacidade mínima de armazenamento de 41 mil m³ e (ii) lote BEL04, atualmente operado pela IPP, e que terá capacidade mínima de armazenamento de 23 mil m³. Essas áreas serão operadas pelo prazo mínimo de 15 anos, de acordo com o aviso do leilão. Para o lote BEL02A foi constituída a Latitude, juntamente com a Petróleo Sabbá S.A. A Tequimar venceu a licitação do lote VDC12 no porto de Vila do Conde, em Barcarena, no Estado do Pará. A capacidade mínima de armazenamento será de 59 mil m³. A área será operada pela Tequimar por pelo menos 25 anos, conforme aviso do leilão. Para o lote VDC12, foi constituída a controlada Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A. (vide nota explicativa nº 3.b). Os investimentos estimados em relação à participação da IPP e da Tequimar totalizam, aproximadamente, R\$ 450 milhões a serem desembolsados ao longo dos próximos cinco anos, incluindo os valores relativos à outorga e aos investimentos mínimos das áreas licitadas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

36 Eventos subsequentes

Emissão de ações de bônus de subscrição Extrafarma

Em 19 de fevereiro de 2020, o CA confirmou a emissão de 2.108.542 ações ordinárias dentro do limite do capital autorizado previsto no art. 6º do Estatuto Social da Sociedade, em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 25) emitidos pela Sociedade quando da incorporação da totalidade das ações de Extrafarma pela Sociedade, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade realizada em 31 de janeiro de 2014. O capital social da Sociedade passará, portanto, a ser representado por 1.114.918.734 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da
Ultrapar Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ultrapar Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ultrapar Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor recuperável do ágio sobre combinação de negócios

Veja a Nota 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro a Companhia é requerida a efetuar anualmente o teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativos intangíveis de vidas úteis indefinidas, incluindo o ágio por rentabilidade futura (“goodwill”). A aquisição das operações da Imifarma Produtos Farmacêuticos S.A. (Extrafarma), resultou em reconhecimento de ágio no montante de R\$ 661.553 mil, conforme divulgado na nota explicativa no. 15, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou redução ao valor recuperável no montante de R\$ 593.280 mil referente ao ágio registrado na Extrafarma.

A avaliação de necessidade ou não de redução do valor recuperável é suportada por estimativa de rentabilidade futura baseada no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados pelo Conselho de Administração, que são baseados em metodologias e premissas que envolvem estimativas, tais como: taxa de crescimento das receitas, custos e despesas, investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios dos segmentos da Companhia, bem como em dados comparáveis de mercado.

Devido às incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis das demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação do desenho, a implementação e efetividade do controle interno de projeções financeiras relativas a identificação e mensuração do valor recuperável da unidade geradora de caixa onde o ágio está alocado.
- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, da metodologia adotada pela Companhia e as premissas utilizadas no cálculo dos fluxos de caixa descontados, incluindo taxas de crescimento e de desconto, comparação com informações históricas e teste da precisão aritmética das formulas utilizadas nos modelos de fluxo de caixa descontado.
- Avaliação da análise de sensibilidade das premissas significativas e comparação com os orçamentos aprovados no período anterior com os valores reais apurados no exercício corrente.
- Comparação do valor recuperável apurado com base nos fluxos de caixa descontados, com o valor contábil e avaliação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que o valor do ágio sobre combinação de negócios e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Realização dos tributos ativos diferidos

Veja a Nota 9 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

Em 31 de dezembro de 2019, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem valores de ativos fiscais diferidos no equivalente a R\$ 1.076.223 mil, dos quais R\$ 278.140 mil são relativos a diferenças temporárias e R\$ 798.083 mil são relativos a prejuízos fiscais, considerados recuperáveis com base na geração de lucros tributáveis futuros.

As estimativas de geração de lucros tributáveis futuros incluem a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos, que envolvem elevado grau de complexidade e julgamentos que impactam a expectativa de realização dos tributos ativos diferidos nos próximos exercícios. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação do desenho, a implementação e efetividade do controle interno de projeções financeiras relativos a realização dos impostos diferidos registrados.
- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas e dados utilizados pela Companhia na preparação do estudo de lucros tributáveis futuros considerando as projeções de fluxos de caixa futuros.
- Avaliação da precisão dos saldos registrados com o auxílio dos nossos especialistas em tributos;
- Comparação dos orçamentos aprovados no exercício anterior com os valores reais apurados no exercício corrente.
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes referentes aos ativos fiscais diferidos.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que o valor dos impostos diferidos ativos registrados e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Márcio Serpejante Peppe
Contador CRC 1SP233011/O-8

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Ultrapar Participações S.A. ("Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, declara que examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (controladora e consolidado) elaboradas de acordo com às práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 19 de fevereiro de 2020.

Com base nos exames efetuados e considerando o relatório, sem ressalvas, apresentado pelos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, datado de 19 de fevereiro de 2020, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos, bem como a proposta da destinação de lucro líquido do exercício, incluindo a distribuição de dividendos, estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada oportunamente, dentro do prazo legal.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020.

Geraldo Toffanello

Marcelo Amaral Moraes

William Bezerra Cavalcanti Filho

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS

ATRIBUIÇÕES DO COMITÊ

O Comitê de Auditoria e Riscos da Ultrapar é um órgão estatutário de assessoramento de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio e submetido à legislação e regulamentações aplicáveis, em especial o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, o Estatuto Social da Companhia e o seu Regimento Interno.

Conforme o Regimento, o objetivo do Comitê é assessorar o Conselho de Administração na supervisão (1) da integridade e qualidade das demonstrações financeiras da Companhia, (2) da conformidade da Companhia com requisitos legais e regulatórios, (3) das qualificações e independência do auditor independente, (4) do desempenho das funções da auditoria interna da Companhia e dos auditores independentes e (5) do gerenciamento de riscos da Companhia.

A composição atual do Comitê de Auditoria e Riscos da Ultrapar conta com três membros independentes do Conselho de Administração e um membro independente externo o qual exerce a função de Coordenador do Comitê.

O Comitê opina sobre a contratação e destituição dos auditores independentes e assessora o Conselho de Administração na supervisão de suas atividades, qualificações e independência, avaliando e aprovando previamente a prestação de serviços permitidos pela legislação que não sejam relacionados à auditoria. A KPMG Auditores Independentes é a empresa atualmente responsável pela auditoria anual das demonstrações financeiras, pelas suas revisões trimestrais e pela avaliação da estrutura de controles internos aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras, de forma a atender às normas da CVM - Comissão de Valores Imobiliários e B3 – Brasil, Bolsa, Balcão no Brasil e da SEC – Security Exchange Commission e NYSE – New York Stock Exchange nos Estados Unidos da América, inclusive no tocante ao cumprimento do requerido no Sarbanes-Oxley Act. O Comitê é responsável por revisar, em conjunto com os auditores independentes, a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras, reportando os temas relevantes ao Conselho de Administração.

Cabe ao Comitê acompanhar as atividades da Diretoria de Riscos, Compliance e Auditoria, avaliando a sua estrutura, procedimentos e efetividade da auditoria interna, revisando em conjunto com o Conselho de Administração o seu desempenho e eventuais recomendações para melhorias dos processos da Companhia.

Adicionalmente, o Comitê de Auditoria e Riscos analisa e monitora as exposições de riscos identificadas pela Diretoria da Companhia, nos termos da Política Corporativa de Gestão de Riscos, manifestando-se sobre qualquer revisão da mesma e assessorando o Conselho de Administração na definição dos níveis aceitáveis de riscos e avaliações da qualidade e efetividade dos processos de gerenciamento de riscos.

O Comitê deve também assegurar que a Companhia possua meios específicos para recepção e tratamento confidencial de informações e denúncias acerca do descumprimento de dispositivos legais, código de conduta e demais normativos internos aplicados à Companhia, seus colaboradores e demais stakeholders.

Trimestralmente em caráter ordinário e extraordinariamente sempre que necessário, o Comitê de Auditoria e Riscos participa de reunião conjunta com o Conselho de Administração, relatando o andamento de seus trabalhos. Anualmente é preparado o presente relatório de atividades que é encaminhado ao Conselho de Administração e divulgado pela Companhia ao mercado. A cada mandato, o Comitê realiza uma autoavaliação de desempenho, que é apresentada e discutida com o Conselho de Administração.

Desde a sua instalação em maio de 2019, o Comitê de Auditoria e Riscos reuniu-se dez vezes. Nesse período, foi facultado ao Comitê o livre acesso a todos os órgãos de governança da Companhia, bem como a todos os seus executivos e, sempre que necessário, foi solicitada a presença de representantes da KPMG Auditores Independentes em suas reuniões.

ATIVIDADES DO COMITÊ

Governança

- Posse dos membros eleitos pelo Conselho de Administração
- Elaboração e envio para aprovação do Conselho de Administração do Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Riscos
- Eleição do Diretor de Riscos, Compliance e Auditoria como Secretário do Comitê
- Elaboração do calendário temático de atividades do Comitê
- Discussão e aprovação do orçamento anual do Comitê
- Análise de alterações no Formulário de Referência encaminhado à CVM
- Elaboração e apresentação de relatórios trimestrais de atividades ao Conselho de Administração, incluindo recomendações de aprovação das demonstrações financeiras intermediárias
- Elaboração, encaminhamento e discussão com o Conselho de Administração do presente Relatório Anual do Comitê de Auditoria e Riscos

Auditores Independentes

- Verificação da qualificação e independência do auditor independente
- Análise do planejamento anual de trabalhos dos auditores independentes
- Discussão e recomendação sobre os honorários dos auditores independentes

- Reuniões de trabalhos conjuntos e sessões reservadas com os auditores independente

Controles Internos e Demonstrações Financeiras

- Acompanhamento do ambiente dos controles internos para a elaboração das demonstrações financeiras, juntamente com as auditorias externa e interna
- Análise da carta de controles internos emitida pela KPMG Auditores Independentes com recomendações de melhorias e discussão com a administração acerca dos planos de ação para endereçamento dos pontos identificados
- Acompanhamento periódico e específico dos planos de ação de TI para a implantação de novos controles de gestão de acesso e intervenções em sistemas e bancos de dados
- Avaliação da adequação das práticas contábeis e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia
- Análise e discussão do contencioso fiscal, cível e trabalhista da Companhia e suas controladas
- Revisão e discussão das premissas utilizadas pela administração da Companhia na elaboração de projeções financeiras para fins de identificação da necessidade de impairment de ativos e recuperabilidade de impostos
- Análise dos efeitos societários e fiscais decorrentes da incorporação da Oxiteno Nordeste pela Oxiteno S.A.
- Revisões trimestrais das demonstrações financeiras intermediárias em conjunto com a administração da Companhia e os auditores independentes
- Revisão das demonstrações financeiras anuais auditadas, relatório da administração e relatório dos auditores independentes, com a presença dos representantes da Companhia e da KPMG Auditores Independentes para a apresentação e discussão de comentários e análises sobre os principais assuntos de auditoria e demais temas relevantes à qualidade e integridade das referidas demonstrações financeiras

Auditoria Interna

- Avaliação da estrutura organizacional e orçamento anual da Diretoria de Riscos, Compliance e Auditoria
- Acompanhamento dos resultados dos trabalhos de auditoria interna realizados no período e dos eventuais planos de ação para o encaminhamento das recomendações apresentadas
- Acompanhamento de auditorias específicas sobre transações com partes relacionadas
- Avaliação do plano anual de trabalhos de auditoria interna para o exercício de 2020

Gestão Integrada de Riscos

- Análise da Política Corporativa de Gestão de Riscos
- Revisão e encaminhamento da nova Matriz Sistemática de Riscos à aprovação do Conselho de Administração
- Análise da atualização da Matriz de Impacto e Vulnerabilidades dos negócios e da Ultrapar, após a aprovação da nova Matriz Sistemática de Riscos
- Reunião com o Coordenador do Comitê de Riscos Financeiros
- Revisão da Política Corporativa de Gestão de Riscos Financeiros e envio ao Conselho de Administração para aprovação

Conformidade

- Acompanhamento da quantidade, distribuição e tipologia das denúncias recebidas pelo Canal Aberto Ultra
- Análise e discussão sobre os resultados de apurações de denúncias e das medidas adotadas para o endereçamento dos pontos identificados
- Acompanhamento do Programa de Conformidade da Companhia
- Análise do plano de adequação da Companhia à Lei Geral de Proteção de Dados

CONCLUSÃO DO RELATÓRIO

Considerando as responsabilidades do Comitê de Auditoria e Riscos, descritas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do Comitê, com as limitações naturais do alcance de sua atuação nas atividades desenvolvidas, o Comitê expressa a seguinte opinião:

- A cobertura e qualidade dos trabalhos da auditoria interna são satisfatórios e realizados com adequada independência;
- O ambiente de controles internos, as políticas de conformidade e a gestão integrada de riscos são coerentes com o porte e complexidade da Companhia;
- As informações fornecidas pela administração e pelos auditores independentes foram suficientes para as recomendações deste Comitê, não tendo sido identificadas divergências entre as equipes ou perda de independência dos auditores.

Com base nos trabalhos e análises efetuados e no relatório sem ressalvas da KPMG Auditores Independentes, o Comitê de Auditoria e Riscos recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Ultrapar S.A. relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020

Flavio Cesar Maia Luz
Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos

Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Membro do Comitê de Auditoria e Riscos

Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello
Membro do Comitê de Auditoria e Riscos

José Maurício Pereira Coelho
Membro do Comitê de Auditoria e Riscos

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), abaixo assinados, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes relativo às demonstrações financeiras da Ultrapar referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Ultrapar referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020.

Frederico Pinheiro Fleury Curado - Diretor Presidente

André Pires de Oliveira Dias - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Décio de Sampaio Amaral - Diretor

João Benjamin Parolin - Diretor

Marcelo Pereira Malta de Araújo - Diretor

Rodrigo de Almeida Pizzinatto – Diretor

Tabajara Bertelli Costa - Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), abaixo assinados, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes relativo às demonstrações financeiras da Ultrapar referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Ultrapar referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020.

Frederico Pinheiro Fleury Curado - Diretor Presidente

André Pires de Oliveira Dias - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Décio de Sampaio Amaral - Diretor

João Benjamin Parolin - Diretor

Marcelo Pereira Malta de Araújo - Diretor

Rodrigo de Almeida Pizzinatto – Diretor

Tabajara Bertelli Costa - Diretor